

mais60

ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO



ARTIGO

Mahsã Buhkurã Masirã:
Os Sábios Indígenas

ENTREVISTA

Ailton Krenak

PAINEL DE EXPERIÊNCIAS

Trajetórias ao Longo
de um Século



Sesc São Paulo

Av. Álvaro Ramos, 991

03331-000 São Paulo - SP

Tel.: +55 11 2607-8000

sescsp.org.br

mais60

ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO

VOLUME

33

NÚMERO

84

**DEZEMBRO
2022**

**ISSN
2358-6362**

Produção técnica editada pelo
Sesc – Serviço Social do Comércio

SESC – SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO
Administração Regional no Estado de
São Paulo

PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL

Abram Szajman

DIRETOR DO DEPARTAMENTO REGIONAL

Danilo Santos de Miranda

SUPERINTENDENTES

Técnico-social

Rosana Paulo da Cunha

Comunicação Social

Aurea Leszczynski Vieira Gonçalves

Administração

Jackson Andrade de Matos

Assessoria Técnica e de Planejamento

Marta Raquel Colabone

Consultoria Técnica

Luiz Deoclécio Massaro Galina

GERENTES

Estudos e Programas Sociais Cristina Riscalla Madi
Adjunta Cristiane Ferrari Artes Gráficas Rogério
Ianeli *Adjunta* Karina Musumeci

COMISSÃO EDITORIAL

Neide Alessandra Périgo Nascimento
(coordenação), André Venancio da Silva,
Adriana Reis Paulics, Adriano Alves Pinto
Campos, Danilo Cymrot, Eduardo Lopes
Salomão Magiolino, Fabrício Leonardo
Ribeiro, Fernanda Andrade Fava, Flavia
Rejane Prando, Gustavo Nogueira de Paula,
Jair de Souza Moreira Júnior, Juliana Viana
Barbosa, Julio Cesar Pereira Júnior,
Mariana Barbosa Meirelles Ruocco,
Octávio Weber Neto, Rosângela Barbalacco,
Thais Helena Franco

CONTRIBUÍRAM COM ESSA EDIÇÃO

Aline Modena Couto, Ana Carolina Ferreira,
Andresa Caravage, Débora Carvalho,
Everton de Andrade Marin, Flávia Favari,
Mariani Bernardes, Suellyn Camargo

Ilustrações capa, pág. 8, 9, 120 a 128:

Daiana Terra - SubVersiva

Fotografias pág. 82, 85 e 86: Sesc RS; pág. 100
e 106: Sociedade Brasileira de Geriatria e
Gerontologia; pág. 110, 111 e 119: Matheus
José Maria; pág. 129: Tatiana Lazarini
Fonseca; pág. 132: Estêvão Denis Silveira

Revisão Samantha Arana

Projeto Gráfico Marcio Freitas
e Renato Essenfelder

**Artigos para publicação podem ser
enviados para avaliação da comissão
editorial no seguinte endereço:**

revistamais60@sescsp.org.br

Mais 60: estudos sobre envelhecimento /
Edição do Serviço Social do Comércio. –
São Paulo: Sesc São Paulo, v. 33, n. 84,
Dezembro 2022 –.
Quadrimestral.

ISSN 2358-6362

Continuação de A Terceira Idade: Estudos
sobre Envelhecimento, ano 1, n. 1, set. 1988-
2014. ISSN 1676-0336.

1. Gerontologia. 2. Terceira idade. 3. Idosos.
4. Envelhecimento. 4. Periódico. I. Título. II.
Subtítulo. III. Serviço Social do Comércio.
CDD 362.604

Editoração Thais Helena Franco

Produção Digital Ana Paula Fraay,
Lourdes Teixeira Benedan e Karla Priscila
Vieira Carrero



CAPA

Daiana Terra – SubVersiva

Artista visual, comunicadora e escritora.

daiana_nanha@hotmail.com

SUMÁRIO

- 1** PÁGINAS DE 8 A 23
Destaque da edição
Mahsã Buhkurã Masirã: Os Sábios Indígenas
por João Paulo Lima Barreto
- 2** PÁGINAS DE 24 A 41
A Maturidade Modernista
por Gênese Andrade
- 3** PÁGINAS DE 42 A 60
Cidade: Lugar de Envelhecer
por Filipe Augusto Portes, Luzia Cristina Antoniossi Monteiro e Nayara Mendes Silva
- 4** PÁGINAS DE 61 A 77
Caracterização do Perfil da Pessoa Idosa Vítima de Violência Financeira em Belém, Pará
por Luciléa da Silva Santos e Silvia dos Santos de Almeida
- 5** PÁGINAS DE 78 A 88
Jornada de Inovação em Serviços para a Maturidade
por Aline Bianca Godoi da Silveira, João Manuel Gayer de Oliveira, Michele Bittencourt Silveira, Smaichel de Ávila Teixeira e Uilian Lima Machado
- 6** PÁGINAS DE 89 A 99
Reflexões sobre Velhices LGBTQIA+ em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)
por Bibiana Graeff, Thaíssa Araujo de Bessa e Wellington R. N. Toprelli
- I** PÁGINAS DE 100 A 109
A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG) Vai às Escolas
por Maria Angélica Sanchez
- e** PÁGINAS DE 110 A 119
ENTREVISTA: Ailton Krenak
- e** PÁGINAS DE 120 A 128
COLAGENS: Histórias Fragmentadas
por Daiana Terra – SubVersiva
- p** PÁGINAS DE 129 A 133
PAINEL DE EXPERIÊNCIAS: Trajetórias ao Longo de um Século
por Tatiana Lazarini Fonseca
- r** PÁGINAS DE 134 A 137
O Manifesto das Espécies Companheiras
por Octávio Weber Neto



Velhices Plurais

Danilo Santos de Miranda

Diretor do Sesc São Paulo



Há diversas maneiras de envelhecer e, do ponto de vista cultural, é necessário trazer para o centro da cena o respeito dado às pessoas idosas na tradição indígena e, por outro lado, a abstração dos artistas que fizeram a Semana de Arte Moderna de 1922 quando envelheceram.

O ancião, termo utilizado pelos indígenas para as pessoas idosas, é valorizado como um arquivo vivo, um guardião das tradições. Eles transmitem os saberes nas aldeias, como os remédios feitos a partir de ervas, os cantos e as danças para os dias de festas, entre outros aprendizados para as diversas faixas etárias.

Já os idealizadores e artistas da Semana de 22 tinham em torno de 30 anos no auge do modernismo. A partir da Crise de 1929, com um novo contexto social e político, a vida e a obra de todos eles mudaram substancialmente. Novos rumos foram tomados e as carreiras seguiram caminhos diversos, com momentos de maior ou menor reconhecimento do público e da crítica. De qualquer maneira, o fato é que essas pessoas envelheceram e pouco foi mencionado sobre esse período.

No ano do bicentenário da Independência do Brasil e do centenário da Semana de Arte Moderna, a reflexão sobre o processo de envelhecimento tanto dos povos indígenas quanto dos artistas modernistas se faz presente para que questões relacionadas ao respeito, ao preconceito, à história, à tradição e à cultura estejam em destaque neste ano relevante para ambos os movimentos.

A pluralidade da velhice é tratada de forma transversal no Sesc São Paulo. No programa Trabalho Social com Idosos (TSI), as programações oferecidas nas unidades do Sesc atravessam as várias formas de envelhecer sob o ponto de vista cultural.

A revista *Mais 60* abre espaço para a discussão, o conhecimento e os saberes tradicionais por meio dos artigos, entrevistas, relatos de experiências e resenhas que trazem representatividade e diversos olhares para assuntos que são contemporâneos e relevantes para a sociedade.

Boa leitura! ➡



*Artigo
da capa*

Mahsã Buhkurã Masirã: Os Sábios Indígenas

[Artigo 1, páginas 8 a 23]





João Paulo Lima Barreto

Indígena do povo yepamahsã (tukano), nascido na aldeia São Domingos, situada no município de São Gabriel da Cachoeira (AM). Graduado em filosofia e doutor em antropologia social pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Pesquisador do Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (Neai), fundador do Centro de Medicina Indígena Bahserikowi e da Casa de Comida Indígena – Biatuwi. Membro do Painel Científico para a Amazônia, da Academia Brasileira de Ciências, do Comitê Científico SoU_Ciência e da Organización del Tratado de Cooperación Amazônica (OTCA). Coordenador do Fórum Povos da Rede Unida, professor e consultor.



RESUMO

O texto apresenta a importância dos anciãos nas sociedades indígenas. Para os povos indígenas do noroeste amazônico, pais, mães e avós são considerados sábios e detentores de conhecimentos: são detentores de *kihti ukuse* (conjunto de teorias e narrativas míticas), *bahse* (práticas de cuidado da saúde) e *bahsamori* (práticas relacionadas à formação de especialistas, festas, danças, instrumentos musicais), fundamentais para a existência dos grupos sociais. Os mais velhos carregam o status de pensadores, conhecedores e formadores de novas gerações. Para mostrar isso, começo este artigo falando do meu próprio pai, Ovídio Barreto, como um exemplo de *kumu*, pajé. Para as sociedades indígenas, os anciãos são professores e equivalem às instituições de ensino. Eles têm um lugar especial no seio dessas sociedades, e não há um limite de idade para exercerem seus papéis especializados. Esse modelo de conhecimento, no entanto, está cada vez mais ameaçado pela presença de instituições estatais, que tentam impor uma política que limita as pessoas mais velhas de exercerem suas especialidades e transmitirem seus conhecimentos, colocando em risco, assim, o modelo de organização social dos povos indígenas.

ABSTRACT

This work aims to underline the importance of the elderly among indigenous societies. For the native peoples of Northwestern Amazon, fathers, mothers and grandparents are all considered to be sages, bearers of the wisdom and of the knowledges fundamental to the perpetuation of social groups: the kihti ukuse (a set of mythical narratives and theories), the bahse (health care practices) and the bahsamori (the preparation of specialists, feasts, dances, musical instruments). Elders take on the status of thinkers, experts and of mentors to the forthcoming generations. To demonstrate this, I start by addressing Ovídio Barreto's, that is, my own father's example as a kumu, pajé. For indigenous peoples, seniors are teachers and professors, corresponding to educational institutions. They hold a special place within the bosom of such societies, and age never becomes a hindrance to the exercise of their roles as specialists. This modus of knowing and knowledge, and with it, indigenous peoples very social organization, is presently being put at risk by State institutions and government policies that prevent older people from exercising their specialties and transmitting their knowledges.

RESUMO (TUKANO)

Mahsã buhku turi kahse ukurõ ní'i ati puri. Poterikarã mahsãma, mari pahkusumuã, mari pahkomãnumia, mari ñekusumuã buhku turi eharã masiri mahsã nima. Kihti ukuse, bahsese, bahsamori masiri mahsã. To werã wiopesari mahsã nima, tuoñari mahsã, ukuri mahsã, bahseri ko mahsã, wiseri karã mahsã mina. Tere yu'u ati purie uku. Na, buhku turi nirõkarã nirã wema ní'i uku. Tere uku wākõgu, yu'u pahku, Akuto (Ovídio Barreto) kumu ku nisere uku wākõ. Bahseri ko mahsã ku nirõre, ku porãre Kihti ukuse, bahsese, bahsamori masiri ku weopeosere. Poterikarã mahsãma, buhkurãta nima mama bukuatuarare buerã mahsã kurari kahtisere, até nirõksere Kihti ukuse, bahsese, bahsamori. To werã, nirõkarã nirã wema mahsã buhkurã, mahsiri mahsã nima, bueri mahsã nima, suori mahsã kahtirã nima. Arã, mari pehkahsã nirã, buhku turi kahrãre, mari poterikarã mahsã weroho uña weõpeo nukõtima. Mahsã buhkurãre daratuhtuatima ní'i uña kahsanukõ, nare so'õ nikarã waya wiseripu nima. Bukurã ní'i musã, daratutuase mo'õ musã nima ní'i uku yu'u ati purire.

Eu sou especialista *kumu* porque fui formado pelo meu pai, Ponciano Yai (pajé). Tenho domínio de *kihti ukuse*, *bahsese* e *bahsamori*. Tenho domínio da arte de cura para cuidar da saúde coletiva, saúde das pessoas e curar as doenças. Tudo que meu pai me ensinou quando era jovem, atualmente eu pratico e vivo disso (Ovídio Barreto, *kumu*).

Ovídio Lemos Barreto, de nome *Akuto* na nossa língua materna, é meu pai de 87 anos de idade. Ele mora na nossa comunidade *Uremiripa* (Corredeiras do Rouxinol), também conhecida como comunidade São Domingos Sávio, localizada no rio Tiquié, Alto Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM).

Para compartilhar a visão indígena sobre a velhice, falarei de minha perspectiva tomando como ponto de partida a minha própria família, de modo a descrever a importância das pessoas mais velhas e seus papéis especializados nas sociedades indígenas do noroeste amazônico.

Para tanto, nada melhor que começar falando do meu pai e da nossa relação de cuidado com ele. Nós, como filhos do seu Ovídio, temos uma relação de respeito e cuidado com o nosso pai. Minha mãe, já falecida, se estivesse viva estaria com a mesma idade do meu pai e gozaria do mesmo respeito e cuidado.

Nós pertencemos a um grupo social chamado *yepamahsã*, mais conhecido como tukano. Somos organizados em subgrupos pelos marcadores “irmão maior” e “irmão menor”. Minha família pertence ao subgrupo *yupuri-tremiri-sararo*, o segundo grupo de irmãos maiores dos *yepamahsã*.

Akuto, Ovídio Barreto, é muito ativo, sempre sai para o roçado, para a pescaria, faz cestarias com fibra de arumã, participa da vida comunitária, como o *ajuri*, de festas de santos católicos, e é bastante requisitado pelas pessoas quando estão doentes. Também viaja bastante, ora está na nossa comunidade, ora em São Gabriel da Cachoeira, na sede do município, ora em Manaus, capital do estado de Amazonas, no Centro de Medicina Indígena *Bahserikowi*, onde atende e cuida da saúde das pessoas.

Sua vida sempre foi trabalhar no roçado, caçar, pescar e promover festas tradicionais conforme os períodos de constelações que marcam cada época do ano, e que ditam as práticas sociais dos povos indígenas. Cada período tem seus bioindicadores e determina o tempo específico para a formação de novos especialistas, construção de armadilhas de pescas, abertura de roçados, tempo de plantar, fazer festas e comemorar a fartura de peixes, frutas e caças, como a festa de *dabucuri*. Tudo isso acontece sob a orientação dos mais velhos.

Seu Ovídio é um especialista *kumu*, termo, em geral, traduzido como “pajé”. O que ele ama fazer, portanto, é cuidar da saúde das pessoas, curar aqueles que estão doentes e ensinar à nova geração os conhecimentos *kihti ukuse*, *bahsese* e *bahsamori*, os três grandes conhecimentos que

fundamentam a filosofia, o pensamento e as práticas sociais dos povos *yepamahsã*.

Kihti ukuse (mitologias) é o conjunto de narrativas míticas que contam as tramas sociais vivenciadas pelos demiurgos, responsáveis pela origem e organização do mundo, da humanidade, dos seres, das coisas, das técnicas, dos artefatos, da arquitetura, das paisagens etc. Em *kihti ukuse* encontramos também as lições, as regras, as obrigações, a origem das doenças e dos *bahsese*, as etiquetas e os comportamentos exigidos nas relações entre os humanos e destes com os não-humanos, especialmente com os *waimahsã*¹.

Bahsese (benzimentos) remete tanto à habilidade de um especialista de evocar e pôr em ação as qualidades contidas nos animais e nos diversos tipos de vegetais e minerais (amargura, doçura, acidez, frieza, entre outras) para efeito de abrandamento da dor ou cura da doença, quanto de evocar os elementos protetivos do corpo. Em outros termos, *bahsese* consiste na manipulação metaquímica e metafísica das coisas para a proteção, prevenção e cura das doenças.

Bahsamori (rituais) é o conjunto de práticas relacionadas à formação de novos especialistas, à música, à coreografia e aos instrumentos musicais, dentre outras. Tais práticas organizam-se ao longo do ano de acordo com um complexo calendário astronômico, inscrito e estruturado pela passagem das constelações, que orienta também as atividades na roça, a construção das armadilhas de pesca, caça, coleta e várias outras atividades ligadas às experiências da vida cotidiana.

É essa trindade (*kihti ukuse*, *bahsese* e *bahsamori*) que constitui o conhecimento-prático dos povos indígenas que habitam o noroeste amazônico. Nela encontramos noções de organização do mundo terrestre, taxonomias das coisas, teorias que explicam a origem do mundo, das coisas e dos humanos, filosofia, pensamento, fundamentos para as práticas e regras para as relações sociais e sociocosmopolíticas.

Entre as sociedades indígenas do noroeste amazônico existem fundamentalmente três categorias de especialistas, *yai*, *kumu* e *baya*, as quais são complementares entre si. Todos eles são detentores de conhecimentos, de tecnologia de comunicação cosmopolítica, da arte de cuidado da saúde e da cura. Quem possui um desses títulos é respeitado e requisitado.

Em linhas gerais, *yai* é especialista em diagnosticar as causas das doenças e os perigos dos ataques dos *waimahsã*; *kumu* é especialista em *bahsese* (benzimentos) de proteção, prevenção e cura de doenças;

¹ Em meu trabalho de mestrado (Barreto 2013), defini *waimahsã* como “humanos invisíveis” que habitam os domínios da terra, da floresta, do ar e da água; dotados da capacidade de se metamorfosear e de se camuflar, assumem (vestindo a roupa) a forma de animais e de peixes e, assim, adquirem suas características e habilidades físicas. Como fonte de conhecimento, são aqueles com os quais os especialistas tukano (*yai*, *kumu* e *baya*) devem se comunicar e aprender, acessando seus conhecimentos. *Waimahsã* são também seres que habitam todos os espaços cósmicos, são donos dos lugares e responsáveis pelos animais, vegetais, minerais e pela temperatura do mundo terrestre. Só podem ser vistos por um especialista, isto é, *yai* ou *kumu*. Esses seres são, por fim, a própria extensão humana, devendo sua existência e reprodução ao fenômeno do devir, isto é, à continuidade da vida após a morte, sendo, portanto, a origem e o destino dos humanos, seu início e seu fim. A categoria de *wai-mahsã*, assim grafada com hífen, foi abundante e literalmente traduzida como “gente-peixe” (uma vez que *wai*: peixe; *mahsã*: gente), o que levou ao entendimento direto de que, para os Tukano, peixe é gente. Como discuti em meu trabalho (Barreto, 2013), o peixe não possui atributos antropocêntricos, isto é, não tem status de gente ou de pessoas. Para os tukano, os peixes nunca tiveram, nem mesmo em sua origem mítica, condição humana. Pelo contrário, sua gênese está quase sempre relacionada ao que é descartado: restos de madeira, objetos e ornamentos abandonados pelos *waimahsã*, partes descartadas e podres do corpo humano etc.



Para compartilhar a visão indígena sobre a velhice, falarei de minha perspectiva tomando como ponto de partida a minha própria família, de modo a descrever a importância das pessoas mais velhas e seus papéis especializados nas sociedades indígenas do noroeste amazônico.

mestre condutor de grandes festas de *dabucuri*, *baya* é especialista em cantos e danças.

Quem são os especialistas? São sujeitos que passaram por uma rigorosa formação e treinamento, sob orientação de um especialista formador, conectando-se ao domínio de *waimahsã* para adquirir *kihti ukuse*, *bahsese* e *bahsamori*. Quando formados, têm o poder de articular e evocar os elementos curativos contidos em diferentes tipos de vegetais, animais e minerais para tratar doenças, de modo a transformar elementos como água, tabaco, enzima vegetal, entre outros, em agentes curativos e protetivos. São dotados, também, da habilidade de se comunicar e interagir com os *waimahsã*, atuando como mediadores sociocosmopolíticos.

Na vida cotidiana das comunidades, os especialistas são responsáveis por cuidar da saúde das pessoas com o auxílio dos *bahsese* e das plantas medicinais. Estes modos são próprios dos povos indígenas do noroeste amazônico para cuidar da saúde, seja para prevenir e proteger as pessoas, seja para curar doenças.

Há um tempo, por uma imposição cultural europeia, as práticas da arte de cura foram proibidas e os povos indígenas se viram obrigados a negar os seus especialistas (pajés) e suas instituições. Hoje em dia, sentem falta.

Seu Ovídio, como *kumu*, é especialista em *bahsese*. Para ser especialista como ele, os jovens passam por uma rigorosa formação:

A inserção na vida adulta era, inicialmente, marcada pela reafirmação do *heri-porã*, isto é, a recolocação do nome da pessoa na estrutura sócio-cosmológica, permitindo-lhe, a partir daí, sua participação na festa com o instrumento jurupari e a ingestão de *kahpi*. Depois de passado por essa inserção, o jovem encontrava-se, então,

apto à formação numa das três especialidades. Para tanto, ele era submetido a uma sessão de ingestão de *wai-kahpi* (uma espécie de *kahpi*), um tipo especial para esta finalidade. Se nesse momento, sob efeito da bebida, o jovem fosse tomado por uma visão em que lhe aparecesse o *ahkopa*; um recipiente com água; a cuia *vahtoro*; quatro folhas indicando as janelas do universo *shope* que correspondem às direções norte-sul-leste-oeste, isso era um indicativo de que a habilidade desse jovem era para ser um *yai*. Se encontrasse o *patú-vahro* (cuia com *ipadu*), o *murorô* (cigarro) e o breu, o aprendiz seria um futuro *kumu*. Por fim, se sua visão revelasse o *mahãpoari*, diadema ritual, o maracá *nhassã* e o *haunpu*, bastão de ritmo, seu talento seria revelado para o papel de *baya*. Acontecia, porém, de o jovem iniciante não encontrar com nenhum desses símbolos em suas visões, o que o dispensava dessas habilidades e, conseqüentemente, de toda a longa trajetória de ensinamentos posteriores (Barreto, 2013:72).

A formação de novos especialistas (*yai*, *kumu* e *baya*) é um aspecto fundamental das sociedades indígenas do noroeste amazônico. Os jovens candidatos passam aproximadamente cinco anos em formação, de maneira intercalada. Acompanhados pelos especialistas mais experientes, se estabelecem em cabanas longe do convívio social, são orientados a fazer dieta e limpeza estomacal todas as madrugadas. Na condição de professores, os especialistas ensinam aos aprendizes os *kihti ukuse*, *bahsese* e *bahsamori*; ensinam a acessar os domínios de *waimahsã*, a interpretar os sonhos, a diagnosticar doenças e a reconhecer as plantas medicinais.

Da mesma forma, mas não tão igual aos homens, as mulheres passam por uma rígida formação que culmina na primeira menarca. Como pondera Pereira (2013:97),

Determinadas conversas dos velhos e velhas, tais como os procedimentos dos partos, não podem ser ouvidos no primeiro ciclo. Bem como a participação de um grupo e de outro nesse caso, uma menina-criança não pode andar com as mulheres casadas e as casadas não podem andar no grupo das solteiras. Geralmente os meninos quando estão na faixa de 4 anos acompanham seus pais e avós e as meninas passam mais tempo com as mães, avós, tias. É um tempo no qual compreendem as relações sociais, os segredos das plantas, os pontos de pesca, caça, tipos de comidas, relações com os donos da mata, segredo dos solos.

Tudo isso acontece sob a orientação dos especialistas e das especialistas. A formação de novas gerações é uma garantia da perpetuação dos sistemas de conhecimentos indígenas e suas práticas sociais e, com isso, assegura a qualidade de vida da comunidade. Quanto mais uma pessoa vive, mais especialista ela se torna, sendo reconhecida publicamente como formadora de novas gerações.

As mulheres têm o mesmo respeito que os homens. Pela formação e experiências adquiridas, elas assumem a posição de especialistas. Cabe a elas formar novas especialistas, cuidar da saúde das mulheres e orientá-las sobre os cuidados de saúde da criança. Essa especialidade é essencial nas sociedades indígenas do Alto Rio Negro. Sem ela, a nova geração de mulheres corre sérios riscos de perder conhecimentos vitais para o cuidado da saúde da mulher e das crianças e para a manutenção da qualidade de vida da família. Segundo Vanderlúcia da Silva Ponte (2022:56),

É pelo processo ritual e suas diversas cerimônias que o corpo da mulher adquire potência e vai domesticando as Karuwar(s). Conforme vimos, o corpo da mulher passa por três momentos fundamentais na festa do *wira' u haw*: a tocaia, a festa do mingau e a festa do moqueado. As três fases do ritual permitem-nos ver como o corpo da mulher é fabricado para receber as Karuwar(s), a força espiritual que permitirá a mulher “ser mais forte que o homem”. É a perspectiva do corpo da mulher, agenciado pelas karuwar(s), que marcará sua coexistência (Soares-Pinto, 2017) como corpo de mulher/pajé, espírito de Zawar, espírito de Zahy, os espíritos de quem “já foi gente um tempo, só que eles eram pajé e muito mais forte e eram mulher”, conforme comentou Bewãri.

Seu Ovídio, como especialista *kumu*, é responsável por formar novos especialistas. Meus três irmãos passaram pela formação com ele, atualmente são *kumuã* (pajés) e atendem as pessoas no Centro de Medicina Indígena *Bahserikowi*, cuidando da saúde e curando-as. Como o nosso pai, todos eles já são aptos para formar novos especialistas, os quais serão seus sucessores.

Por que as pessoas mais velhas, tanto homens como mulheres, são consideradas especiais e importantes nas sociedades indígenas do noroeste amazônico? Porque elas são responsáveis pela formação de novos especialistas, são detentoras de conhecimentos como *kihti ukuse* (mitologias), *bahsesse* (benzimentos) e *bahsamori* (rituais) – essenciais para a existência, vivência e autoafirmação dos povos indígenas – e atuam como mediadores sociocompolíticos. Os mais velhos são as nossas próprias instituições de ensino e aprendizagem.



Quanto mais uma pessoa vive, mais especialista ela se torna, sendo reconhecida publicamente como formadora de novas gerações.

As mulheres têm o mesmo respeito que os homens. Pela formação e experiências adquiridas, elas assumem a posição de especialistas.

Nas sociedades indígenas as pessoas especialistas não se encaixam na categoria de “idosos”, no sentido de “improdutivos”, pois elas são as nossas instituições. A perpetuação de conhecimentos, construção e manutenção da nossa qualidade de vida dependem diretamente da mediação desses especialistas.

Grosso modo, em todas as sociedades a formação de uma nova geração depende de uma instituição de ensino. Entre os povos indígenas do noroeste amazônico, cabe aos mais velhos cumprirem o papel da instituição.

Os especialistas são pesquisadores e cientistas; são pessoas que abordam assuntos novos, promovem a reflexão, analisam e discutem sobre a importância da existência humana e sua relação com tudo que a cerca. Atentos, eles refletem sobre as mudanças do tempo e fazem *bahsese* para mitigar os impactos dessas mudanças.

Como qualquer cientista, os especialistas estão em constante aprimoramento dos seus conhecimentos. Independentemente de serem considerados propagadores desses saberes e/ou promotores de qualidade de vida, eles são, sobretudo, mediadores sociocosmopolíticos.

Seu papel é de extrema importância nas sociedades indígenas, de modo que a expressão “quando um velho morre, lá se vai a biblioteca” faz bastante sentido: para nós, a ausência dos mais velhos é sinônimo de ausência de conhecimento, de instituição de ensino e aprendizagem, de fonte de conhecimento; tal ausência coloca em risco a qualidade das nossas vidas e a continuidade do processo de formação de novos especialistas. Eles são fundamentais para proporcionar à nova geração uma experiência completa da vida, uma orientação e formação. Com eles, abre-se espaço para a construção de saberes e a descoberta de novas ideias para a perpetuação de diferentes culturas e perspectivas.

Tal como uma biblioteca, as pessoas mais velhas exercem um papel social determinante, isto é, o de fomentador de conhecimentos. É impossível, portanto, pensar nas sociedades indígenas sem a atuação

ativa dos mais velhos. Além da responsabilidade de formar a nova geração, eles fazem parte da formação do seu grupo social, compartilham conhecimentos capazes de impactar a vida da sociedade de forma decisiva. Sua importância é tão grande que é possível afirmar que, sem esses especialistas, não existiria uma sociedade indígena.

As instituições indígenas fogem dos padrões ocidentais. Para alguém que não tem familiaridade com as nossas culturas, a vida dos povos indígenas pode parecer desorganizada. São, no entanto, sistemas complexos, e para entendê-las é preciso ter paciência e uma visão decolonizada.

As instituições indígenas também seguem normas e processos próprios de funcionamento. Sem uma estrutura física, é a partir da atuação dos especialistas que se faz o ambiente no qual o conhecimento é propagado. De forma mútua, os candidatos a papéis especializados e os especialistas formadores trocam experiências e constroem seus conhecimentos juntos.

Quando falamos de instituições educadoras entre os povos indígenas, não nos referimos apenas ao processo de ensino e aprendizagem, ou aos especialistas como sujeitos formadores de novos especialistas, mas também como mediadores sociocosmopolíticos. Graças à sua formação, os especialistas são pessoas dotadas da capacidade de acessar e transitar, em determinadas situações, pelos domínios dos *waimahsã*, mediando, assim, a relação entre os humanos e estes últimos. O especialista é um agente diplomático nas relações de troca e negociação. Os *waimahsã*, como detentores primários dos conhecimentos *kihti ukuse*, *bahsese* e *bahsamori*, por sua vez, orientam os humanos como proceder em situações cotidianas de perigo.

Conceber o mundo como um espaço povoado por *waimahsã* em todos seus domínios significa tomá-lo como um espaço de convivência entre humanos e *waimahsã*, mediado pelos especialistas, com regras de respeito, de interação e comunicação entre si com vistas a manter o equilíbrio social, político e econômico.

Diferentemente do “branco”, não indígena, que vê o território apenas como uma fonte inesgotável de recursos naturais a ser explorada e descartada – terra, floresta, minérios, petróleo, madeira etc. –, os povos indígenas consideram o domínio aquático, o domínio terra/floresta e o domínio aéreo como grandes casas onde habitam outros humanos, chamados de *waimahsã* em língua tukano. Estes são “humanos” – não são “espíritos” no sentido religioso do termo – com os quais nós, humanos, interagimos, nos comunicamos e aprendemos sob condições

especiais, isto é, durante a formação de *kumu* (pajé), durante o uso de *kahpi* (ayahuasca) e de *wiõ* (rapé).

Muita gente se engana que a nova geração dos povos indígenas aprende somente observando e repetindo as atividades. Os mais novos acompanham seus pais, suas mães e seus avós em seus afazeres e este acompanhamento constitui um ensino prático, isto é, aprende-se observando e fazendo.

A distinção entre a educação escolar e educação indígena está fundamentalmente na forma como o ensino e a aprendizagem são gerenciados. Em um trabalho mais recente (Barreto, 2021:17-18), sustento que entre os povos indígenas o ensino e a aprendizagem se dão numa dinâmica cotidiana de conversa:

Na roda de conversa, quase sempre, o papo girava em torno dos *Kih-ti uküse* e dos *bahsese*, assunto de gente adulta, como eles costumavam dizer. Mas não proibiam as mulheres com seus filhos de ficarem sentadas ao seu redor. Para nós, crianças, era proibido fazer barulho e correr, nossas mães exigiam silêncio e recomendavam ouvir as conversas dos velhos.

Também durante as conversas, comentavam sobre os perigos das doenças, que apareceriam conforme as constelações estelares, os perigos do tempo de cheia dos rios, do tempo de verão, do tempo de fartura de frutas silvestres e do tempo de fartura de larvas comestíveis, chamados de *nihtiã*.

Ao falar dos perigos também se falava de *bahsese*, dos *Kih-ti uküse* e sobre os discursos formais das cerimônias de *poose*, da organização social – dos grupos de irmãos maiores e de irmãos menores. Enfim, aquelas rodas de conversa eram momentos de atualização dos conhecimentos. Para as crianças, contavam histórias dos bichos, do *boraro* (curupira), do *bisio*, do *saharowati* e dos *welrimahsã* (humanóides da floresta). Falava-se também dos marcadores do tempo, das constelações, dos bioindicadores, da divisão do tempo de verão, da divisão do tempo de inverno, dos perigos dos *waimahsã*.

Para as crianças, os velhos só faziam contar as histórias de modo simplificado, eximiam de contar fazendo sua conexão com os *bahsese* ou *bahsamori*.



Os mais velhos são as nossas próprias instituições de ensino e aprendizagem.

Por volta dos meus cinco anos de idade, eu passei a conviver mais com meus avós paternos. A casa onde morávamos tinha duas divisórias, uma parte de aposento da família e outra que correspondia à cozinha, espaço que meus avós preferiam como seu aposento. Quando passei a morar com eles, antes de eu dormir, minha avó sempre me contava historinhas de bichos como da cutia, do caranguejo, do inambu e dos perigos que apareciam ao longo do tempo. Durante o dia, quando meu avô não ia para o roçado colher folhas de patu, ele saía para pescar e, muitas vezes, me levava junto. No momento da pescaria, a ordem era ficar quieto, sem perguntas, sem fazer barulho, apenas seguir suas ordens. Depois da pescaria, já voltando para casa, durante o percurso até chegar ao porto, meu avô contava as histórias sobre os lugares, sobre os *waimahsã* que habitavam nos lagos, sobre os nomes das corredeiras, sobre os *oãmahrã* – sujeitos que construíram o mundo terrestre – e sobre outros personagens que ajudaram a organizar o mundo, futuro lugar de habitação dos *waimahsã* e dos humanos.

Como se vê, o modelo indígena de ensino e aprendizagem se dá de modo distinto da educação escolar. Orientado pelos especialistas, nosso modelo é marcado pela participação coletiva: criança, jovem e adulto ensinam e aprendem coletivamente para que possam envelhecer com sabedoria e transmitir à comunidade os conhecimentos apreendidos ao longo da vida.

Com a implementação da educação escolar nas comunidades, há o risco de apagamento dos especialistas indígenas. Os conhecimentos indígenas passarão a ser organizados no âmbito de disciplinas já

estabelecidas, sendo definidos na chave do *etno*, isto é, “etnomatemática”, “etnobotânica”, “etnohistória” etc., em uma tentativa desesperada de colocá-los em “caixinhas” e, assim, acoplá-los à lógica da ciência não indígena.

Nesse modelo de ensino não há lugar para os especialistas indígenas, uma vez que a sociedade impõe o sistema educacional escolar como o único modelo de ensino e aprendizagem possível. A assimetria de conhecimentos resulta na discriminação e na separação entre quem tem diploma, quem frequentou a escola, quem tem formação em um sistema de monocultura de ensino e aprendizagem.

A educação escolar indígena atualmente em vigor é incompatível com a noção de educação indígena tal como concebida pelos próprios povos indígenas, na medida em que a primeira propõe uma monocultura de educação nos moldes ocidentais. A pluralidade cultural é apagada no padrão da educação escolar. Definidos como *etno*, os conhecimentos indígenas nas escolas são desconexos da relação intrínseca entre *kihti ukuse*, *bahsese* e *bahsamori*, descompromissados com a compreensão de noções de organização do mundo terrestre, taxonomias das coisas, teorias que explicam a origem do mundo, das coisas e dos humanos, com a filosofia, o pensamento e os fundamentos para as práticas e relações sociais.

No interior das sociedades indígenas, cada grupo acumula bens materiais, imateriais, como os saberes *kihti ukuse* e *bahsese*, e prestígio, de modo que não há um amplo acesso de outros grupos a esses conhecimentos específicos.

Aos poucos, os papéis dos velhos especialistas vão sendo destruídos e substituídos pelos profissionais de educação escolar, como os professores, e uma política de produtividade baseada na idade vai se inserindo, por meio das escolas, no seio das sociedades indígenas. Na mesma chave, programas de atenção à saúde dos povos indígenas nas aldeias têm contratado agentes de saúde indígenas com base na idade: “improdutivos” aos olhos do Estado, excluídos da parcela da população economicamente ativa, professores e profissionais de saúde indígenas “idosos” são forçados a se dirigir para a fila de aposentados.

A noção de produtividade atrelada à idade vem adentrando as comunidades indígenas de forma bastante sutil, a ponto da sabedoria de uma pessoa – seu capital intelectual – também ser medido de acordo com o que ela produz.

Decorre que, entre os povos indígenas, é a partir da convivência coletiva nos roçados, festas, pescarias e caçadas que se constrói a pessoa. Diferentemente da concepção de trabalho ocidental, estreitamente ligada à capacidade de produção, entre os povos indígenas não há a preocupação em alcançar metas ou cumprir carga horária. Os velhos participam dos trabalhos isentos da obrigação de serem produtivos.

Conforme apresentei no início deste artigo, a importância dos mais velhos deve-se ao seu domínio das práticas de cuidado de saúde coletiva e das pessoas, da arte de cura com *bahsese*, do uso de plantas medicinais, do domínio dos cantos, danças, pinturas corporais. Eles são respeitados e reconhecidos, sobretudo, como detentores dos conhecimentos e das práticas sociais.

Cuidar dos mais velhos é cuidar das instituições de conhecimentos, garantir a qualidade de vida da comunidade e o equilíbrio na convivência entre humanos e *waimahsã*, assegurando, assim, os recursos naturais necessários para a continuidade da existência humana.

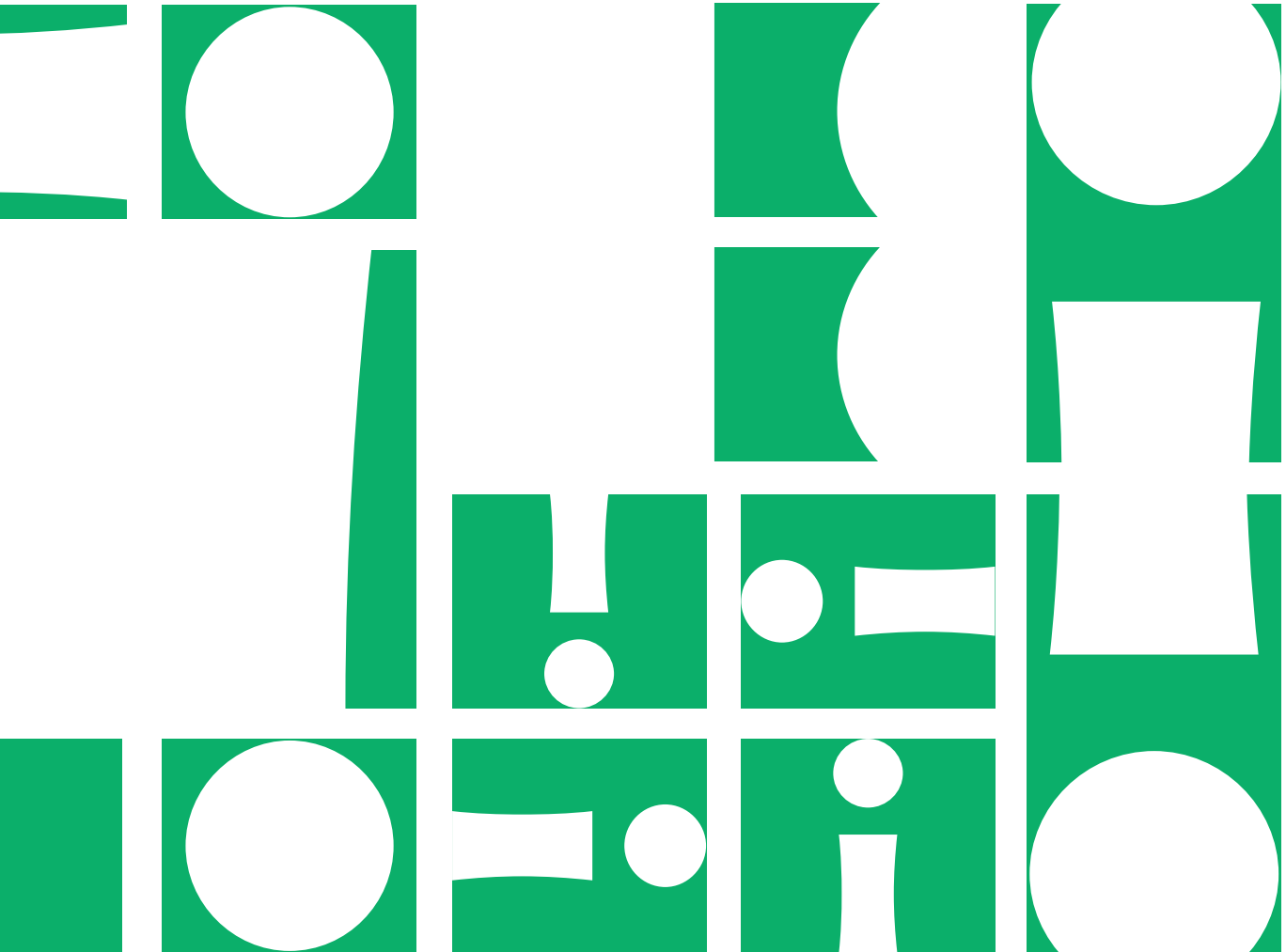
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, D. L. *Forma e conteúdo do bahsese Yepamahsã (Tukano)*: fragmentos do espaço Di'ta/Nuhku (terra/floresta). Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2016 (Mestrado em antropologia social).
- BARRETO, João Paulo Lima. *Waimahsã*: peixes e humanos. Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2013 (Mestrado em antropologia social).
- BARRETO, João Paulo Lima. *Bahserikowi* - Centro de Medicina Indígena da Amazônia: concepções e práticas de saúde indígena. *Amazônica – Revista de Antropologia*, v. 9, n.2, p. 594-612, abr. 2018.
- BARRETO, João Paulo Lima. *Omerô*: constituição e circulação de conhecimentos Yepamahsã (Tukano). Manaus, Editora EDUA, 2018, 192p.
- PONTE, Vanderlúcia da Silva. Mulher-pajé: cosmopolítica do corpo na festa do *wira'u haw Tenetehar-Tembé*. *Tellus*, Campo Grande, ano 2, n. 47, p. 35-60, jan.- abr. 2022.



A Maturidade Modernista

[Artigo 2, páginas 24 a 41]



Gênese Andrade

É doutora em literatura hispano-americana pela Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado em literatura comparada pela Unicamp. Professora titular de literatura do Centro Universitário Faap/SP, pesquisadora e tradutora. Autora de *Pagu/Oswald/Segall* (2009), *Vicente do Rego Monteiro* (2013) e “Artistic Vanguards in Brazil, 1917-1967”, em *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History* (2019). Organizadora de, entre outros volumes de *Feira das Sextas* (2004) e *Arte do Centenário e Outros Escritos* (2022), ambos de *Oswald de Andrade*, *Modernismos 1922-2022* (2022) e *Correspondência Mário de Andrade & Oswald de Andrade* (no prelo). Co-organizadora de *Un Diálogo Americano: Modernismo Brasileiro y Vanguardia Uruguaya* (2006) e de *Oswald de Andrade, Manifesto Antropófago e Outros Textos* (2017). Coordenadora, com *Jorge Schwartz*, da edição atual da obra de *Oswald de Andrade* pela editora *Companhia das Letras*.

RESUMO

Em 1922, quando a Semana de Arte Moderna foi realizada, seus principais idealizadores e protagonistas: Anita Malfatti (1889-1964), Oswald de Andrade (1890-1954), Guilherme de Almeida (1890-1969), Menotti Del Picchia (1892-1988) e Mário de Andrade (1893-1945) tinham em torno de 30 anos, excetuando Di Cavalcanti (1897-1976).

Nos anos 1950, quando se comemoraram os 30 anos da Semana de 22, eles ocuparam novamente o centro da cena. A partir dos fatos e registros na imprensa, é possível revisitar sua trajetória e avaliar o lugar que ocupavam nesse momento em que chegavam aos 60 anos de idade, assim como nos anos seguintes. Vamos acompanhar a atuação de Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Menotti Del Picchia e Anita Malfatti a partir da década de 1950 até seu falecimento, e a de Mário de Andrade em seus últimos anos de vida, pouco antes dessa década.

Palavras-chave: Anita Malfatti; Mário de Andrade; Menotti Del Picchia; Oswald de Andrade; Tarsila do Amaral.

ABSTRACT

In 1922, when the “Semana de Arte Moderna” was held, except for Di Cavalcanti (1897-1976), its main creators and protagonists, Anita Malfatti (1889-1964), Oswald de Andrade (1890-1954), Guilherme de Almeida (1890-1969), Menotti Del Picchia (1892-1988) and Mário de Andrade (1893-1945), were around 30 years old. In the 1950's, when the 30th anniversary of the “Semana de 22” was celebrated, they once again took center stage. From the facts and records in the press, it is possible to revisit their trajectory and assess the place they occupied at the time they reached the age of 60, as well as their trajectory in the following years. We will follow the life and the work of Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Menotti Del Picchia and Anita Malfatti from the 1950s until his death, and that of Mário de Andrade, in his last years of life, shortly before that decade.

Keywords: Anita Malfatti; Mário de Andrade; Menotti Del Picchia; Oswald de Andrade; Tarsila do Amaral.

Em 1922, quando a Semana de Arte Moderna foi realizada, seus principais idealizadores e protagonistas: Anita Malfatti (1889-1964), Oswald de Andrade (1890-1954), Guilherme de Almeida (1890-1969), Menotti Del Picchia (1892-1988) e Mário de Andrade (1893-1945) tinham em torno de 30 anos, excetuando Di Cavalcanti (1897-1976).

O auge da carreira deles se situa nos anos 1920, período de produção de obras consagradas e até hoje reconhecidas nacional e internacionalmente. As viagens à Europa, a leitura e os estudos, o contato com artistas estrangeiros, a circulação de sua produção em publicações e exposições, a ampla atuação nos jornais e revistas e a vasta bibliografia sobre eles fazem com que, neste centenário da Semana de 22, sejam relidos, discutidos e festejados com alarde. Tarsila do Amaral (1886-1973), embora não tenha participado do evento, pois se encontrava em Paris em fevereiro de 1922, se juntou ao grupo em junho e se tornou a artista modernista mais conhecida no Brasil e no exterior.

Com a quebra da bolsa de Nova York, a Crise de 1929 e o novo contexto político e social, a trajetória de vida e a obra de todos eles mudaram substancialmente. A produção artística tomou novos rumos e a suas carreiras seguiram caminhos diversos, com momentos de maior ou menor reconhecimento, variáveis em cada caso.

Nos anos 1950, quando se comemoraram os 30 anos da Semana de 22 e outras efemérides referentes a publicações e eventos, eles ocuparam novamente o centro da cena. A partir dos fatos e registros na imprensa, é possível revisitar sua trajetória e avaliar o lugar que ocupavam nesse momento em que chegavam aos 60 anos de idade, assim como sua atuação nos anos seguintes.

Vamos acompanhar Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Menotti Del Picchia e Anita Malfatti a partir da década de 1950 até seu falecimento, e Mário de Andrade em seus últimos anos de vida, pouco antes dessa década.

“SEXAGENÁRIO NÃO, MAS SEX-APPEAL-GENÁRIO”

Podemos sintetizar da seguinte maneira a trajetória de Oswald de Andrade, com destaque para suas publicações. Nos anos 1920, casado com Tarsila do Amaral, fez várias viagens à Europa, foi ao Oriente, circulou pelo Brasil, frequentou altas rodas sociais, se envolveu em polêmicas, colaborou em jornais e revistas e publicou várias obras:

os livros de poemas *Pau-Brasil* (1925) e *Primeiro Caderno do Aluno de Poesia Oswald de Andrade* (1927); os romances *Os Condenados*, 1922 (primeiro volume de *A Trilogia do Exílio*), *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1924) e *A Estrela de Absinto*, 1927 (segundo volume de *A Trilogia do Exílio*); o *Manifesto da Poesia Pau-Brasil* (1924) e o *Manifesto Antropófago* (1928). Nos anos 1930, após separar-se de Tarsila e casar-se com Pagu, empobreceu em consequência da crise de 1929, tornou-se comunista, fundou o jornal *O Homem do Povo* (1931), publicou os romances *Serafim Ponte Grande* (1933) e *A Escada Vermelha*, 1934 (terceiro volume de *A Trilogia do Exílio*), e as peças de teatro *O Homem e o Cavalo* (1934), *A Morta e O Rei da Vela* (1937) – quando esteve casado com Julieta Bárbara Guerrini, após separar-se de Pagu. Percebe-se uma diminuição de sua produção já nos anos 1940, quando seus romances de *A Trilogia do Exílio* foram reeditados com o título *Os Condenados* (1941), saíram dois volumes do ciclo Marco Zero, *A Revolução Melancólica* (1943) e *Chão* (1945), e se publicaram *Poesias Reunidas O. Andrade* (1945). Mas foi nessa década – quando se casou com Maria Antonieta d'Alkmin – que começou a participar de congressos, elaborou teses e se preparou para se apresentar em concursos para professor na Universidade de São Paulo (USP).

Nos anos 1950, Oswald começou a escrever suas memórias e sua principal atuação foi nos jornais. Ele se ressentia do fato de não reeditar seus romances *Miramar* e *Serafim*, assim como se incomodava com a pequena circulação de suas *Poesias Reunidas O. Andrade* e por não frequentar mais os círculos sociais destacados. Envolveu-se em polêmicas, começou a ser reconhecido pelos então jovens poetas concretos, que o visitaram em 1949 (PIGNATARI, 2002, p. 23-24; CAMPOS, A., 2015, p. 193; CAMPOS, H., 2021, p. 888-889), e se tornou amigo dos jovens críticos do grupo da revista *Clima*, especialmente de Antonio Candido (2021, p. 1.168-1.172). Não se pode dizer que ele estivesse no ostracismo, pois sua presença era frequente na imprensa. Assinava a coluna *Telefônema*, no jornal carioca *Correio da Manhã*, que manteve de 1944 até as vésperas da morte, em outubro de 1954; divulgou a série *A Marcha das Utopias* (1953), em dez partes, no jornal *O Estado de S. Paulo*; publicou artigos e palestras, e concedeu 18 entrevistas. De suas memórias – que também antecipou nas páginas de *O Estado de S. Paulo* –, intituladas *Um Homem sem Profissão: Memórias e Confissões*, publicou apenas o primeiro volume, *Sob as Ordens de Mamãe* (1954). Mas enfrentava uma difícil situação financeira e seu *Diário Confessional*, que ficou inédito

até o início de 2022, revela extrema penúria, problemas de saúde, muita angústia, depressão e pensamentos suicidas.

Esse período de sua vida, sem *glamour*, é menos comentado e sua obra dessa época é quantitativamente menos estudada, mas não menos relevante. Seu casamento, em 1943, após os 50 anos, com Maria Antonieta d'Alkmin – a quem dedicou o poema *Cântico dos Cânticos para Flauta e Violão* –, com quem teve dois filhos, significou, segundo ele, “o reencontro materno” – como registrou na dedicatória das memórias – e a menção à família é recorrente em suas entrevistas e no diário.

No âmbito público, seus textos, e principalmente as entrevistas, deixavam transparecer seu humor, seu espírito inventivo, suas tiradas certeiras e a intensa postura crítica e combativa que caracterizaram toda a sua vida e obra.

Às vésperas de seu aniversário de 60 anos, em 11 de janeiro de 1950, sintetizou sua trajetória em um autorretrato:

Viajei, fiquei pobre, fiquei rico, casei, enviuvei, casei, divorciei, viajei, casei... Já disse que sou conjugal, gremial e ordeiro. O que não me impediu de ter brigado diversas vezes à portuguesa e tomado parte em algumas batalhas campais. Nem de ter sido preso treze vezes. Tive também grandes fugas por motivos políticos. Tenho quatro filhos e três netos e sou casado, em últimas núpcias, com Maria Antonieta d'Alkmin. Sou livre-docente de literatura na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (ANDRADE, O., 2021, p. 1.092).

Após o aniversário, foi homenageado com um “banquete antropológico” no Automóvel Club de São Paulo, em 25 de março de 1950. A data coincidiu com os 25 anos de Pau-Brasil, livro de poemas do autor, ilustrado por Tarsila do Amaral. Nesse evento, fez um discurso no qual transparece seu caráter combativo na defesa dos ideais de 22 e na crítica aos opositores:



Vamos acompanhar Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Menotti Del Picchia e Anita Malfatti a partir da década de 1950 até seu falecimento, e Mário de Andrade em seus últimos anos de vida, pouco antes dessa década.

Este almoço não é só gastronomia. É também uma formação de batalha. [...] Estamos almoçando contra. Contra os enfezados e os bichos de conta da cultura. Contra a edificação e a falsa virtude. Contra os que caluniam, afirmando que não houve pensamento nas convulsões de 22. [...] O Brasil teve aí o seu cáldo divisor de águas. Se há ainda os dromedários da reação, os aluados e os colibris do dogma, enfim, os importadores de desespero, pior para eles Paulo (ANDRADE, O., 1950, p. 9).

Concluiu de forma bem-humorada, invertendo os parâmetros étários e chamando a atenção para o vigor:

[...] chega de denunciar a minha idade pelos jornais. [...] Nasce-se velho, cheio de taras, preconceitos e hábitos vetustos mas pouco a pouco a idade traz em si a juventude. De modo que ao me despedir e ao agradecer, declaro para uso de quem quiser que há uma nova categoria da vida. Sexagenário não, mas sex-appeal-genário! (ANDRADE, O., 1950, p. 9).

Mário da Silva Brito confirmou sua vitalidade ao publicar uma entrevista que o escritor concedeu a ele em torno da homenagem: “Tem ele hoje sessenta anos, sessenta anos bem vividos e bem contados. Mas possui uma juventude invejável que nenhum dos nossos rapazes consegue superar” (BRITO, 1950, p. 255). Já no final de 1952, adoentado, ele afirmou: “Tenho 63 anos, sou cardíaco, mas topo qualquer briga. Ah! isso topo...” (BARROS, 1952, p. 302).

O retrato escrito de Oswald que Décio Pignatari construiu em maio de 1954, cinco meses antes de sua morte, ressalta a decrepitude: “Boina: fora escalpelado, para uma raspagem subcutânea. Manta nos joelhos. Olheiras. Pele pregueada, os dentes crescendo” (PIGNATARI, 2002, p. 24). Embora nas entrevistas concedidas em setembro e outubro, já mais perto do fim, se confirme essa imagem, prevalece, em contraste, a verve. Como afirma Radhá Abramo, que o entrevistou um mês antes de seu falecimento:

A face transfigurou-se, com os anos e com a moléstia. Quando Oswald olha, agora, não guarda o ar leonino e a postura agressiva de antes. Lançava o olhar por cima das pessoas, mudava de alvo constantemente. Hoje mantém o olhar quase parado, quase fixo, enquanto fala. Guarda ainda a gesticulação ilustrativa, o amor ao trocadilho, à frase de *humour*. Continua um literato (ABRAMO, 1954, p. 381).



Nos anos 1950, quando se comemoraram os 30 anos da Semana de 22 e outras efemérides referentes a publicações e eventos, eles ocuparam novamente o centro da cena. A partir dos fatos e registros na imprensa, é possível revisitar sua trajetória e avaliar o lugar que ocupavam nesse momento em que chegavam aos 60 anos de idade, assim como sua atuação nos anos seguintes.

Na última entrevista concedida, é surpreendente como ele encarava o momento com sensibilidade e resistência:

É isso, sou um velho toureiro sem direito à aposentadoria, profissional cansado que não pode encerrar suas “temporadas”. Desço à arena duas, três, até quatro vezes por ano, para enfrentar sempre o mesmo touro negro. Desarmado. Só tenho direito a levar uma capa. E cada vez é a mesma coisa. A morte, esse velho e traiçoeiro touro negro, cada vez mais sabido, mais cheio de fintas e negaceios, investe sobre mim, alucinadamente. Para minha defesa só tenho, firme no braço, a capa bicolor do amor à vida e da alegria (BRANCO, 1954, p. 389-390).

Conclui-se que, pelo menos quanto à sua imagem pública, Oswald resistiu até o fim e não se deixou abater. Como ele disse em suas memórias, “nunca abdiquei na luta feroz dos meus dias” (ANDRADE, 2002, p. 36).

**“VALE A PENA CONHECER TARSILA EM SÃO PAULO,
VIREI ATRAÇÃO TURÍSTICA”**

Tarsila do Amaral era filha de uma rica família de fazendeiros, o que possibilitou a ela passar longas temporadas na Europa. Em 1923, sua permanência em Paris foi decisiva e, juntamente com Oswald de Andrade, conheceu os principais vanguardistas, frequentou espetáculos e eventos, viajou pela Europa e Oriente Médio. Suas obras mais conhecidas e valorizadas no mercado de arte foram concebidas entre 1923 e 1929. Sua produção desse período se vincula ao movimento Pau-Brasil e à Antropofagia, sendo seu quadro *Abaporu*, com que presenteou Oswald em seu aniversário, em janeiro de 1928, o desencadeador do *Manifesto Antropófago*, que se desdobrou na *Revista de Antropofagia* e no mencionado movimento.

A partir de 1929 – quando sua condição financeira também se alterou devido à crise mundial –, ela teve uma obra mais voltada para questões sociais, viajou à Rússia e foi presa na volta devido a essa viagem e por frequentar reuniões de esquerda. Teve uma produção também vinculada ao Surrealismo e, na sequência, oscilou entre a retomada de obras e temas anteriores e uma produção diversificada, considerada esteticamente inferior.

Ela foi uma mulher à frente de seu tempo quando se separou do primeiro marido, pai de sua filha Dulce, assim como quando se envolveu com Oswald de Andrade, com quem se casou em 1926, embora ele não tivesse conseguido a anulação de seu casamento anterior, o que impediu que fizessem um casamento religioso. Após separar-se de Oswald, relacionou-se com Osório César e depois com Luís Martins, 21 anos mais jovem que ela.

Uma mulher bela, rica e talentosa como ela não ficaria impune aos julgamentos da sociedade conservadora e retrógrada da época, como ficou registrado em sua última entrevista: “Acusada de ter sido uma mulher de muitos amantes, desmente entre amuada e triste essa reputação ‘Pois se eu sou até puritana, minha Nossa Senhora!’” (RIBEIRO, 1972). E ainda:

Havia invenções incríveis, diziam que meu atelier era como o atelier do Renoir, cheio de nus e não sei o que mais e que eu mandava espalhar pelo atelier inteiro divãs cobertos de veludos roxos, cada uma! E me confundiam com *Anita Malfatti*. Naquela época, o senhor imagina, uma jornalista do Rio chegou a escrever que o Oswald de Andrade nem chegara a se casar comigo! Falava de mim feito de um monumento em São Paulo, vale a pena conhecer Tarsila em São Paulo, virei atração turística, veja só! (RIBEIRO, 1972).

Nos anos 1950, participou da I e da II Bienal de Arte, em 1951 e 1953 respectivamente, mostras antecedidas pela retrospectiva realizada no Museu de Arte Moderna (MAM/SP), em dezembro de 1950. Realizou, em 1954, o painel *A Procissão do Santíssimo* para a exposição de História do Brasil, que integrou as comemorações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, e, em 1956, a tela *Batizado de Macunaíma*, por encomenda da Livraria Martins Editora.

Nos anos 1960, houve sua importante retrospectiva *Tarsila: 50 Anos de Pintura*, em 1969; participou, em 1963, da VII Bienal de São Paulo, em



Anita Malfatti viveu até os 74 anos. Ela é considerada a pioneira e impulsionadora do movimento modernista, pois foi a reação negativa de Monteiro Lobato à sua exposição de 1917 que motivou os jovens artistas a se mobilizarem em defesa da arte nova, o que resultou na realização da Semana de 22 e seus desdobramentos.

que teve uma sala especial, e de importantes exposições internacionais: a Bienal de Veneza, em 1964, e a mostra *Art of Latin America Since Independence*, na Universidade de Yale e na Universidade do Texas, em 1966.

Nos últimos anos de vida, sua condição econômica era desfavorável e ela vendeu seus quadros por necessidade financeira. Sua obra só começou a ser valorizada no mercado de arte nos anos 1990, ganhando mais visibilidade com a aquisição do *Abaporu* em 1995, pelo colecionador Eduardo Costantini, que passou a integrar a coleção do Malba, de Buenos Aires, em 2001; e da tela *A Lua*, pelo MoMA, de Nova York, em 2019.

As exposições retrospectivas em 1997 (Galeria de Arte do Sesi, São Paulo), em 1998 (Sala Especial na 24ª Bienal) e em 2019 (*Tarsila Popular*, Masp) fizeram com que sua obra fosse reconhecida por um público mais amplo no Brasil. No exterior, isso se deu mais extensamente com a exposição realizada pela Fundación Juan March, na Espanha, em 2009, e com a mostra *Tarsila do Amaral: Inventing Modern Art*, que esteve em cartaz no MoMA, nos Estados Unidos, em 2018.

Tarsila também foi marcada por tragédias: a morte de sua neta, Beatriz, por afogamento, em 1949; a morte de sua filha, Dulce, devido a uma crise de diabetes, em 1966; em decorrência de problemas na coluna, nos últimos anos de vida, ela ficou acamada e passou a usar cadeira de rodas. Ao ser questionada sobre isso na última entrevista que concedeu, atribui à sua religiosidade a força para continuar vivendo (RIBEIRO, 1972). Tarsila pintou até o fim da vida, tendo deixado telas inacabadas. Como ficou registrado na matéria publicada no *Jornal do Brasil* por ocasião de sua morte, ela finalizou seu último quadro no mesmo dia em que surgiram os sintomas da doença que a levou ao hospital – *Fazenda*, que foi incluído em uma exposição aberta pouco depois de sua internação (TARSILA..., 1973, p. 10). Também se afirma na mesma ocasião que:

[...] nunca deixou de pintar. Mesmo agora, quando já lhe era impossível locomover-se e suas mãos não obedeciam a seus comandos, Tarsila continuava produzindo, de volta a seu ponto de partida: a infância. Os santinhos e as cenas da fazenda saíam de seus dedos frágeis em formatos cada dia menores – suas últimas telas não têm mais que 60 cm – e de cores sempre muito suaves (LUIZ, 1973, p. 1).

Um ano antes, ao declarar não ter medo da morte, ela transmitiu uma mensagem de extrema serenidade:

Eu não tenho medo da morte e sei que ela virá na hora certa, como tudo o que me aconteceu na vida. Sempre procurei estar preparada para receber o pior. Embora morrer seja uma contingência natural. O importante é que se tenha vivido com dignidade e se haja, em todos os instantes, escolhido a melhor maneira de ser útil. Existir por existir nada significa, se a gente não empresta sentido ao fato puro e simples da existência (PINTORA, 1973, p. 10).

ENTRE A MORTE PRECOCE E A LONGEVIDADE

Mário de Andrade era mais jovem que Oswald e Tarsila, mas morreu prematuramente, em 1945, aos 51 anos. Suas obras literárias mais conhecidas são o livro de poemas *Pauliceia Desvairada*, de 1922, e o romance *Macunaíma*, o *Herói sem Nenhum Caractere*, por ele classificado como rapsódia, de 1928. Ele foi também professor e grande pesquisador da área de música, com atuação decisiva na pesquisa da cultura brasileira de modo geral, no estudo do folclore, na área de etnografia e patrimônio, na crítica literária e de arte. Atuou no Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, com uma gestão pioneira, e ainda se celebrou pela intensa troca de cartas com seus contemporâneos, como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Câmara Cascudo, Carlos Drummond de Andrade, Tristão de Athayde, Murilo Miranda, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Henriqueta Lisboa, Oneyda Alvarenga, escritores e artistas estrangeiros e jovens escritores brasileiros que sucederam sua geração.

Por ocasião de sua morte, Mário estava pessoalmente insatisfeito, enfrentava problemas de saúde e conflitos internos. Mas pôde ver sua obra ser reeditada e tinha reconhecimento como intelectual no Brasil e no exterior, recebia convites para publicações diversas e para viajar a outros países, o que sempre recusou.

O último grande evento de que Mário participou foi o I Congresso da Associação Brasileira de Escritores, que ocorreu em São Paulo, de 22 a 27 de janeiro de 1945. Encontro de gerações, proporcionou a ele estar com jovens escritores que já conhecia, permitiu que outros novatos o conhecessem pessoalmente e deu ocasião para rever velhos amigos e inimigos, como Oswald de Andrade. Ao falecer, em consequência de um infarto, no dia 25 de fevereiro, deixou inédito seu último poema *A Meditação sobre o Tietê* que, lido em chave autobiográfica, é um balanço pessimista e desencantado, testamento literário e retrato de quem se despedia da vida precocemente e amargurado:

Já nada me amarga mais a recusa da vitória
Do indivíduo, e de me sentir feliz em mim.
Eu mesmo desisti dessa felicidade deslumbrante,
E fui por tuas águas levado,
A me reconciliar com a dor humana pertinaz,
E a me purificar no barro dos sofrimentos dos homens.
Eu que decido. E eu mesmo me reconstitui árduo na dor
Por minhas mãos, por minhas desvivas mãos, por
Estas minhas próprias mãos que me traem,
Me desgastaram e me dispersaram por todos os descaminhos,
Fazendo de mim uma trama onde a aranha insaciada
Se perdeu em cisco e pólen, cadáveres e verdades e ilusões.
[...]

Toda a graça, todo o prazer da vida se acabou (ANDRADE, M., 1987, p. 387-388).

Anita Malfatti viveu até os 74 anos. Ela é considerada a pioneira e impulsionadora do movimento modernista, pois foi a reação negativa de Monteiro Lobato à sua exposição de 1917 que motivou os jovens artistas a se mobilizarem em defesa da arte nova, o que resultou na realização da Semana de 22 e seus desdobramentos. Oswald de Andrade saiu em sua defesa. Tarsila do Amaral era sua amiga desde 1919. Mário de Andrade, após visitar a exposição mencionada, se tornou seu amigo, adquiriu vários de seus quadros e se tornou um importante interlocutor e crítico de sua obra, e ela alimentou por ele uma paixão não correspondida. Trocaram cartas afetuosas, que também tinham como tema a obra de ambos, especialmente durante a temporada de Anita em Paris, como bolsista do Pensionado Artístico, de 1923 a 1928.



Suas biografias contemplam com atenção também a maturidade, mas não há dúvidas de que há mais estudos críticos sobre sua produção dos anos 1920, considerada esteticamente mais relevante, do que sobre as obras dos períodos subsequentes.

Continuou sua carreira como pintora e foi também professora no Mackenzie College, mas o reconhecimento de sua pintura recuou ainda nos anos 1920, quando se afirma que ela regrediu em sua estética, com o chamado “retorno à ordem”. Ela fez poucas exposições individuais, algumas inclusive após os 60 anos. Sua primeira retrospectiva ocorreu no Masp, em 1949, e a última consistiu na Sala Especial dedicada a ela na VII Bienal de Arte de São Paulo, em 1963, que pode ser considerada uma consagração. A revalorização de sua obra começou apenas após sua morte e é relativamente recente, impulsionada pela exposição *Anita Malfatti: 100 Anos de Arte Moderna*, realizada no MAM/SP, em 2017.

Costuma-se apontar em sua trajetória o defeito físico na mão direita, que a levava a escondê-la sempre com um lenço de seda, o recuo estético após a crítica de Lobato em 1917, o afastamento de Mário de Andrade em 1939, o abalo com a morte da mãe em 1952, a doença que a debilitou nos últimos anos de vida. É preciso ressaltar sua perseverança e a carreira que construiu com seu próprio esforço, sem ceder às pressões, optando inclusive por um estilo simples, que assumiu a partir dos anos 1950 e ao qual foi fiel até o fim. Não deixou de ser chamada a participar das sucessivas comemorações da Semana de Arte Moderna, cujas principais exposições integrou. Sua persistência pode ser sintetizada em uma frase, que marcou as matérias em torno de sua exposição no Masp, em 1955, constituída por sua produção então recente: “Tomei a liberdade de pintar a meu modo” (BATISTA, 2006, p. 463).

Menotti Del Picchia foi o mais longo do grupo e faleceu em 1988, aos 96 anos. Devido à sua guinada à direita e ao seu envolvimento com a política, teve um reconhecimento menor de sua obra literária, mas ocupou lugares que os demais modernistas não alcançaram, como a Academia Brasileira de Letras (ABL), onde ingressou em 1943, e teve dois mandatos de deputado estadual e três de deputado federal – Oswald

de Andrade, por exemplo, se candidatou à ABL e a deputado federal, mas fracassou em suas tentativas.

No início da década de 1920, sua atuação nas páginas do *Correio Paulistano* foi fundamental para a difusão dos ideais dos modernismos. Suas obras do período, como *Juca Mulato* (1917), *As Máscaras* (1920) e *O Homem e a Morte* (1922), foram consideradas fundamentais no momento que antecedeu a Semana de Arte Moderna. Em 1926, Mário de Andrade rompeu com ele devido às críticas ao livro *Losango Cáqui*. Oswald já havia então se afastado de Menotti, mas o distanciamento maior se deu quando este, juntamente com Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, aderiu ao verde-amarelismo, movimento nacionalista conservador que flertou com o integralismo e o fascismo, gerando disputas e rompimentos.

Menotti pronunciou-se na despedida de Mário, Oswald e Anita, assim como na de Victor Brecheret, Guilherme de Almeida e outros. Foi fotografado na abertura da exposição de Anita, em 1945, assim como ao lado de Tarsila nos eventos comemorativos dos 50 anos da Semana de Arte Moderna, em 1972. O título de suas memórias, *A Longa Viagem* – das quais publicou apenas dois volumes, em 1970 e 1972, que culminam na Revolução de 1930 –, aludem à sua longevidade, e ele as inicia projetando o olhar no futuro: “Sempre hesitei em começar a escrever minhas memórias. Não porque pudesse sentir nisso melancólico gosto de ocaso [,] que meu lema sempre foi o mesmo: ‘Nasço amanhã’. Completo-o euforicamente com o *carpe diem* horaciano” (DEL PICCHIA, 1970, p. 17).

A MATURIDADE E A CRÍTICA

Para compreender o lugar que a maturidade modernista ocupa na apreciação do público em geral, é preciso analisar com atenção a fortuna crítica dos modernismos. Percebe-se que, nas principais obras sobre Tarsila do Amaral e Anita Malfatti, a abordagem do período de atuação das artistas nos anos 1920 mereceu muito mais atenção do que o desenrolar de sua vida e obra a partir dos anos 1950. No caso de Malfatti, a escassez de informações é marcante, inclusive quanto ao que se publica na imprensa por ocasião de sua morte. Nesse sentido, chama a atenção o fato de que até mesmo a crítica especializada não favoreceu o conhecimento da produção da maturidade dessas artistas¹.

A isso se acrescenta o fato de que, sem dúvida, o anedotário sobre o período de maior impacto, na década de 1920, prevaleceu, somando-se

¹ O período de 1950 a 1973 da vida de Tarsila do Amaral ocupa apenas cinco páginas do principal estudo sobre ela (AMARAL, 2003, p. 390-395); quanto a Anita Malfatti, é dedicado um capítulo ao período de 1950 a 1964, por sua principal estudiosa (BATISTA, 2006, p. 455-476).

o dado de que diários e outros documentos pessoais de Anita e Tarsila foram destruídos, o que contribuiu para as lacunas que só começaram a ser analisadas de forma mais detida nas pesquisas mais recentes.

Também não se pode desconsiderar as mudanças ocorridas no mercado de arte. Os valores que as telas de Tarsila do Amaral alcançam hoje estavam longe de qualquer expectativa da própria artista – pois mesmo que tenha tido obras adquiridas por instituições estrangeiras ainda em vida, o preço era incomparável. O próprio Oswald de Andrade tentou vender sua coleção de pinturas estrangeiras no fim da vida, mas não conseguiu. A atenção dada a Tarsila e Oswald e sua vida glamorosa nos anos 1920 ofusca a situação difícil que ambos enfrentaram no fim, entre problemas financeiros e de saúde, nos dois casos, e tragédias familiares, no caso específico de Tarsila.

Quanto à carreira dos escritores, também é preciso pontuar que o reconhecimento e/ou a atenção a suas obras não estão necessariamente amarrados a critérios etários. Menotti, o mais longo, que chegou ao fim da vida em condições financeiras confortáveis, sempre teve sua obra considerada esteticamente menos relevante por seus próprios pares. Apenas *Juca Mulato*, que não era uma obra modernista, teve maior circulação e muitas edições, e o próprio autor dizia que devia ao personagem, que lhe proporcionou popularidade e votos, sua carreira política. Ele é o menos estudado entre os aqui mencionados e não há edições disponíveis de suas obras, embora se reconheça sua importância como divulgador dos modernismos, especialmente na primeira metade da década de 1920.

Mário de Andrade, que morreu cedo, é entre os aqui abordados o que alcançou maior reconhecimento em vida e ainda hoje. Porém, ele próprio financiou a publicação da maioria de suas obras, e até mesmo a reedição nos anos 1940, pela Editora Martins, foi paga parcialmente por ele. Em seu caso, pode-se dizer que a atenção ao conjunto da obra é mais homogênea, tanto por parte da crítica da época quanto da contemporânea, embora, sem dúvida, a produção que corresponde aos anos 1920 seja mais estudada; hoje, momento em que sua obra é de domínio público, há mais edições disponíveis. Não se pode ignorar que o reconhecimento em vida não foi suficiente para sua satisfação pessoal, que foi afetada por questões profissionais e dramas privados. Esse período de insatisfação de Mário, que se sucedeu à temporada no Rio de Janeiro, mas já se iniciara quando ele perdeu o cargo no Departamento de Cultura em 1938, está amplamente documentado em sua

correspondência e tem sido estudado nas publicações sobre ele (TÉRCIO, 2019, p. 433-499; CASTRO, 2016; ANDRADE, M., 2015).

No caso de Oswald, a reedição de sua obra só começou a ganhar impulso dez anos após seu falecimento, em 1964, pela editora Difel, tendo continuidade nos anos 1970 com a editora Civilização Brasileira, quando enfim seus livros chegaram a um público mais amplo. Suas biografias contemplam com atenção também a maturidade, mas não há dúvidas de que há mais estudos críticos sobre sua produção dos anos 1920, considerada esteticamente mais relevante, do que sobre as obras dos períodos subsequentes.

No século XXI, a vida pessoal dos escritores e artistas tem despertado maior interesse, o que se reflete no investimento do mercado editorial para publicar biografias e diários. Isso acaba sendo uma chance de dar mais atenção para pontos e períodos menos estudados e, por consequência, motivar a publicação e circulação de obras menos conhecidas. Ao lançar luzes sobre a vida dos modernistas no período da maturidade, é possível contribuir para desfazer mitos, elucidar fatos e evidenciar o quanto não só a produção artística, mas principalmente a recepção crítica é fruto de seu contexto. Quando a Semana de Arte Moderna chega ao centenário, é fundamental que o foco se desloque para iluminar novos estudos da vida e da obra de seus protagonistas.



Ao lançar luzes sobre a vida dos modernistas no período da maturidade, é possível contribuir para desfazer mitos, elucidar fatos e evidenciar o quanto não só a produção artística, mas principalmente a recepção crítica é fruto de seu contexto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, R. Estou profundamente abatido: meu chamado não teve resposta. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 26-26 set. 1954, p. 6. In: ANDRADE, O. de. *Os dentes do dragão: entrevistas*. Org. de Maria Eugenia Boaventura. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2009, p. 380-387.
- AMARAL, A. A. *Tarsila: sua obra e seu tempo*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: editora 34: Edusp, 2003.
- ANDRADE, G. Do brado ao canto: Oswald de Andrade, anos 1930 e 1940. In: *Pagu/ Oswald/ Segall*. São Paulo: Museu Lasar Segall: Imprensa Oficial, 2009, p. 7-23.
- ANDRADE, M.; RIBEIRO, É. M. *Maria Antonieta d'Alkmin e Oswald de Andrade: marco zero*. São Paulo: Edusp: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes: Imprensa Oficial, 2003.
- ANDRADE, M. *Cartas a Anita Malfatti*. Org. de Marta Rossetti Batista. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- _____. *Me esqueci completamente de mim, sou um departamento de cultura*. Org. de Carlos Augusto Calil e Flávio Rodrigo Penteado. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015.
- _____. A meditação sobre o Tietê. In: *Poesias completas*. Ed. crítica de Diléa Zanotto Manfio. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1987, p. 386-396.
- ANDRADE, O. Autorretrato de Oswald. *Diário de Notícias*, São Paulo, 8 fev. 1950. In: ANDRADE, O. *Obra incompleta*. Ed. crítica. Coord. de Jorge Schwartz. São Paulo: Edusp, 2021, tomo II, Col. Archivos, p. 1.092.
- _____. *Diário confessional*. Org. de Manuel da Costa Pinto. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- _____. *Um homem sem profissão: memórias e confissões*. Sob as ordens de mamãe. São Paulo: Globo, 2002.
- _____. Sexagenário, não, mas sex-appeal-genário. *Letras e Artes: Suplemento de A Manhã*, Rio de Janeiro, ano IV, n. 159, p. 8-9, 2 abr. 1950.
- BARROS, L. A. de. Tenho 63 anos, sou cardíaco, mas ainda topo qualquer briga. Última Hora, São Paulo, 13 dez. 1952. In: ANDRADE, O. *Os dentes do dragão: entrevistas*. Org. de Maria Eugenia Boaventura. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2009, p. 302.
- BATISTA, M. R. *Anita Malfatti no tempo e no espaço*. São Paulo: editora 34: Edusp, 2006.
- BRANCO, F. O último combate de Oswald de Andrade. *Correio Paulistano*, São Paulo, 24 out. 1954. In: ANDRADE, O. *Os dentes do dragão: entrevistas*. Org. de Maria Eugenia Boaventura. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2009, p. 388-395.

- BRITO, M. S. O poeta Oswald de Andrade perante meio século de literatura brasileira. *Jornal de Notícias*, São Paulo, 26 fev. 1950. In: ANDRADE, O. *Os dentes do dragão: entrevistas*. Org. de Maria Eugenia Boaventura. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Globo, 2009, p. 253-263.
- CAMPOS, A. de. Oswald, livro livre. In: *Poesia antipoesia antropofagia & cia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 193-203.
- CAMPOS, H. de. A recepção estética de Oswald de Andrade. In: ANDRADE, O. *Obra incompleta*. Ed. crítica. Coord. de Jorge Schwartz. São Paulo: Edusp, 2021, tomo II, col. Archivos, p. 885-911.
- CANDIDO, A. Digressão sentimental sobre Oswald de Andrade. In: ANDRADE, O. *Obra incompleta*. Ed. crítica. Coord. de Jorge Schwartz. São Paulo: Edusp, 2021, tomo II, col. Archivos, p. 1.168-1.186.
- CASTRO, M. W. de. *Mário de Andrade: exílio no Rio*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.
- DEL PICCHIA, M. *A longa viagem*. São Paulo: Martins, 1970.
- . *A longa viagem*. 2ª etapa: da revolução modernista à Revolução de 1930. São Paulo: Martins, 1972.
- . *O gedeão do modernismo: 1920/22*. Org. de Yoshie Sakiyama Barreirinhas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1983.
- FONSECA, M. A. *Oswald de Andrade (1890-1954): biografia*. 2. ed. São Paulo: Globo, 2007.
- JARDIM, E. *Mário de Andrade*. Eu sou trezentos: vida e obra. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.
- LUIZ, M. Tarsila do Amaral: a musa ausente. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1973. Caderno B, p. 1.
- PIGNATARI, D. Tempo: invenção e inversão. In: ANDRADE, O. *Um homem sem profissão: memórias e confissões*. Sob as ordens de mamãe. São Paulo: Globo, 2002, p. 23-27.
- PINTORA não tinha medo da morte. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1973. 1º Caderno, p. 10.
- RIBEIRO, L. G. Tarsila do Amaral: a última entrevista. *Veja*, São Paulo, 23 fev. 1972. Disponível em: <http://www.elfikurten.com.br/2016/04/tarsila-do-amaral-ultima-entrevista.html>. Acesso em: 18 out. 2022.
- TARSILA morre de madrugada e é sepultada à tarde. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 jan. 1973, 1º Caderno, p. 10.
- TÉRCIO, J. *Em busca da alma brasileira: biografia de Mário de Andrade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.



Cidade: Lugar de Envelhecer¹

[Artigo 3, páginas 42 a 60]





Filipe Augusto Portes

Doutorando em engenharia urbana pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana (PPGEU) UFSCar. Mestre em gerontologia pelo Programa de Pós-Graduação em Gerontologia (PPGGero) pela mesma instituição. fi.augusto.portes@gmail.com

Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Advogada (OAB/SP 183.902), especialista em direito empresarial pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação. Possui mestrado (2009) e doutorado (2012) em engenharia urbana pelo Programa de Pós-Graduação em Engenharia Urbana da UFSCar. Docente do Programa de Pós-Graduação em Gerontologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (UFSCar). cristinam@ufscar.br

Nayara Mendes Silva

Doutoranda em ciências ambientais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCAm), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestra (2019) e bacharela (2016) em gerontologia pela mesma instituição. nayara.mm@live.com



RESUMO

A cidade, enquanto lugar de encontro da diversidade humana, ao longo da história adequou-se às necessidades do ser humano. Atualmente, com a maior expectativa de vida, é a sociedade que tem se adaptado às adversidades impostas pelo meio urbano. Este artigo objetiva evidenciar a importância da requalificação de imóveis ociosos para o alcance da função social da cidade para a população idosa. Trata-se de um ensaio teórico, desenvolvido por meio de levantamento bibliográfico e análise documental sobre o tema. A longevidade populacional acentua as desigualdades nas cidades, que podem ser minimizadas com a proposição de políticas públicas de requalificação de imóveis ociosos, em consonância com as prerrogativas legais que tratam da função social da cidade, de modo a favorecer o usufruto equitativo do espaço urbano enquanto um lugar de envelhecer.

Palavras-chave: direito à cidade; moradia adequada; função social; envelhecimento populacional.

ABSTRACT

The city, as a meeting place of human diversity, throughout history has adapted to the needs of human beings. Currently, with the highest life expectancy, it is society that has adapted to the adversities imposed by the urban environment. This article aims to highlight the importance of the requalification of idle buildings to reach the social function of the city for the elderly population. It is a theoretical essay, developed through bibliographic survey and document analysis on the subject. Population longevity accentuates inequalities in cities, which can be minimized by proposing public policies for the rehabilitation of idle buildings, in line with the legal prerogatives that deal with the social function of the city, in order to favor the equitable enjoyment of urban space, while a place of get old.

Keywords: right to the city; adequate housing; social function; population-ageing.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial que tem se intensificado nos países em desenvolvimento. Neste cenário, a população brasileira, que antes era considerada uma nação de jovens, daqui a 20 anos contará com mais idosos do que crianças, e até 2060 um quarto das pessoas terá mais de 60 anos de idade (IBGE, 2018). Diferentes aspectos contribuem para a maior expectativa populacional, muitos deles relacionam-se às condições oferecidas pelo meio urbano, que atuam como condicionantes para alterações nos padrões de vida e consequentemente, a maior longevidade da sociedade (OMS, 2015). Ao criar condições para que as pessoas vivam mais, as cidades passam a se deparar com novos desafios para garantir que a qualidade de vida acompanhe a maior longevidade da população (KALACHE, 1987; RAMOS, 2003; CAMARGOS; GONZAGA, 2015).

Atenta a esta questão, a Organização Mundial de Saúde (OMS) lançou em 2007 o Guia Global Cidade Amiga do Idoso, a fim de que os espaços urbanos se (re)organizem para promover o envelhecimento ativo, definido como “o processo de otimização de oportunidades para saúde, participação e segurança, para melhorar a qualidade de vida das pessoas à medida que envelhecem” (OMS, 2008, p. 13). Ao elencar ações que visam tornar o meio urbano mais inclusivo e acessível para a pessoa idosa, o Guia Global Cidade Amiga do Idoso enfatiza que as demandas desse contingente etário ensejam ações intersetoriais, que não contemplam apenas este grupo, pois o alcance de cidades amigáveis aos idosos beneficia a todos os cidadãos (PLOUFFE; KALACHE; VOELCKER, 2016).

As formas como as cidades se desenvolvem nem sempre abrangem as necessidades populacionais, comprometendo a proposição de políticas públicas efetivas e coerentes à realidade sociodemográfica do país. A expansão urbana produz espaços fragmentados em regiões dotadas de infraestrutura, geralmente situadas nas primeiras áreas ocupadas pelos cidadãos, ou seja, seus centros históricos.

Os debates acerca desta temática se intensificaram nacionalmente a partir da década de 1970, quando houve a identificação do crescimento das cidades em direção às periferias, à mercê dos interesses mercadológicos, produzindo vazios nas áreas centrais (CARDOSO, 2001; VARGAS; CASTILHO, 2015). Deste modo, a ampliação das cidades produz a formação de vazios urbanos, caracterizando um pesado ônus ao espaço e à sociedade, pois descumprem a função social e dificultam o direito à cidade para a população hipossuficiente (ROLNIK, 2015).

2 Recortes de aprofundamento bibliográfico da Pesquisa de Mestrado nº 2017/07875-3 vinculada ao Auxílio Regular Fapesp nº 2017/15781-9.

O meio urbano consiste na primeira instância para a efetivação de direitos humanos, e, se a maioria das pessoas mora e envelhece nas cidades, deve também usufruir das funções sociais desses espaços (OMS, 2008; MONTEIRO; ZAZZETTA; ARAÚJO-JÚNIOR, 2015). Deste modo, o presente artigo objetiva evidenciar a importância da requalificação de imóveis ociosos para o alcance da função social da cidade. Trata-se de um ensaio teórico, fruto de duas pesquisas desenvolvidas com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp)², desenvolvido por meio de levantamento bibliográfico e análise documental sobre o tema (BARDIN, 2016).

Além da introdução, este manuscrito foi estruturado em quatro tópicos: o primeiro trata do envelhecimento populacional nas cidades brasileiras, posteriormente, aborda as formas de produção do espaço urbano e a formação de imóveis ociosos nas regiões embrionárias da cidade. Prossegue descrevendo sobre propostas de requalificação para efetivação do direito à cidade, e, por fim, aponta considerações sobre os desafios e as responsabilidades do poder público para que o desenvolvimento urbano incorpore medidas que favoreçam o usufruto da cidade em consonância com as alterações sociodemográficas.

A CIDADE (AMIGA) DO IDOSO

Pela primeira vez na história a quantidade de idosos no mundo ultrapassou a de crianças. No Brasil, o predomínio ainda é dos mais jovens, mas a proporção de pessoas maiores de 60 anos de idade tem crescido progressivamente, corroborando a tendência global. Dados do último Censo Demográfico (2010) contabilizaram 20,5 milhões de idosos brasileiros. Recentemente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) constatou um crescimento de 18% deste contingente em apenas cinco anos, o que corresponde ao acréscimo de 4,8 milhões desde 2012 e perfaz um total de aproximadamente 30,2 milhões de pessoas idosas em 2017 (IBGE, 2010; 2018).

O envelhecimento populacional tem se destacado nos últimos anos principalmente entre os países em desenvolvimento, que vivenciam este processo em décadas, diferentemente dos já desenvolvidos, que levaram séculos para se ajustar à essa nova realidade (KALACHE, 1987). A intensidade com que a transição demográfica ocorre varia entre diferentes contextos (LEBRÃO, 2007). Dentre alguns fatores que tornaram possível o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, muitos se relacionam ao processo de urbanização.



O meio urbano consiste na primeira instância para a efetivação de direitos humanos, e, se a maioria das pessoas mora e envelhece nas cidades, deve também usufruir das funções sociais desses espaços (OMS, 2008; MONTEIRO; ZAZZETTA; ARAÚJO-JÚNIOR, 2015).

Um emaranhado de fatores históricos desencadeou mudanças cotidianas na vida humana. O processo de industrialização impulsionou os movimentos migratórios para as cidades, assim como as melhorias no saneamento básico e nas áreas médico-tecnológicas, que refletiram na qualidade de vida e, conseqüentemente, contribuíram para o envelhecimento populacional (JARDIM, 2007; VERAS; FELIX, 2016).

Apesar de distintos, urbanização e longevidade são fenômenos complexos e interdependentes. As cidades se desenvolveram para satisfazer as necessidades do ser humano, contribuindo para sua maior expectativa de vida. Em contrapartida, à medida que as pessoas envelhecem, alteram-se os arranjos familiares e as conexões sociais, afetando a provisão de suporte na velhice.

O cenário de uma população envelhecida requer medidas para a promoção de saúde, que não devem se restringir a ações voltadas para o controle de doenças, mas incorporar uma perspectiva abrangente para estimular a participação social das pessoas ao longo da vida, conforme preconiza a própria Organização Mundial de Saúde (OMS), que lançou em 2005 a iniciativa intitulada Envelhecimento Ativo: Uma Política de Saúde. Esta abordagem, de caráter intersetorial, inspirou e norteou o desenvolvimento do Guia Global Cidade Amiga do Idoso (GGCAI), também da OMS, apresentado em 2007, que surgiu face às demandas emergentes do crescente número de pessoas idosas no meio urbano, a fim de estimular a criação de espaços acessíveis e inclusivos para promoção do envelhecimento ativo (PLOUFFE; KALACHE; VOELCKER, 2016).

Para a elaboração do GGCAI, a OMS contou com a colaboração de cerca de 1.500 idosos em 33 cidades de 22 países que elencaram fragilidades e potencialidades vivenciadas nas cidades em que habitam, sob a ótica de oito eixos³ considerados essenciais para melhoria da qualidade de vida no meio urbano.

3 De acordo com a OMS (2008), os oito eixos de uma Cidade Amiga do Idoso são: espaços abertos e prédios; moradia; transportes; respeito e inclusão social; participação social; comunicação e informação; participação cívica e emprego; e serviços comunitários e de saúde. Estes domínios foram elaborados com base na Carta de Ottawa de 1986, que enfatizou a intersetorialidade no conceito de saúde (SILVA, 2019).



Dentre alguns fatores que tornaram possível o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, muitos se relacionam ao processo de urbanização.

O Guia Cidade Amiga do Idoso não busca verificar o quanto uma cidade é mais amiga da população idosa do que outra, mas, sim, permitir a autoavaliação qualitativa dos municípios a partir da percepção dos próprios idosos, numa perspectiva de traçar diretrizes para promover um espaço urbano equitativo para todas as idades (PLOUFFE; KALACHE; VOELCKER, 2016).

Em 2015, a relação entre o meio urbano e a longevidade foi novamente evidenciada pela OMS no Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde, que destaca a importância de uma abordagem integral e intersetorial para a promoção do envelhecimento saudável. No rol de medidas a serem adotadas, tem-se a redução de desigualdades socioespaciais, a garantia de acessibilidade nos espaços, bem como o planejamento urbano em prol da segurança e mobilidade para a população idosa (OMS, 2015). Tais ações visam coibir o isolamento e a marginalização dos idosos, fornecendo-lhes oportunidades para o desempenho de papéis sociais significativos, conforme a própria metodologia utilizada pela OMS na elaboração do Guia Cidade Amiga do Idoso, que visa fornecer subsídios para ações governamentais a partir das percepções das pessoas idosas sobre o lugar onde residem, numa perspectiva de que as iniciativas se alinhem às suas necessidades, e, portanto, sejam eficientes (BESTETTI; GRAEFF; DOMINGUES, 2012; ANDRADE et al., 2013; OMS, 2015).

Uma cidade com muitos idosos nem sempre é de fato amiga dessa população. Calçadas inapropriadas, sinalização deficiente, sistemas de transporte público ineficientes são alguns exemplos de aspectos que comprometem o direito de ir e vir, e, portanto, a capacidade de usufruir do meio urbano (NEVES, 2013; MIRANDA, 2017). A dificuldade de locomoção nas cidades contribui para o isolamento das pessoas idosas, entretanto, as limitações provenientes do processo de envelhecimento podem ser amenizadas por meio do desenvolvimento de boas políticas públicas (NEVES, 2013; OMS, 2015; AMANAJÁS; KLUG, 2016).

Em uma análise de como as políticas públicas sociais contribuem para o envelhecimento ativo, Santinha e Marques (2013) alegam que o lugar dos idosos tem sido negligenciado, tendo em vista a ausência de mobilidade urbana necessária para sua plena participação. Nessa mesma perspectiva, Blanco et al. (2014) apontam que a qualidade do envelhecimento está intimamente ligada à oferta de serviços e equipamentos adequados.

As formas como as cidades se desenvolvem e se estabelecem afetam a provisão de infraestruturas adequadas para o seu usufruto e compactuam com as dificuldades percebidas, principalmente pelos cidadãos idosos. A população brasileira é predominantemente urbana, e assim como as pessoas envelhecem, as cidades crescem e desafiam o planejamento urbano no sentido de mitigar os impactos causados ao bem-estar de seus habitantes.

DESCUMPRIMENTO LEGAL: O ESPAÇO URBANO E A INAPLICABILIDADE DA FUNÇÃO SOCIAL

Aproximadamente 85% dos brasileiros vivem nas cidades e a expectativa é de que este percentual aumente (IBGE, 2010). A urbanização se intensificou no país a partir da década de 1950, paralelamente ao processo de industrialização, que foi o principal responsável pelo deslocamento da população proveniente da área rural em direção ao meio urbano.

As cidades são espaços sociais, antes mesmo de serem espaços físicos. No decorrer da história, o espaço urbano sempre foi um lugar de encontro para os cidadãos. Um ponto de trocas, compartilhamento de novidades, negociações, manifestações artísticas, compra e venda de mercadorias e promoção de eventos que envolviam desde festas até castigos públicos (GEHL, 2015).

A cidade continuou a ser um lugar de encontro social até o século XX, pois o advento dos ideais de planejamento oriundos do modernismo priorizou o deslocamento automobilístico em detrimento da dimensão humana. O aumento do tráfego dos automóveis minimizou as oportunidades de desfrutar a vida na cidade, que foi deslocada para as áreas periféricas (GEHL, 2015).

O espaço urbano é um lugar de chegadas e partidas, que se desenvolve para prover uma melhor qualidade de vida de seus habitantes. Apesar de se ajustar às necessidades e interesses do ser humano, a cidade pode trazer reflexos a essa qualidade de vida, pois as altera-

ções urbanas estão intrinsecamente relacionadas às modificações nos padrões de consumo e condições de vida dos cidadãos (GARCÍAS; BERNARDI, 2008; GEHL, 2015; SALDIVA, 2018). Deste modo, as cidades se expandem em virtude dos interesses do mercado, que estabelece uma relação hierárquica nas formas de ocupação do solo. A influência do capitalismo sob a produção do espaço é caracterizada pelo processo de modernização excludente que resulta em desigualdades (MARICATTO, 1997; SANTOS, 2007; ROSA, 2012; MONTE-MÓR, 2015).

As formas de concentração e distribuição populacional são problemas do crescimento das cidades, pois nos países menos desenvolvidos a urbanização contribui com a pobreza devido à má distribuição dos recursos, priorizando a economia em detrimento da sociedade (SANTOS, 2007). A ampliação das cidades é fruto de prosperidade, mas com um planejamento urbano que se mostra ineficiente. À medida em que a malha urbana se amplia, formam-se vazios urbanos nas regiões centrais, com grande estoque de prédios ociosos (MONTE-MÓR, 2015; ROLNIK, 2015). Este contexto destaca a importância de iniciativas do poder público em compreender os impactos do alastramento urbano, resultando na necessária ampliação de infraestruturas para periferia, demandas habitacionais e abandono das centralidades voltadas às atividades diurnas, enquanto há muitas edificações na área urbanizada em desuso (LIMONAD; BARBOSA, 2003; LIMA, 2004). Essa fragmentação da malha urbana iniciou-se por volta dos anos 1960, quando o objetivo era criar diferentes setores para o exercício de atividades específicas na cidade, em consonância com conceito de “cidade funcional” da Carta de Atenas de 1933⁴ (PEPITONE, 2016). Suas recomendações ditam que a cidade deveria ser concebida de modo funcional, com delimitações entre áreas residenciais, lazer e trabalho, sendo Brasília uma expressão notável dessas sugestões (TIRLONI, 2013).

Em 1998, o Conselho Europeu de Urbanistas (CEU) redigiu a Nova Carta de Atenas, atribuindo aos cidadãos papel central na tomada de decisões relacionadas às cidades, de modo que o desenvolvimento urbano envolva a participação de diversas áreas. Este documento trata da coesão intergeracional enquanto um novo e crescente desafio que perpassa questões socioeconômicas. A acessibilidade e a infraestrutura urbana também são contempladas enquanto atributos para a promoção da vida social e a redução de disfunções urbanas (URBANISTAS, 2003; PEPITONE, 2016).

Mais do que impactos nas formas de uso e ocupação do solo, a disfunção urbana representa a desorganização, degradação e exclusão

4 Conceito criado em 1933, durante o IV CIAM, que aconteceu em Atenas. As conclusões finais resultaram na teoria de organização espacial em conformidade com as atividades humanas básicas: trabalho, habitação, lazer e circulação/mobilidade (PEPITONE, 2016).



Uma cidade com muitos idosos nem sempre é de fato amiga dessa população. Calçadas inapropriadas, sinalização deficiente, sistemas de transporte público ineficientes são alguns exemplos de aspectos que comprometem o direito de ir e vir, e, portanto, a capacidade de usufruir do meio urbano (NEVES, 2013; MIRANDA, 2017).

social provocadas pelo intenso processo de urbanização sem o devido planejamento (MONTE-MÓR, 2015). Assim, destaca-se que as funções da cidade perpassam a arquitetura e o urbanismo e ingressam no mundo jurídico, com previsão (infra)constitucional. Intimamente ligadas à dignidade humana, à solidariedade, à justiça social e ao bem-estar (OOMEN, 2016).

O direito à cidade aborda a sua função social, alcançada por meio da redução da desigualdade social, proteção ambiental e qualidade de vida, pois objetiva ponderar o bem-estar do ser humano e o seu desenvolvimento (QUEZADO, 2012). A respeito dessa questão, o artigo 182 da Constituição Federal objetiva “ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes”. Porém, tais funções não foram especificadas no texto (PERCHE, 2014; OLIVEIRA; MELNICKY, 2017). Da mesma forma, tem-se o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01), que regulamenta os artigos 182 e 183, mas também não esclarece sobre os princípios. Todavia, seu artigo 2º, I, afirma “a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2001).

Além da legislação brasileira, tem-se as três agendas Habitat das Nações Unidas que, em prol do desenvolvimento urbano sustentável⁵, reconhecem o direito à cidade como o a efetivação do usufruto equitativo do espaço urbano (UNITED NATIONS, 2016).

Políticas ambientais e urbanísticas necessitam se posicionar e agir sobre os impactos que as transformações no meio urbano acarretam para a população (MARTINS, 2007). Já que a maioria das pessoas mora e envelhece nas cidades, elas devem também usufruir das funções sociais desses locais e o princípio da função social pode contribuir ao evitar e corrigir as iniquidades alinhadas ao crescimento urbano.

5 A primeira, realizada no Canadá, em 1976, originou a Agenda Habitat I. A segunda foi feita na Turquia, em 1996. Já a mais recente, de 2016, teve como fruto a Agenda Habitat III aconteceu no Equador.

IMÓVEIS OCIOSOS: REQUALIFICAR PARA USUFRUIR

O perfil da pessoa idosa, assim como o da cidade, é muito heterogêneo. Por esse motivo, é importante que haja políticas públicas condizentes às diferentes necessidades e contextos que se inter-relacionam.

Para além de alterações territoriais, o espaço urbano depara-se com novos perfis sociodemográficos. Assim, se de um lado a expansão urbana produz um elevado número de imóveis ociosos devido ao esvaziamento das áreas centrais, a maior longevidade da população também traz novas demandas para a democratização do seu usufruto.

A moradia insere-se nas relações com o espaço urbano, pois permite condições para integrar os objetivos de seus habitantes, abrangendo interesses pessoais e coletivos, assim como elementos físicos e subjetivos (GOBBO, 2007). As condições de moradia impactam diretamente na qualidade de vida e, conseqüentemente, nas premissas que tratam do envelhecimento ativo, principalmente para a população hipossuficiente que demanda atenção do poder público para efetivar esse direito fundamental (SILVA, 2019).

Nesse sentido, a pessoa idosa conta com leis específicas que tratam da garantia do direito à moradia, como a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003).

Muitas cidades brasileiras não têm políticas públicas habitacionais voltadas à população idosa. Porém, o artigo 38 do Estatuto do Idoso determina a prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, reservando-se pelo menos 3% das unidades residenciais para essas pessoas (BRASIL, 2003). Neste contexto, muitas políticas habitacionais para idosos centram-se na garantia deste percentual mínimo em condomínios geralmente situados em áreas distantes de equipamentos e serviços públicos, muito aquém das prerrogativas legais que tratam do direito à moradia adequada. Para Maricato (1996), reserva-se à população o direito à moradia, mas não à cidade, pois, em virtude da especulação imobiliária, enquanto uma elevada proporção de pessoas vulneráveis se desloca – forçadamente – para as regiões afastadas, formam-se vários terrenos e imóveis ociosos nas centralidades que são mais vantajosas.

De acordo com o Ministério das Cidades (2005), o esvaziamento dos centros é fruto das políticas habitacionais que sempre priorizaram a criação de novas moradias em detrimento de opções como a requalificação de imóveis ociosos. Com isso, os que possuem menor poder aquisitivo buscam loteamentos nas regiões periféricas, devido



As cidades são espaços sociais, antes mesmo de serem espaços físicos.

à maior acessibilidade financeira. A requalificação de imóveis é apresentada em alguns estudos que a evidenciam como oportunidade para a gestão urbana, por produzir centros urbanos funcionais que contribuem na redução de problemas ambientais e socioeconômicos e proporcionam a qualidade de vida humana (ROMÃO, 2015; PINTO, 2018; ALMEIDA, 2018).

Conforme a Carta de Lisboa sobre Reabilitação Urbana Integrada (1995), a requalificação refere-se ao processo de melhoramento das condições físicas do local, buscando conservar sua identidade e características. Trata-se de estratégia de gestão que também se preocupa com as potencialidades socioeconômicas e funcionais do local, em prol da coletividade (CARTA DE LISBOA, 1995; PEIXOTO, 2009). Assim, deve-se pensar no potencial das políticas de requalificação urbana, pois desestimulam o crescimento das cidades, permitem o aproveitamento de um potencial existente, viabilizam a gestão eficiente de recursos naturais e o melhor aproveitamento e uso do solo (SANTOS, 2017).

A aplicabilidade de instrumentos jurídico-urbanísticos na nossa legislação consiste em alternativa para a implementação de políticas habitacionais que impulsionam a dignidade humana, ao combater a especulação imobiliária por meio da implementação da função social da propriedade (CARDOSO, 2001; MONTEIRO, 2012).

O espaço urbano necessita alinhar-se aos novos arranjos demográficos, de modo a considerar o intenso envelhecimento populacional, afinal, uma sociedade envelhecida requer cidades inclusivas e equitativas, e representa o direito à cidade para todas as idades (PFUTZENREUTE; ALVIM, 2015).

Para Guedes et al. (2017), quando uma pessoa não consegue adquirir moradia na fase adulta, a oportunidade pode advir ao completar 60 anos de idade, por meio de programas habitacionais, em consonância com o que apregoa o Estatuto do Idoso. A maioria da população idosa ainda é socioeconomicamente vulnerável. As desigualdades, quando presentes nesta etapa da vida, castigam mais do que em outras idades, pois a pobreza na velhice tende a ampliar a dependência, impactar as relações sociais e as formas de moradia (RABELO, 2017).



O espaço urbano necessita alinhar-se aos novos arranjos demográficos, de modo a considerar o intenso envelhecimento populacional, afinal, uma sociedade envelhecida requer cidades inclusivas e equitativas, e representa o direito à cidade para todas as idades (PFUTZENREUTE; ALVIM, 2015).

6 Nacionalmente, têm-se como exemplos as moradias assistidas, caracterizadas por conjuntos habitacionais exclusivos para idosos (BESTETTI, 2006; MONTEIRO, 2012). Ainda, o modelo de *cohousing* e outras tipologias de destaque internacional, presentes em Martin et al. (2012), Costa et al. (2016) e Arigoni et al. (2016).

De acordo com a Constituição e a legislação específica às pessoas idosas, a família, a sociedade e o Estado têm o dever de ampará-las. Entretanto, considerando a elevada proporção de idosos que moram sozinhos, têm pouco ou nenhum suporte familiar e/ou financeiro, esta responsabilidade recai principalmente no poder público.

O cenário nacional tem se modificado em relação a programas públicos de habitação para idosos. Assim, para prover moradia adequada a essas pessoas nos diferentes contextos em que se inserem, existem novos e diversificados modelos habitacionais⁶ (KUNZLER, 2016).

Conforme já mencionado, o Estado trata da questão habitacional com a implementação de conjuntos habitacionais quase sempre em regiões distantes da área urbanizada, na contramão do desenvolvimento urbano sustentável e das prerrogativas legais de que tratam o direito à moradia adequada. Como alternativa para mitigar a demanda habitacional para a população de baixa renda, existem os Hotéis Sociais, implantados por meio de políticas públicas em imóveis ociosos requalificados que não cumpriam a função social estampada constitucionalmente. Deste modo, além de proporcionar moradia para a população hipossuficiente, essa iniciativa devolve vida aos lugares cheios de infraestrutura e história, resgatando a identidade ao mesmo tempo em que promove condições dignas de vida. Mais que a garantia de uma casa, a requalificação de imóveis para moradia representa a garantia do direito à cidade, pois propicia o acesso e usufruto de serviços e equipamentos urbanos essenciais (TRINDADE, 2014).

A existência humana é marcada pela constante busca por uma posição geográfica. Nesse sentido, Tuan (1980) afirma que a cidade é alvo simultâneo de procuras e interrupções de preferências, onde se adensam as necessidades socioeconômicas e se estabelece uma inter-relação entre espaço, lugar, tempo e movimento. Ocorre que, diante das disparidades urbanas, essas inter-relações produzem mais impactos às

peças idosas. Assim, aspectos que interferem no cotidiano dos cidadãos e contribuem com a capacidade e envelhecer no lugar devem ser pensados no planejamento urbano (MARTINS, et al., 2013).

Nessa perspectiva, tem-se o *aging in place* (em português “envelhecendo no lugar”), termo que corresponde à capacidade de continuar a permanecer na moradia o maior tempo possível, independentemente de comprometimentos ou formas de auxílios (CHAPIN; DOBBS-KEPPER, 2001; MARTIN et al., 2012; BATISTONI, 2014). Outra definição relaciona-se à mudança de lugar em virtude da maior oferta de condições que ofereçam apoio ao envelhecimento ativo e saudável. Sob essa perspectiva, é nítida a importância do planejamento urbano como um suporte ao local de moradia para a integração entre a casa e a cidade (KANG et al., 2015).

Deste modo, o *aging in place* deve ser contemplado no planejamento de políticas públicas, visto que os fatores ambientais interferem diretamente na realização de atividades e participação social, atrelando-se à relação existente entre o ser humano e ambiente urbano (FERRER, 2017).

Almeida Prado (2005) refere que se nossas cidades não oferecerem condições e não se atentarem à longevidade de sua população, irão restringir essas pessoas às suas residências, minimizando suas formas de participação e independência. Nesse sentido, a promoção de condições dignas para o acesso e usufruto do espaço urbano propicia melhor qualidade de vida.

Ao se falar em efetivação do direito à cidade para a pessoa idosa, a metodologia empregada pela OMS na elaboração do Guia Global Cidade Amiga do Idoso pode ser inserida no planejamento das cidades, pois sugere o desenvolvimento de políticas públicas a partir do engajamento social dos próprios idosos (OMS, 2008).

Vários aspectos interferem na vida das pessoas nas cidades. No que diz respeito aos idosos, de acordo com o Guia Global Cidade Amiga do Idoso da OMS (2008), pelo menos oito aspectos são fundamentais à consecução de cidades amigas dessa população e, consequentemente, de espaços mais funcionais para este contingente etário.

As características do contexto social relacionam-se às desigualdades que afetam o bem-estar e a qualidade de vida da população idosa (ANDRADE et al, 2013). Nesse sentido, é importante considerar a dimensão humana no planejamento das cidades, pois quando essa questão é ignorada, a tendência é que as pessoas participem menos do espaço urbano (GEHL; 2015).

As formas de urbanização influenciam o comportamento humano e, portanto, o próprio funcionamento das cidades. Nesse sentido, o modo como as pessoas interagem com o seu lugar de envelhecer é determinado pelas condições oferecidas pelo espaço urbano, principalmente a moradia que se insere enquanto principal elemento para a efetivação do direito à cidade (GEHL, 2015; UNITED NATIONS, 2016; SILVA, 2019).

CONCLUSÕES

Já que as pessoas vivem mais, o ideal é que vivam melhor. Sabe-se que o ambiente interfere nas premissas de envelhecimento ativo, entretanto, a forma como o espaço urbano se desenvolve assume contornos desiguais, produzindo e acentuando condições de vida díspares.

Todos têm direito à cidade. Porém, para a parcela hipossuficiente da sociedade as oportunidades tendem a ser restritas às regiões periféricas, com escassez de serviços e equipamentos. Por sua vez, as áreas centrais são consideradas economicamente vantajosas, com melhor infraestrutura urbana e serviços, mas seguem o fluxo mercadológico, produzindo muitos imóveis ociosos que poderiam ser requalificados, promovendo a justiça social, o bem-estar e o acesso democrático às cidades, conforme preceitos legais que tratam da função social.

Se, ao longo dos anos, as cidades se moldaram aos interesses do ser humano, porque agora são as pessoas, cada vez mais longevas, que devem se adaptar ao meio urbano? Essa questão requer políticas públicas que incorporem a dimensão humana ao ambiente construído, de modo a torná-lo um lugar de (re)encontro. Para isso, é fundamental proporcionar condições de usufruto do espaço que favoreçam o envelhecimento ativo. Considerando que o direito à cidade se inicia por meio da efetivação da moradia adequada, políticas públicas de requalificação de imóveis nas áreas centrais são alternativas para o uso equitativo do meio urbano, sobretudo para a população idosa vulnerável.

O espaço urbano é um ambiente construído em consonância com as necessidades humanas, que, quando atendidas, proporcionam maior expectativa de vida. A cidade é lugar de envelhecer, e é preciso efetivar direitos para que este espaço proporcione condições favoráveis ao envelhecimento ativo, saudável e digno de seus cidadãos cada vez mais longevos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA PRADO, A. R. D. *A cidade para o idoso: envelhecer em nossas cidades é um grande desafio*. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/acervo/pforum/cidade1.htm>. Acesso em: 2 jan. 2019.
- ALVARENGA, D.; BRITO, C. Um em cada quatro brasileiros terá mais de 65 anos em 2060, aponta IBGE. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/07/25/1-em-cada-4-brasileiros-tera-mais-de-65-anos-em-2060-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 22 set. 2022.
- AMANAJÁS, R.; KLUG, L. B. Direito à cidade, cidades para todos e estrutura sociocultural urbana, 2018. In: MARGUTI, B. et al. Contribuições à nova agenda urbana: o relatório do ConCidades para a Conferência Habitat III, 2018.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BESTETTI, M. L. T.; GRAEFF, B.; DOMINGUES, M. A. O impacto da urbanidade no envelhecimento humano: o que podemos aprender com a estratégia Cidade Amiga do Idoso? *Revista Kairós: Gerontologia*, v. 15, p. 117-136, 2012.
- BLANCO, P. H. M. et al. *Mobilidade urbana no contexto do idoso*. Disponível em: <file:///C:/Users/Sassa/Downloads/3051-Texto%20do%20artigo%20-%20Arquivo%20Original-13838-1-10-20140829.pdf>. Acesso em: 22 set. 2022.
- BRASIL. *Política Nacional do Idoso*. Lei nº 8842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e dá outras providências.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 ago. 2016.
- BRASIL. Estatuto da cidade: Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Brasília, DF: Casa Civil, 2001.
- BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Reabilitação de centros urbanos*. Brasília, 2005. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/289>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- CAMARGOS, M. C. S.; GONZAGA, M. R. Viver mais e melhor? Estimativas de expectativa de vida saudável para a população brasileira. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 31, p. 1.460-1.472, 2015.
- CARDOSO, A. L. *Desigualdades urbanas e políticas habitacionais*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal: IPPUR/UFRJ; FASE, 2001. Disponível em <https://conecsufes2013.files.wordpress.com/2012/12/desigualdades-urbanas-e-polc3adticas-habitacionais1.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2019.
- CHAPIN, R.; DOBBS-KEPPER, D. Aging in place in assisted living: philosophy versus policy. *Gerontologist*, 2001;41(1):43-50.
- CONGRESSO NACIONAL DA CONSTRUÇÃO. Faculdade de Engenharia, Porto, 2004. Disponível em: https://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf. Acesso em: 2 jan. 2019.

- DE MELO, N. C. V.; FERREIRA, M. A. M.; TEIXEIRA, K. M. D. Condições de vida dos idosos no Brasil: uma análise a partir da renda e nível de escolaridade. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, v. 25, n. 1, p. 4-19, 2014.
- FERRER, M. L. P. *O impacto dos fatores ambientais na incapacidade funcional de idosos: a importância de políticas públicas que valorizem o aging in place*. 2017. [Tese de doutorado] – Universidade de São Paulo (USP).
- GARCIAS, C. M.; BERNARDI, J. L. As Funções sociais da cidade. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia* (Unibrasil), v. 4, p. 1-15, 2008.
- GEHL, J. Cidades para pessoas. 3ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- GOBBO, F. G. R. *Identificação e pertencimento espaciais: a relação identitária entre os moradores e o espaço da moradia na cidade contemporânea*. 2007, 303p. [Tese de doutorado] – UFRJ/Urbanismo.
- GUEDES, M. B. O. G. et al. Apoio social e o cuidado integral à saúde do idoso. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 27, n. 4, 2017.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Sinopse do censo demográfico*, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/>. Acesso em: 22 set. 2022.
- JARDIM, S. E. G. Aspectos socioeconômicos do envelhecimento. In: NETTO, M. P. *Tratado de gerontologia*. São Paulo: Atheneu, p.185-197, 2007.
- KALACHE, A. Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 217-220, set. 1987.
- KUNZLER, E. M. Uma moradia digna para os idosos: ampliando o sentido de dignidade a este direito fundamental. *Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento*, v. 27, n. 64, p. 48-65, 2016.
- LEBRÃO, M. L. O envelhecimento no Brasil: aspectos da transição demográfica e epidemiológica. *Saúde Coletiva*, v. 4, n. 17, 2007.
- LIMONAD, E.; BARBOSA, J. L. Entre o ideal e o real rumo à sociedade urbana: algumas considerações sobre o Estatuto da Cidade. *Geousp* (USP), v. 13, p. 87-105, 2003.
- MARICATO, E. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARTIN, I. et al. Habitação para pessoas idosas: problemas e desafios em contexto português. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n. 2, p. 177-203, 2012.
- MARTINS, M. L. R. Lei Federal do Parcelamento do Solo: tensão e diálogo entre o direito à cidade e o direito urbanístico e ambiental. *Fórum de Direito Urbano e Ambiental*, v. 31, p. 83-91, 2007.
- MIRANDA, M. L. Mobilidade de idosos em cidades sem calçadas. Depois dos 50. *O Globo*, 2017. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/depois-dos-50/post/mobilidade-de-idosos-em-cidades-sem-calçadas.html>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- MONTEIRO, L. C. A. *Moradia social: ocupação de espaços desconstruídos livres*. 191 f., 2009. [Dissertação de mestrado]. Departamento de Engenharia Urbana, Universidade Federal de São Carlos – PPGEU/UFSCar.

- MONTEIRO, L. C. A. *Políticas públicas habitacionais para idosos: um estudo sobre os condomínios exclusivos*. 2012, 145 f. Tese [Doutorado em engenharia urbana] – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- MONTEIRO, L. C. A.; ZAZZETTA, M. S.; DE ARAUJO JÚNIOR M. E. Sustentabilidade: relação entre espaço urbano e envelhecimento ativo. *Novos Estudos Jurídicos*, v. 20, n. 1, p. 116-145, 2015.
- MONTE-MÓR, R. Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano. COSTA, G. M.; SOARES de MOURA C. H.; MONTE-MÓR, R. L. (ed.). *Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte, p. 55-69, 2015.
- NEVES, M. Dificuldade de locomoção nas cidades provoca isolamento dos idosos. *Rádio Câmara*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/REPORTAGEM-ESPECIAL/446395-DIFICULDADE-DE-LOCOMOCAO-NAS-CIDADES-PROVOCA-ISOLAMENTO-DOS-IDOSOS-BLOCO-5.html>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- OLIVEIRA, C. M.; MELNICKY, E. C. C. Políticas públicas municipais participativas: reflexões sobre a função social das cidades. In: OLIVEIRA, C. M. (org.). *Novos direitos: a interdisciplinaridade do direito na sociedade contemporânea*. 1. ed., São Carlos: CPOI/UFSCar, p. 39-46, 2017.
- OOMEN, B. Introduction: the promise and challenges of human rights cities. In: OOMEN, B.; DAVIS, M.; GRIGOLO, M. (ed.). *Global urban justice: the rise of human rights cities*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 1-19, 2016.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Guia global das cidades amigas das pessoas idosas*. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/cidades-e-comunidades-amigas-das-pessoas-idosas>. Acesso em: 21 set. 2022.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório mundial de envelhecimento e saúde* (resumo), 2015. Disponível em: <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.
- PINTO, C. V. da S.; MAGALHÃES, M. T. Q. *Estratégias espaciais urbanas: mercado de terras e segregação*. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8625/1/Estrat%C3%A9gias%20espaciais.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.
- PEPITONE, C. *A Carta de Atenas e a Nova Carta de Atenas*. Disponível em: <http://arq.ap1.com.br/a-carta-de-atenas-e-a-nova-carta-de-atenas/>. Acesso em: 2 jan. 2019.
- PERCHE, A. *As funções sociais da cidade e o direito ao meio ambiente equilibrado*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/34259/as-funcoes-sociais-da-cidade-e-o-direito-ao-meio-ambiente-equilibrado>. Acesso em: 12 dez. 2018.
- PFÜTZENREUTER, A. H.; ALVIM, A. T. B. O direito à cidade: as diretrizes políticas mundiais para o envelhecimento. *Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades*, v. 3, n. 14, 2015.
- PLOUFFE, L.; KALACHE, A.; VOELCKER, I. A critical review of the WHO age-friendly cities methodology and its implementation. In: *Age-friendly cities and communities in international comparison*. Springer, Cham, p. 19-36, 2016.

- QUEZADO, S. *Funções sociais da cidade*: entenda quais e o que são. Disponível em: <https://sergioquezado.jusbrasil.com.br/artigos/111571230/funcoes-sociais-da-cidade-entenda-quais-e-o-que-sao>. Acesso em: 2 jan. 2019.
- RAMOS, L. R. Fatores determinantes do envelhecimento saudável em idosos residentes em centro urbano: Projeto Epidoso, São Paulo. *Cad. Saúde Pública*, n. 19, p. 793-8, 2003.
- ROLNIK, R. *Guerra dos lugares*: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SALDIVA, P. *Vida urbana e saúde*: os desafios dos habitantes das metrópoles. São Paulo: Contexto, 2018.
- SANTINHA, G.; MARQUES, S. Repensando o fenômeno do envelhecimento na agenda política das cidades: a importância da promoção da mobilidade de pedestres. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 16, n. 2, p. 393-400, 2013.
- SILVA, N. M. *Direito à moradia adequada para a pessoa idosa de baixa renda*: um estudo quanti-qualitativo sobre políticas públicas habitacionais no interior do estado de São Paulo. Monografia, 183 f, 2019. [Dissertação de mestrado] – Programa de Pós-Graduação em Gerontologia, Universidade Federal de São Carlos – PPGero/UFSCar, São Carlos.
- ROSA, G. S. Expansão urbana ocorre de acordo com demandas do mercado, aponta pesquisa da FAU. *Agência USP de Notícias*. Disponível em: <https://www5.usp.br/19021/expansao-urbana-ocorre-de-acordo-com-demandas-do-mercado-aponta-pesquisa-da-fau/>. Acesso em: 12 abr. 2019.
- TIRLONI, D. *Carta de Atenas*: a cidade funcional. Publicado em novembro de 2013. Disponível em: <http://www.blogdotirloni.com.br/sem-categoria/carta-de-atenas-a-cidade-funcional/>. Acesso em: 2 jan. 2019.
- TRINDADE, T. A. et al. *Ampliando o debate sobre a participação política e a construção democrática*: o movimento de moradia e as ocupações de imóveis ociosos no centro da cidade de São Paulo. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/Acervo/Detalhe/934753>. Acesso em: 21 set. 2022.
- TUAN, Y. F. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Habitat III*: zero draft of the New Urban Agenda. Quito: United Nations Conference, 2016. Disponível em: <https://habitat3.org/wp-content/uploads/Habitat-III-Zero-Draft-outcome-document-May-2016.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.
- URBANISTAS, Conselho Europeu de. *A Nova Carta de Atenas 2003*: a visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do séc. XXI.
- VARGAS, H. C.; CASTINHO, A. L. H. *Intervenções em centros urbanos*: objetivos, estratégias e resultados. 3. ed. São Paulo: Manole, 2015.
- VÉRAS, M. P. B.; FELIX, J. Questão urbana e envelhecimento populacional: breves conexões entre o direito à cidade e o idoso no mercado de trabalho. *Cadernos Metrópole*, v. 18, n. 36, p. 441-459, 2016.

4

Caracterização do Perfil da Pessoa Idosa

Vítima

de Violência Financeira em Belém, Pará

[Artigo 4, páginas 61 a 77]



Luciléa da Silva Santos

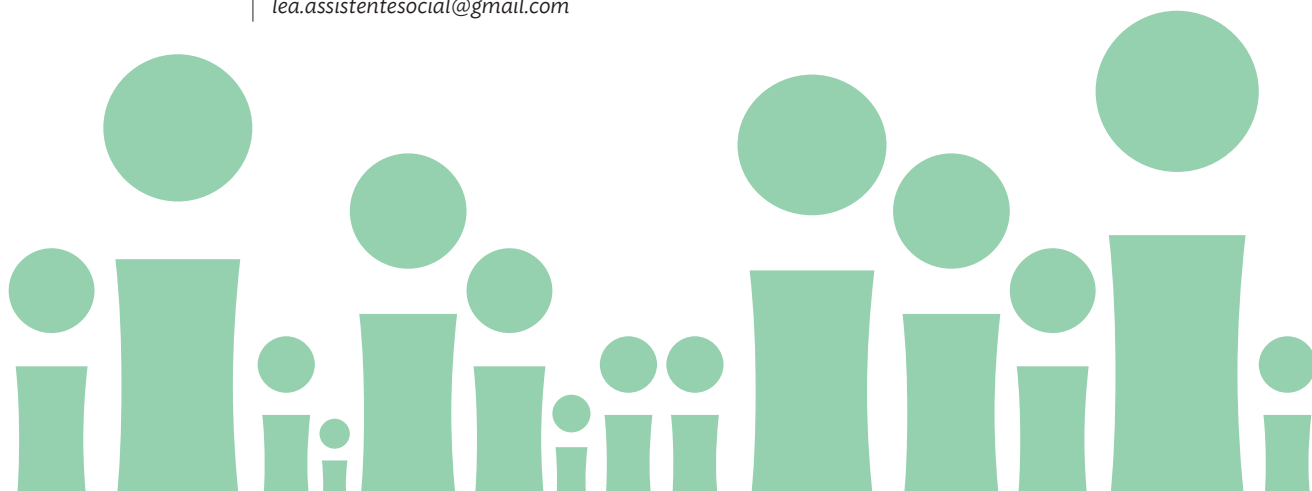
Professora do magistério, assistente social e mestra em segurança pública pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em psicopedagogia pela Universidade do Estado do Pará (Uepa) e em gerontologia social pela UFPA e a Fundação Hospital de Clínicas Gaspar Vianna. Coordenadora do curso de graduação em serviço social (bacharelado) do Centro Universitário Fibra.

lea.assistentesocial@gmail.com

Silvia dos Santos de Almeida

Professora titular da Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando no PPGSP. Doutora em engenharia da produção (UFSC), mestra em estatística UFPA.

salmeida@ufpa.br



RESUMO

O tema faz parte de minha pesquisa de mestrado, desenvolvida a partir da área metodologia, segurança pública, justiça, conflitos e cidadania na Universidade Federal do Pará (UFPA), enfocando “A situação de violência financeira contra a pessoa idosa: um estudo de caso em uma Delegacia de Proteção ao Idoso (DPID/PA), na cidade de Belém (PA) no período de 2014 a 2017”.

Objetivo geral: analisar os tipos de violência sofridos pelos idosos atendidos na Delegacia de Proteção ao Idoso (DPID/PA), assim como o perfil dos agressores. **Metodologia:** foi adotada neste estudo uma abordagem quantitativa analítico-descritiva, tomando como base os dados levantados nos registros dos Boletins de Ocorrência (BOs) e por meio da consolidação das fichas sociais trabalhadas pelo serviço social no atendimento à pessoa idosa. **Resultado:** foi identificado pelos dados obtidos, notificados e confirmados o predomínio da violência financeira, que se constitui em retenção do salário e ou do bem do idoso. Sendo diagnosticado o perfil do agressor, constatou-se que são na maioria das vezes os(as) próprios(as) filhos(as) e netos(as) que praticam esse crime. **Conclusão:** os resultados fornecem subsídios para evidenciar as características do perfil da pessoa idosa vítima do abuso econômico-financeiro, bem como o perfil do agressor, e identificar os principais riscos desse tipo de crime cometido contra a pessoa idosa em Belém, Pará.

Palavras-chave: caracterização; boletins de ocorrência; ficha social; Belém, Pará.

ABSTRACT

*The theme is part of my Master's research developed in the Methodological line Public Security Justice, Conflicts and Citizenship at the Federal University of Pará, focusing on “The situation of financial violence against the elderly: a case study in a Protection Police Station to the Elderly- DPID-PA in the city of Belém-PA from 2014 to 2017”. **General objective:** to analyze the types of violence suffered by the elderly assisted at the Police Station for the Protection of the Elderly- DPID-PA, as well as the profile of the aggressors. **Methodology:** adopted in this study a quantitative analytical-descriptive approach, taking as an important basis the data collected through the records of the Occurrence Bulletins (BO) and through the consolidation of Social Files worked on by Social Work practices in the care of the elderly. **Result:** it was identified by the data obtained, notified and confirmed the predominance of financial violence that constitutes withholding the salary and/or the good of the elderly. When the profile of the aggressor is diagnosed, it is found that most of the time it is their own children and grandchildren who commit this crime. **Conclusion:** the results provide subsidies to highlight the characteristics of the profile of the elderly victim of financial economic abuse, such as the profile of the aggressor and to identify the main risks of this type of crime committed against the person woman in Belém, Pará.*

Keywords: characterization; occurrence bulletins; social record; Belém, Pará.

INTRODUÇÃO

A população brasileira está vivenciando um processo de transição demográfica, com tendência à inversão da pirâmide etária devido ao aumento do número de idosos no país. Esse aspecto está aliado a diversos fatores, tais como: aumento da expectativa de vida, redução da taxa de natalidade, melhorias na qualidade de vida e nos cuidados de saúde, avanços tecnológicos que produzem novos medicamentos e modernos recursos para intervir no corpo humano, que contribuem para o prolongamento da vida (GAMA, 2016).

Em 1991, a população de brasileiros com 60 anos ou mais era de 10,7 milhões de pessoas (IBGE, 2012). Duas décadas depois, essa população mais do que dobrou, tornando-se 23,5 milhões de idosos. As projeções são de que, em 2025, ou seja, em apenas 11 anos, os idosos brasileiros representarão 18% da população total. Com base nessas projeções, será a primeira vez na história que o número de idosos será maior do que de jovens com até 14 anos.

Para Campos e Gonçalves (2018), o Brasil passará dos atuais (2010) 8,6% de idosos para 13% em 2020, podendo chegar a 20% da população em 2050. Isso significa que em 2050 o número de idosos será, provavelmente, superior ao de jovens abaixo de 15 anos (4,6%). Esse provável novo perfil populacional do país apresenta, do ponto de vista da adoção de políticas públicas e sociais, solução de difícil alcance. Sobretudo, a condição de longevidade associa-se à fragilização pelo envelhecimento, tornando o idoso mais vulnerável ao desenvolvimento de demência e incapacidades físicas e mentais.

Muitas são as reflexões inerentes ao crescente aumento da população idosa e suas particularidades no processo do envelhecimento, requerendo ações políticas para trabalharmos a questão social, econômica e política do idoso na atual conjuntura. Políticas de prevenção contra a violência que protejam e garantam os direitos sociais dos idosos desse grupo social em suas vulnerabilidades sociais, físicas, emocionais e afetivas, como também questões sociofamiliares, convergindo a questões de dependência, o que pode levar a conflitos sociais e a violência em decorrência do crescimento da população idosa e de sua longevidade.

Segundo o Censo de 2012, residem na região Norte 1.081.469 pessoas idosas com 60 anos ou mais, o equivalente a 7,1% de sua população total. O estado do Pará ocupa o primeiro lugar em números absolutos, com 535.135, mostrando um crescimento acelerado de idosos. O município que mais os concentra é Belém, onde residem 129.929 idosos, o

Artigo 4Caracterização do Perfil da Pessoa Idosa Vítima
de Violência Financeira em Belém, Pará

equivalente a 9,3% de sua população. Estudos (IBGE, 2012) revelam que o envelhecimento populacional evoluiu de 0,640 em 1991 para 0,789 em 2010, indicando que 4,8% da população total têm mais de 65 anos de idade. Nessa linha de pensamento, em relação ao aumento da população idosa paraense, evidencia-se que o cenário demográfico está em processo de transição e os idosos representam o segmento de maior aumento populacional (CAMPOS e GONÇALVES, 2018).

O envelhecimento humano contribui para a ocorrência de diminuição de massa óssea, danos às estruturas cartilaginosas, redução da elasticidade dos ligamentos, perda de força muscular e infiltração gordurosa nos tecidos, podendo ocasionar doenças como osteoporose, sarcopenia, osteoartrite e artrite inflamatória. Diante disso, percebe-se que o processo do envelhecimento traz certas limitações físicas e de saúde à pessoa idosa, acarretando mudanças biopsicossociais. Mudanças que requerem ações políticas de assistência social e de segurança pública para proteger a população idosa, voltadas às suas necessidades e à sua realidade social, tais como declínio cognitivo e perda de autonomia em situações biopsicossociais, que levam à dependência que demanda cuidados, o que os deixam vulneráveis e suscetíveis às violências social, física, psicológica e financeira. Isso pode acarretar uma violência cruel contra o idoso, vitimizados.

**O PROCESSO DO ENVELHECIMENTO GLOBAL E TIPOS DE VIOLÊNCIA
CONTRA OS IDOSOS**

Freitas (2002), afirma que “o envelhecimento vem acompanhado por diversas transformações demográficas, biológicas, sociais, econômicas e comportamentais”, visto que envolvem vários fatores que influenciam no processo do envelhecimento humano.

Segundo Nogueira (2016), o crescimento do grupo populacional idoso tem suscitado reflexões sobre o processo de envelhecimento e os fenômenos decorrentes dessa etapa da vida, a exemplo da violência e do abuso financeiro. Faleiros (2013) conceitua um grupo de vulneráveis sob o entendimento de que é um conjunto de pessoas que devido às questões referentes a gênero, idade, condição social, deficiência e orientação sexual estão mais suscetíveis à violação dos seus direitos como cidadãos. Nesta pesquisa, o grupo vulnerável estudado é o idoso.

Para Sanches (2008), o desafio a ser enfrentado neste novo milênio é o estudo do envelhecimento da população brasileira, que já alcança cerca de 14 milhões, o que equivale a 8,3% do total populacional. Diante



Em relação ao aumento da população idosa paraense, evidencia-se que o cenário demográfico está em processo de transição e os idosos representam o segmento de maior aumento populacional

(CAMPOS e GONÇALVES, 2018).

dessa realidade, entende-se que o aumento populacional de pessoas idosas mudou não somente o cenário demográfico do país e do estado, mas também trouxe a questão social da violência contra o idoso, que vem ganhando visibilidade social, exigindo uma atenção singular que requer um olhar diferenciado para os serviços de prevenção e proteção social para garantir os direitos da pessoa idosa.

Aqui, tratamos o termo “maus-tratos ao idoso” como sendo “um ato (único ou repetido) ou omissão que lhe cause danos ou aflição e que se produz em qualquer relação na qual exista expectativa de confiança”.

No âmbito das instituições de assistência social e saúde, são frequentes as denúncias de maus-tratos e negligência contra o idoso. Portanto, o tratamento que o Estado dispensa aos idosos constitui a maior expressão de violência macro ou violência estrutural. De acordo com Minayo (2003):

Nas instituições, as burocracias que se investem da cultura do poder sob a forma de impessoalidade, reproduzem e atualizam, nos atos e nas relações, as discriminações e os estereótipos que mantêm a violência. Sabe-se que a violência institucional, em geral, ocorre em todo o mundo e, no Brasil, ocupa um capítulo muito especial nas formas de abuso ao idoso. Ela se reproduz nas instituições públicas de prestação de serviços, nas entidades públicas e nas Instituições de Longa Permanência (MINAYO, 2003, p. 32).

De acordo a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, em seu artigo 4º, “nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei” (BRASIL, 2003), deixando claro que as instituições governamentais consideram

Artigo 4Caracterização do Perfil da Pessoa Idosa Vítima
de Violência Financeira em Belém, Pará

o fenômeno de grande relevância. Nesta categoria estão incluídos os direitos do idoso, salvaguardados pelas leis que os asseguram, sendo, portanto, de suma importância a construção de novos valores culturais que venham a valorizar o que já está constituído. Nesta perspectiva, torna-se imprescindível a divulgação desses direitos, difundindo essas informações por meio de campanhas educativas dentro dos espaços institucionais, fomentando a conscientização e a educação da sociedade sobre um novo olhar acerca do envelhecimento, velhice e violência ao idoso da Amazônia.

Nogueira (2016) destaca que a construção social da velhice é própria da modernidade e ocorre no contexto da consolidação da ideologia individualista. Tal construção foi acompanhada da divisão e institucionalização de diferentes momentos do curso da vida: a infância, a juventude e a velhice. Para a autora, a velhice possui múltiplos significados culturais, de acordo com contextos sociais específicos aos quais os indivíduos pertencem. As idades, enquanto elementos fundamentais na organização e na cultura da sociedade, participam de sua dinâmica, passando por um processo de construção e desconstrução e modificando seus significados.

Faleiros (2013) ressalta que a violência tende a ser um problema sério, pois ainda se apresenta sob o manto da ocultação, manifestando-se de diversas formas, como abuso físico, econômico, financeiro, sexual, psicológico, abandono, negligência, intimidação, ameaça e outros. Nesta linha de pensamento a autora analisa as práticas de violência cometida ao idoso e evidencia os abusos praticados nesse grupo. Nestas categorias de violência contra o idoso, a violência financeira se caracteriza no estudo de forma emblemática por se constituir, nas abordagens teóricas, como violência visível, invisível e silenciosa, uma vez que a vítima, muitas vezes, não denuncia seus algozes, às vezes por não apresentar marcas ou por ser escamoteada pelo agressor.

O comportamento do idoso que é submetido à violência financeira, que é uma das diversas formas de abuso praticada contra as pessoas idosas, decorre também do medo que nutre de sofrer represálias por parte dos agressores, acabando por viver em silêncio, já que esse tipo de violência muitas vezes não é visível, favorecendo assim a não identificação desse ato (DUQUE, 2012).

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de investigar os fatores associados às diversas formas de violência praticadas contra o idoso, com o intuito de discutir o fenômeno da violência financeira, com



As idades, enquanto elementos fundamentais na organização e na cultura da sociedade, participam de sua dinâmica, passando por um processo de construção e desconstrução e modificando seus significados.

base na interlocução entre as teorias e os dados utilizados no estudo, no sentido de contribuir para a caracterização e o esclarecimento dos riscos dos abusos que a vítima sofre, bem como quem é seu abusador.

TIPOLOGIAS DE VIOLÊNCIA PRATICADAS CONTRA O IDOSO

Para Sanches (2002), violência é o estado daquilo que é violento, ou seja, é um ato violento caracterizado pela veemência, irascibilidade, abuso da força, opressão e coação. É um constrangimento exercido sobre alguma pessoa para obrigá-la a fazer um ato qualquer.

a) Abuso físico: maus tratos físicos ou violência física são expressões que se referem ao uso da força física para compelir os idosos a fazerem o que não desejam, para feri-los, provocar-lhes dor, incapacidade ou morte;

b) Abuso psicológico: violência psicológica ou maus tratos psicológicos correspondem a agressões verbais ou gestuais com o objetivo de aterrorizar os idosos, humilhá-los, restringir sua liberdade ou isolá-los do convívio social;

c) Abuso sexual ou violência sexual: são termos que se referem ao ato ou jogo sexual de caráter homo ou heterorrelacional utilizando pessoas idosas. Esses abusos visam a obter excitação, relação sexual ou práticas eróticas por meio de aliciamento, violência física ou ameaças;

d) Abandono: é uma forma de violência que se manifesta pela ausência ou deserção dos responsáveis governamentais, institucionais ou familiares de prestarem socorro a uma pessoa idosa que necessite de proteção;

Artigo 4Caracterização do Perfil da Pessoa Idosa Vítima
de Violência Financeira em Belém, Pará

e) Negligência: refere-se à recusa ou à omissão de cuidados devidos e necessários aos idosos por parte dos responsáveis familiares ou institucionais. A negligência é uma das formas de violência contra os idosos mais presente no país. Ela se manifesta, frequentemente, associada a outros abusos que geram lesões e traumas físicos, emocionais e sociais, particularmente em idosos que se encontram em situação de múltipla dependência ou incapacidade;

f) Abuso financeiro e econômico: consiste na exploração imprópria ou ilegal dos idosos ou ao uso não consentido por eles de seus recursos financeiros e patrimoniais. Esse tipo de violência ocorre, sobretudo, no âmbito familiar (MINAYO, 2003);

g) Autonegligência: diz respeito à conduta da pessoa idosa que ameaça sua própria saúde ou segurança pela recusa de prover cuidados necessários a si mesmo.

Diante do exposto, as identificações dessas formas de violência ao segmento idoso requerem uma maior atenção dos governantes a respeito das práticas de violência acometidas que vitimizam cruelmente os idosos. Uma dessas práticas de violência é a financeira, que expõe o idoso a uma situação de risco social, econômico, político, emocional e familiar.

Nesse sentido, Sanches (2006) considera que esse tipo de abuso provoca consequências como baixa autoestima, depressão e vários problemas de saúde entre os idosos. Devido a estas consequências, os profissionais de saúde devem ficar atentos à importância desse fenômeno. O autor também destaca que conhecer os dados sobre a prevalência da violência financeira contra a pessoa idosa e seus principais agressores é de ampla relevância para a criação de políticas de proteção direcionadas a essa população.

Este estudo, portanto, busca abordar a questão específica da violência financeira contra a mulher idosa no município de Belém do Pará de 2014 a 2017, apontando nuances acerca da situação atual, apresentando dados estatísticos, assim como o perfil do agressor que comete essa prática de violência financeira contra o idoso em Belém, demonstrando as possíveis carências da rede de proteção para assegurar os direitos do idoso, com informações que possam estimular a atuação do próprio idoso em prol de seu bem-estar, enquanto protagonista na defesa de seus direitos e cidadania.

POTENCIAIS FATORES DE RISCO DA VÍTIMA PELO ABUSO DA VIOLÊNCIA FINANCEIRA

Segundo o Estatuto do Idoso, compete ao Ministério Público a defesa dos direitos dos idosos. As entidades de atendimento ao idoso são obrigadas a cumprir os requisitos estabelecidos nos art. 48 a 51 e serão fiscalizadas pelos Conselhos do Idoso, pelo Ministério Público, pela Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.

A ausência de políticas públicas vem conjugar-se às diversas formas de violação de direitos que constituem os riscos de violência que têm lugar nos âmbitos domésticos e institucionalizados. Diversos autores lembram que a conduta negligente, longe de ser vista como resultado da falta de atenção individual, merece ser interpretada como produto da carência de instituições que promovam serviços adequados para a velhice e/ou supervisão adequada de atenção e cuidados aos velhos em suas próprias casas ou na de seus familiares (FLEMING, 1993).

Segundo Boudreau (1993), as diversas formas de violência impingidas aos idosos no ambiente doméstico não podem, no entanto, ser interpretadas como uma temática exclusiva do espaço privado. Portanto, fatores de risco que influenciam a ocorrência de violência financeira contra o gênero feminino idoso evidenciam problemas de ordem social, econômica, familiar e institucional que caracterizam a relação entre vítima e agressor. Há, também, fatores sociais, afetivos e emocionais que impedem o idoso de denunciar este tipo de agressão, como: amor, medo e vergonha de dar queixa de seu próprio filho ou neto. Outra situação de risco se caracteriza pelo fato de a maioria dessas idosas morarem ou conviverem no mesmo espaço com o agressor, devido à maioria das vítimas dependerem do auxílio de um cuidador proveniente do envelhecimento que limita os idosos, levando à perda biopsicossocial que a velhice traz ao ser humano a este ser social, que o deixa necessitado de auxílio e proteção.

O crescimento do grupo populacional de pessoas idosas no município de Belém, com uma significativa mudança do perfil demográfico do estado Pará, deveria suscitar reflexões sobre o processo de envelhecimento e os fenômenos decorrentes nessa etapa da vida, a exemplo da violência. Uma discussão acerca desses dados entre o Estado, a família e a sociedade civil sobre essa realidade social seria benéfica.

Devido a situação socioeconômica dos idosos vitimados pela violência financeira é pertinente salientar o cenário sociodemográfico da população de idosos da região Norte, no estado do Pará. Pois, com o



A violência financeira se caracteriza no estudo de forma emblemática por se constituir, nas abordagens teóricas, como violência visível, invisível e silenciosa, uma vez que a vítima, muitas vezes, não denuncia seus algozes, às vezes por não aparentar marcas ou por ser escamoteada pelo agressor.

aumento da população de idosos, observou-se que também houve o aumento da violência financeira, conforme revela esta pesquisa. No que concerne ao cenário sociodemográfico paraense, a pesquisa realizada por Campos e Gonçalves (2018) aponta para um cenário demográfico caracterizando o crescimento populacional brasileiro e paraense. O Brasil passará dos atuais (2010) 8,6% de idosos para 13% em 2020, podendo chegar a 20% da população em 2050. Isso significa que em 2050 o número de idosos será, provavelmente, superior ao de jovens abaixo de 15 anos (4,6%). Esse provável novo perfil populacional do país apresenta, do ponto de vista da adoção de políticas públicas e sociais, uma solução de difícil alcance. Sobretudo porque a condição de longevidade associa-se à fragilização pelo envelhecimento, tornando o idoso mais vulnerável ao desenvolvimento de demências, incapacidades físicas e mentais.

Nesse sentido, é preciso refletir sobre a realidade social das pessoas idosas vitimadas pela violência financeira, tornando-se um tema de reflexão entre o Estado, família e pesquisadores por ser uma questão social complexa. Há extrema vulnerabilidade em relação aos idosos. Esse tipo de violência acarreta muitos danos: moral, econômico, social, emocional e de saúde. Enfim, entende-se que a identificação da tipologia da violência financeira requer um olhar crítico de intervenção interdisciplinar dos profissionais que atuam no campo da segurança pública no que diz respeito aos sinais e à sua ocorrência.

Dentro desse mesmo propósito, entende-se ser relevante o aumento da produção científica relacionada à temática sobre a violência financeira contra a pessoa idosa, até mesmo pelo significativo crescimento da população idosa na cidade de Belém. Portanto, este estudo possibilitou apresentar um panorama da situação da violência financeira cometida aos idosos residentes no município, o que requer cuidados específicos para dar conta da subjetividade da violência financeira. Acreditamos ser necessário repensar a intervenção profissional nos

espaços institucionalizados, a proteção e os direitos que são assegurados pela lei ao idoso. Pois essas pessoas merecem viver sua velhice com respeito, proteção e dignidade.

A Constituição Federal impede qualquer forma de discriminação por idade e atribui à família, à sociedade e ao Estado o dever de amparar o idoso, assegurar sua participação na comunidade, defender sua dignidade e bem-estar e garantir seu direito à vida. Nesta direção, entende-se que a pessoa idosa possui direitos constituídos para sua segurança e prevenção de qualquer tipo de violência ou agressão à sua vida.

Quanto aos idosos, a norma de regência é a lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Regulamentada parcialmente pelo Decreto nº 6.214 de 26 de setembro de 2007. Seu artigo 4º dispõe que “(...) nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei”. O artigo 3º afirma que é “dever de todos zelar pela dignidade do idoso colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

AS CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA FINANCEIRA

As mazelas e consequências da violência financeira no cotidiano do idoso se manifestam de forma silenciosa, pois não deixam hematomas em suas vítimas. Apesar disso, as sequelas causadas por esse tipo de abuso financeiro, que vem ganhando grandes proporções, podem ser profundas e perdurar por muito tempo na mente e na vida social dos idosos. Diante disso, ressalto que o abuso ou violência financeira têm estas características: quando alguém se apodera do seu dinheiro; controla a sua conta bancária, exigindo senhas e cartões; acompanha seu movimento bancário exigindo que você apresente seus extratos; intimida ou impede que você determine como usar seu próprio dinheiro ou que gaste consigo mesmo; faz compras em seu nome mesmo contra sua vontade; usa seu nome contra a sua vontade para financiamentos e empréstimos; ou toma posse do que é seu por incutir na sua mente que você não é capaz de fazê-lo.

Artigo 4

Caracterização do Perfil da Pessoa Idosa Vítima
de Violência Financeira em Belém, Pará

MATERIAL E MÉTODOS

DADOS ESTATÍSTICOS

Trata-se de um estudo transversal, documental e descritivo de abordagem quantitativa, realizado por meio de análise de 108 Boletins de Ocorrência (BOs) e 79 Fichas Sociais extraídos do banco de dados da Delegacia de Proteção ao Idoso (DPID/PA), referente ao período de 2014 a 2017. A análise dos dados foi realizada por meio da modalidade temática.

QUANTO À ANÁLISE DOS DADOS

- A análise foi realizada após tabulação dos dados do banco de dados da Delegacia de proteção ao Idoso (DPID/PA), utilizando abordagem quantitativa.
- A análise descritiva dos dados foi realizada para caracterizar a amostra estudada, através dos dados secundários dos BOs e das Fichas Sociais, nos quais foram coletados os dados das variáveis estudadas: faixa etária; estado civil; sexo; renda familiar; vínculo do agressor com a vítima; e tipo de violência financeira.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No estudo realizado de 2014 a 2017, foram selecionados 108 BOs e 79 Fichas Sociais voltados à vulnerabilidade do abuso da violência financeira, registrados no período de 2014 a 2017. Pode-se visualizar o objeto de estudo, a violência financeira, que ocorre com as vítimas conforme a amostra que corresponde ao grupo de idosos vulneráveis de ambos os sexos – tendo um percentual de pouco mais de 2% na variável qualitativa da vítima sendo do gênero feminino, portanto a vitimização de pessoas mais velhas que converge para riscos de violência financeira é democrática entre as pessoas idosas belenense. Na análise qualitativa discreta nominal dos dados, a maioria dos(as) idosos(as) são vítimas de retenção de salário/bens (70,82%), seguido da expropriação/apropriação de bens (14,72%). Neste contexto, sobre a expropriação dos bens dos idosos, os estudos trazidos por Duque (2012) apontam que tem ocorrido um crescimento no número de familiares que dependem financeiramente e economicamente dos idosos, que muitas vezes são os provedores do lar.

O perfil da vítima idosa foi caracterizado pelas variáveis: faixa etária de 60 a 72 anos (56,9%); estado civil (36,27%); sexo feminino (51,43%); sexo masculino (48,57%); e renda salarial de 1 salário-mínimo. A maioria

das pessoas idosas vivia com a família (69,56%). A violência financeira contra a pessoa idosa é cometida principalmente pelos filhos (13,04%) e netos (7,35%). As características sociodemográficas da maioria dos agressores eram de ser conhecidas da vítima. Identificaram-se dois núcleos de sentido referentes às tipologias de violência financeira: exposição ao estelionato/extorsão e furto/roubo.

Devido à realidade de violência financeira praticada contra as pessoas idosas em Belém, é necessário que este assunto seja mais discutido, devendo ser constantemente abordado nos espaços institucionalizados, sejam eles: governamentais, universitários, escolares ou familiares, por se constituir violação grave dos direitos dos idosos e um sério problema de segurança pública, que necessita de elaboração de ações que visem envolver a prevenção e proteção contra esse crime. Seria pertinente a realização de novos estudos que busquem aprofundar a temática, uma vez que ainda existe muita carência de informações sobre esta questão social de vitimização do segmento social de pessoas idosas expostas à violência financeira, sabendo-se pouco sobre os riscos e suas repercussões subjetivas: integridade e dignidade humana, social e qualidade de vida na velhice.

O conhecimento sobre esse fenômeno da violência financeira contra o idoso deveria ter mais visibilidade e ser mais socializada de maneira que toda a sociedade civil, Estado e autoridades tomassem ciência de sua brutalidade na vida dos idosos, buscando operacionalizar e viabilizar ações políticas integradas, tais como políticas públicas associadas a políticas de segurança pública de prevenção e proteção social. De forma que essas práticas se efetivassem em ações políticas mediadas por iniciativas educacionais voltadas aos meios de comunicação e às redes sociais, como também investir na formação em defesa pessoal, medidas legais e assistência direta aos familiares.



A ausência de políticas públicas vem conjugar-se às diversas formas de violação de direitos que constituem os riscos de violência que têm lugar nos âmbitos domésticos e institucionalizados.

Artigo 4

Caracterização do Perfil da Pessoa Idosa Vítima
de Violência Financeira em Belém, Pará

De acordo com os registros de ocorrência, há nove queixas de violência contra a pessoa idosa por dia. Dentre elas, nos registros apresenta-se a violência financeira contra o idoso no município de Belém, identificada como exploração econômica ou apropriação do rendimento do idoso. Ela vem se avolumando e expondo cada vez mais os idosos a situações de desrespeito com seus benefícios, bens e patrimônios. A questão das limitações da velhice apresenta-se como um fator preponderante de risco para vítima e favorável ao agressor. Entende-se que o Estatuto do Idoso estabelece e reafirma a garantia dos direitos da pessoa idosa. Assim, nesses casos de violência, é dever de todo cidadão denunciar à autoridade competente qualquer forma de maus-tratos, violência ou desrespeito ao idoso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo abordar a questão específica da violência financeira contra a população idosa que é vítima de abuso financeiro na cidade de Belém, Pará, apresentando dados estatísticos qualitativos e quantitativos no período de 2014 a 2017, com base nos registros da Delegacia de Proteção ao Idoso (DPID/PA) integrada à polícia civil do estado do Pará.

De acordo com os resultados estatísticos observados, o estudo nos permitiu conhecer o perfil da vítima e do agressor, sendo assim, pode-se concluir que a violência financeira ocorre no cotidiano dos idosos, a maior parte no âmbito familiar, executada pelos filhos. Os achados evidenciam que a violência financeira é democrática, afetando ambos os sexos, geralmente viúvos na faixa etária acima de 60 a 72 anos, que vivem do benefício da aposentadoria, sendo que as vítimas convivem com o seu agressor (filhos ou netos), tendo a violência econômico-financeira tipificada como a retenção do salário e ou do bem do idoso.

Os agravos que foram observados pelos registros através dos documentos legais que sustentam a ação dos profissionais é que a família se apresenta como principal cuidadora do idoso e em outro momento se apresenta como a primeira que pratica a violência econômico-financeira contra o idoso. Averiguou-se que, constatados os agravos de casos de violência como abandono e maus-tratos na visita domiciliar realizada pelo assistente social, solicita-se uma medida protetiva contra o agressor(a). Em muitos dos casos assistidos pela assistente social da Delegacia de Proteção ao Idoso (DIPD) da polícia civil é realizada a intervenção pela prática da mediação de conflitos entre os membros da família para a efetivação do acordo de quem será o cuidador e terá a curatela do idoso, e em casos de não realização do acordo, o caso é encaminhado ao Ministério Público do estado.

A violência financeira é uma ação de abuso cometida contra os idosos que, por serem vulneráveis devido à velhice, o que os coloca em situação de fragilidade, são coagidos e sofrem com o medo das represálias realizada por parte dos agressores, passando muitas vezes até a silenciar a violência. Esse tipo de violência muitas vezes é escamoteado, algumas vezes pela vítima, outras por quem a pratica, favorecendo assim a não identificação desse ato.

Diante deste contexto faz-se necessário voltar nossa atenção para essa temática por evidenciar a questão social da pessoa idosa vitimizada pela violência financeira, assim, salienta-se a importância e a contribuição desta pesquisa, que pode dar maior visibilidade a esta realidade da violência por meio do abuso financeiro sofrido pelos atores sociais idosos. Este estudo pode construir para um novo olhar sobre essa realidade social da melhor idade em nossa sociedade para a elaboração de ações que visem à prevenção, à proteção e ao combate a esse crime, buscando a eficácia de medidas de proteção e segurança para efetivar condições de melhoria da qualidade de vida da população idosa em nosso estado.

Artigo 4

Caracterização do Perfil da Pessoa Idosa Vítima
de Violência Financeira em Belém, Pará

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. *O novo capital*. Razões práticas sobre a teoria da ação. Campinas: ICBAS: Universidade do Porto, 1993.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). *Manual de enfrentamento à violência contra a pessoa idosa*, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/sdh/noticias/2014/junho/ManualdeEnfrentamentoViolenciacontraaPessoaIdosa.pdf/view>. Acesso em: 20 out. 2016.
- BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. *Estatística descritiva*. 8. ed., São Paulo: Saraiva, 2013.
- CAMPOS, A. C. V.; GONÇALVES, L. H. T. Aging demographic profile in municipalities in the state of Pará, Brazil. *Rev. Bras. Enferm.*, 2018; 71(Supl. 1): 591-8. [Thematic Issue: Contributions and challenges of nursing practices in collective health] Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0070>. Acesso em: 21 set. 2022.
- DUQUE, A. M. et al. *Violência contra idosos no ambiente doméstico: prevalência e fatores associados* (Recife/PE). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YSK34tHwGTGQTGr4QNvQd3N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 set. 2022.
- ESTATUTO do idoso. Lei 10.471, de 1º de outubro do ano de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm. Acesso em: 21 set. 2022.
- FALEIROS, V. de P. A violência contra a pessoa idosa no Brasil. In: FALEIROS, V. de P. *Projeto apresentado à Secis/MCT – Pesquisa*. Brasília, 2005.
- FALEIROS, V. de P. *Violência contra idosos, ocorrências, vítimas e agressores*. Brasília: Editora Universal, 2013.
- FLEMING, M. *Questionário de Autonomia Comportamental (QAC)*. Porto: ICBAS: Universidade do Porto, 1993.
- FREITAS, E. V. et al. (ed). *Tratado de geriatria e gerontologia*. Guanabara-Koogan: Rio de Janeiro, 2002.

- GAMA, V. L. *Ser idoso hoje, ser idoso ontem*. Disponível em: <http://comunicar-preciso.blogspot.com/2013/11/ser-idoso-hoje-e-ser-idoso-ontem.html>. Acesso em 2 mar. 2016.
- IBGE, A. M. P.; PAIVA, I. L.; TORRES, T. L. Violência intrafamiliar contra idosos: revisão sistemática. *Universidade Federal do Rio Grande do Norte*, Brasil, v. 22, n. 2, p. 185-196, mar.-set. 2016.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo populacional 2010*. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Pesquisa nacional por amostragem de domicílios*. Síntese de indicadores 2011. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/59/pnad_2011_v31_br.pdf. Acesso em: 9 out. 2018.
- MINAYO, M. C. S. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 783-791, 2003.
- NOGUEIRA, C. F.; FREITAS, M. C.; ALMEIDA, P. C. Violência contra idosos no município de Fortaleza, CE: uma análise documental. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 14, n. 3, p. 543-554, 2016.
- SANCHES, A. P. R. A. Violência contra idosos: uma questão nova. *Saúde Social*, v. 17, n. 3, p. 90-100, 2008.
- SANCHES, A. P. R. A. *Violência doméstica contra idosos no município de São Paulo: estudo SABE*, 2002. Universidade de São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, 2006.



Jornada de Inovação em Serviços para a Maturidade

[Artigo 5, páginas 78 a 88]



Michele Bittencourt Silveira

*Mestra em saúde e desenvolvimento humano, especialista em gerontologia e coordenadora técnica do Trabalho Social com Idosos (TSI) do Sesc Rio Grande do Sul.
mbsilveira@sesc-rs.com.br*

Aline Bianca Godoi da Silveira

*Tecnóloga em gerontologia e agente de cultura e lazer do Sesc Viamão/RS.
agodoi@sesc-rs.com.br*

João Manuel Gayer de Oliveira

*Licenciado em educação física, licenciado B da CBF e agente de cultura e lazer do Sesc Camaquã/RS.
joaoliveira@sesc-rs.com.br*

Smaichel de Ávila Teixeira

*Bacharel em educação física e agente de cultura e lazer do Sesc Chuí/RS.
sateixeira@sesc-rs.com.br*

Uilian Lima Machado

*Licenciado em educação física e agente de cultura e lazer do Sesc Bagé/RS.
umachado@sesc-rs.com.br*

RESUMO

Este relato de experiência tem como objetivo descrever a Jornada de Inovação em Serviços para a Maturidade, cujo propósito foi a apresentação da nova proposta do trabalho social com idosos do Sesc Rio Grande do Sul e o desafio de criar novas oportunidades para os maduros. Apoiados pela abordagem de *design thinking* e por metodologias e ferramentas de design de serviço combinando empatia, criatividade e racionalidade para gerar valor e criar soluções e possibilidades para o Programa Sesc Maturidade Ativa. Como resultado, oito propostas de serviços foram apresentadas na forma de workshop, integrando um portfólio de serviços orientado pela ideia da longevidade com qualidade e contribuindo para o bem-estar social e qualidade de vida das pessoas idosas.

Palavras-chave: longevidade com qualidade; inovação; design de serviços; envelhecimento.

ABSTRACT

This experience report aims to describe a Journey of Innovation in Services for Maturity where the purpose was to present the new proposal for social work with the elderly at Sesc Rio Grande do Sul and the challenge of creating new opportunities for the mature. Supported by the design thinking approach and by service design methodologies and tools combining empathy, creativity and rationality to generate value and create solutions and possibilities for the Sesc Maturidade Ativa Program. Workshop on quality services and quality service in the form of quality service proposals and people's quality of life.

Keywords: longevity with quality; innovation; service design; aging.

INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional é um fenômeno crescente no Brasil e no mundo. Em quatro décadas, quase metade da população brasileira será composta de pessoas idosas. Apesar de mais de 80% do poder de decisão de consumo das famílias estar nas mãos da população 50+, apenas 10% das estratégias de marketing são direcionadas a esse grupo etário. Existem oportunidades inexploradas para quem quer empreender na economia da maturidade e inovar em serviços nesse setor. Para tanto, é fundamental conhecer o perfil dos maduros, seus desejos e necessidades. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), o número de pessoas idosas aumentou e a propensão do envelhecimento da população brasileira se manteve, com aumento de 18% em cinco anos.

O Trabalho Social com Idosos (TSI) do Sesc no Rio Grande do Sul atua desde 2003 de forma sistematizada através do Programa Sesc Maturidade Ativa. Trata-se de um movimento social organizado com uma metodologia ativa de trabalho para pessoas acima de 50 anos, com objetivo de oferecer ações voltadas para a promoção do envelhecimento ativo em todas as dimensões: saúde, segurança, participação social e aprendizagem ao longo da vida. É constituído por mais de 5.000 participantes divididos em 59 grupos distribuídos pelo estado.

Sendo assim, devido às aceleradas mudanças demográficas sobre o aumento na expectativa de vida da população, especialmente no Rio Grande do Sul, foi necessária uma reavaliação das ações do Programa Sesc Maturidade Ativa (PSMA) em conjunto com a direção regional através da coordenação técnica do TSI e as unidades operacionais por meio dos facilitadores que atuam no programa.

Desta forma, alinhado a uma revisão metodológica proposta em 2018 pelo Departamento Nacional do Sesc, propomos uma Jornada Criativa para o corpo técnico, composto de 50 colaboradores, através de um olhar inovador e disruptivo sobre a forma de fazer, pensar e planejar nossas práticas. A organização das etapas da jornada foi orientada pelas diretrizes norteadoras do PSMA, que são: envelhecimento ativo, gerontologia como tema transversal, protagonismo do idoso e relações intergeracionais, correlacionando-as com quatro categorias orientadoras para geração das atividades: (1) saúde e bem-estar; (2) arte, cultura e entretenimento; (3) cotidiano tecnológico; e (4) finanças, empreendedorismo e engajamento social.



A construção da Jornada Criativa teve seu início durante o auge da pandemia, período em que a grande maioria dos colaboradores se encontrava em home office, o que possibilitou um momento de pausa das rotinas de trabalho e gerou oportunidade para uma reflexão a respeito dos caminhos que todos pretendiam seguir. A elaboração dos grupos de trabalho se deu de forma aleatória, sendo formados oito grupos com cinco a seis colaboradores de diferentes regiões do Rio Grande do Sul, que através de reuniões por plataformas virtuais, com auxílio da coordenação e de uma consultora terceirizada, iniciaram o desenvolvimento de oito serviços inovadores para o público-alvo.

Assim, após as etapas de criação, desenvolvimento e refinamento dos serviços, foram apresentadas as seguintes propostas: Jornada Cultural Dançante; Trilhando Cultura por Toda Parte; Matur Experience; Desafio Vida Interativa; Programa de Desenvolvimento Esportista Master; Tecnologia: 50+ Conectados; Jornada Recordar; e Incubadora Sênior.

MATERIAIS E MÉTODOS

A Jornada Criativa do Sesc Rio Grande do Sul foi idealizada com o objetivo de estimular a inovação do portfólio de serviços ofertados no Programa Sesc Maturidade Ativa no estado, por meio de uma construção coletiva com a equipe atuante no programa. Para isso,

organizamos três etapas para geração de novas possibilidades de atividades para os maduros. O eixo teórico (1), eixo prática (2), mentorias (3) e workshop de inovação em serviços para a maturidade (4).

(1) O eixo teórico foi de sensibilização a partir de conteúdos assíncronos em videoaulas de no máximo 10 minutos com temas sobre o perfil do público maduro, tendências de consumo, oportunidades empreendedoras na economia da longevidade e princípios da gestão de serviços.

(2) O eixo prático, com encontros síncronos, propiciou estímulo ao pensamento inovador tendo o design thinking como método para ideação para proposta de soluções. Este método foi escolhido por ter a capacidade de geração de ideias e também a possibilidade de dar uma nova roupagem a realidades existentes valendo-se de processos participativos do design como exploração, criação, reflexão e implementação.

(3) As mentorias com os grupos foi composta de quatro encontros, com objetivo de orientar e formatar suas propostas de atividades do Programa Sesc Maturidade Ativa, alinhando ideias com demandas identificadas e pesquisas realizadas com o público potencial para proporcionar longevidade com qualidade.

(4) O workshop de inovação em serviços para a maturidade ocorreu em formato on-line, através da plataforma Zoom. Os convidados para as apresentações dos serviços foram o diretor regional do Sesc Rio Grande do Sul, a coordenadora técnica do TSI do Sesc Departamento Nacional, o gerente das áreas de educação, assistência e cultura, o gerente de Recursos Humanos e os gerentes das unidades do Sesc Rio Grande do Sul.



As propostas foram desenvolvidas para novos serviços moldados e pensados com um conceito de vivência e prática, baseado principalmente nos perfis e territórios dos 59 grupos da Maturidade Ativa do Sesc do Rio Grande do Sul.

Artigo 5Jornada de Inovação em Serviços
para a Maturidade

O objetivo das propostas de serviços era integrar a concepção de ideias orientadas para uma longevidade com qualidade, contribuindo com os facilitadores na sua ampliação de repertório para sua prática profissional e com os participantes do programa Sesc Maturidade Ativa através de novas possibilidades em seus grupos sociais. As apresentações foram organizadas através da técnica de PITCH, um discurso objetivo e de curta duração, usado para fazer com que o cliente em potencial se interesse pelo produto ou serviço oferecido. Ao final de cada apresentação, cada um dos presentes era convidado a escolher uma escala de 0 a 10. O intuito não era escolher o melhor, e sim o serviço com maior potencial de execução.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O conceito de trabalho em rede de colaboração foi o fio condutor desta proposta. Abandonar o comodismo de “fazer para” e propor o “fazer com” desafiou os envolvidos no processo em todos os níveis, desde a gerência de assistência, a coordenação técnica e a equipe de trabalho: os facilitadores dos grupos. Os grupos trabalharam em equipe e formataram os serviços descritos abaixo.

Jornada Cultural Dançante

Percurso de imersão cultural por meio de diferentes situações, vivenciando-a ao máximo e gerando experiências e aprendizagens significativas. O objetivo é experimentar a realidade de cada cultura através da dança, absorvendo-a em todas suas possibilidades e celebrando a história de cada etnia. Abarca uma série de atividades prévias (teóricas e práticas) sobre dança, história, indumentária e culinária, resultando em um evento que reúna os participantes para celebrar esta jornada.

Trilhando Cultura por Toda Parte

Um encontro para desfrutar e viver novas experiências, oportunizando vivências culturais temáticas (workshops, sessões de fotografia, jantares, bailes e apresentações artísticas) para aqueles que não têm acesso a viagens de lazer e entretenimento.



Matur Experience

A proposta de turismo de experiências em grupo para construção de memórias coletivas e planejadas de lazer através da gastronomia com passeios de um dia, fomentando novos destinos para o turismo social do Sesc Rio Grande do Sul.

Desafio Vida Interativa

Multiatividades para serem realizadas de forma individual no ambiente domiciliar com objetivo de superação pessoal, por meio de atividades que proporcionem entretenimento e aprendizagem, potencializando a autonomia. Outro objetivo desse serviço seria o vínculo da marca Sesc com o cliente em seu ambiente residencial.

Programa Desenvolvimento Esportista Master

Tem objetivo de oportunizar e difundir a prática de esportes adaptados no público 50+ como substituto de outros exercícios sistemáticos.

Artigo 5

Jornada de Inovação em Serviços
para a Maturidade

Ampliando o escopo de atuação do TSI através da capacitação de profissionais, palestras de sensibilização da prática esportiva e implementação de novas modalidades.

50+ Conectados

Um aplicativo e uma plataforma de streaming contendo vídeos, podcasts, e-books e lives que possibilitem o acesso a conteúdo personalizados, com facilidade de manuseio para promover atualização e aprendizagem constante.

Jornada Recordar

Uma jornada de ensino-aprendizagem com estímulos à memória composta de três módulos de oficinas de diferentes naturezas: afetiva, criativa, social, informativa, psicomotora e sensorial, com objetivo de desenvolver e preservar as capacidades sensoriais e cognitivas das pessoas idosas.

Incubadora Sênior

Um programa de preparação para longevidade com a perspectiva sobre metas e projetos de vida, favorecendo a sustentabilidade financeira, aproveitando o capital intelectual, promovendo o convívio social e refletindo sobre fazer suas próprias escolhas, dando sentido e propósito para suas vidas.



CONCLUSÃO

Neste projeto tivemos a participação dos colaboradores do Sesc Rio Grande do Sul que atuam como facilitadores do Programa Sesc Maturidade Ativa, que entendem necessidades, problemas, desejos e dores das pessoas idosas participantes. O protagonismo dos colaboradores na construção desta jornada demonstrou a importância e necessidade da revisão de nosso portfólio e a geração de novas ideias para o desenvolvimento de possibilidades futuras para o TSI.

As propostas foram desenvolvidas para novos serviços moldados e pensados com um conceito de vivência e prática, baseado principalmente nos perfis e territórios dos 59 grupos da Maturidade Ativa do Sesc do Rio Grande do Sul. A repercussão das ideias despertou a necessidade de constante renovação e inovação de nossas práticas cotidianas, indo ao encontro das palavras de Souza e Martins (2014), de que há uma mudança no tipo de perfil das pessoas idosas ao longo dos anos em uma mesma instituição. Assim como esse perfil se modifica, precisamos enquanto instituição mudar e reformular nossos fazeres.

Quando falamos em novos serviços que atendam a novas necessidades das pessoas idosas, é preciso considerar a Política Nacional do Idoso, garantida por lei (Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, capítulo I), que assegura os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade. É obrigação do serviço público desenvolver políticas que venham suprir necessidades e resolver problemas sociais que afetem os direitos do idoso. Tal visão não é diferente em instituições privadas com capilaridade nacional como o Sesc, que também carrega em sua missão o compromisso de promover bem-estar social e qualidade de vida aos trabalhadores do comércio de bens, serviço e turismo, seus familiares e à comunidade, pensando continuamente em serviços e práticas que oportunizem e ofertem à sociedade um novo significado social para o envelhecimento humano através do Programa Sesc Maturidade Ativa.

O caráter inovador de propor uma metodologia de design de serviços nos mostrou ao longo do percurso o quanto o potencial criativo estabelecido através de debates e discussões de questões relevantes sobre o envelhecimento gerou impacto positivo, trazendo novas soluções. As instituições que atendem às demandas crescentes dos maduros precisam estar atentas a toda forma de geração de possibilidades, criar e experimentar serviços e atividades que contribuam para um envelhecimento de qualidade. A jornada criativa foi exatamente sobre isso, manter em constante reflexão quem trabalha com pessoas idosas. O

projeto foi muito bem avaliado pelos gestores das unidades, gerando repercussão entre os colaboradores e as áreas. É preciso que seja disseminado, replicado e expandido, abrangendo e contribuindo com toda e qualquer instituição que trabalhe com esse público.

Entendemos ao longo do percurso o quanto é necessário revisitar nossas práticas, abrindo novos caminhos potentes, levando em consideração nossa missão e princípios institucionais. A Jornada Criativa nos permitiu identificar novas áreas que podem ser exploradas, tais como, planejamento para o envelhecimento sustentável, ações educativas associadas ao lazer, turismo, cultura, gastronomia e tecnologia, curadoria de novas modalidades esportivas adaptadas à faixa etária e projetos de vida. Foi exatamente esse caráter reflexivo de que é possível ter diversas abordagens e que não precisamos desconsiderar o legado construído, ilustrando bem a expressão que foi adotada como base do projeto “pensar fora da caixa, dentro da caixa”, o que nos leva a adotar um ciclo de melhoria contínua com alinhamento estratégico para manter e melhorar resultados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm. Acesso em: 22 set. 2022.
- PARADELA, R. Número de idosos cresce 18% em cinco anos e ultrapassa 5 milhões em 2017. *Agência IBGE Notícias*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>. Acesso em: 22 set. 2022.
- SOUZA A. C. C.; MARTINS K. A. Mudança do perfil de idosos de uma Instituição de Longa Permanência nos último dez anos. *Geriatr. Gerontol. Aging*, v. 10, n. 1, p.16-22. Organização das Voluntárias de Goiás (OVG) – Goiânia (GO); Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia (GO), 2014.



Reflexões sobre Velhices LGBTQIA+ em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

[Artigo 6, páginas de 89 a 99]

**Bibiana Graeff**

Professora do Curso de Graduação e de Pós-Graduação em Gerontologia da EACH/USP e doutora em direito (Université Paris 1, Panthéon Sorbonne/UFRGS).

bibiana.graeff@usp.br

Thaíssa Araujo de Bessa

Gerontóloga, mestra em saúde coletiva e doutoranda em saúde pública na Faculdade de Saúde Pública da USP.

thaissa.bessa@hotmail.com

Wellington R. N. Toprelli

Jornalista, mestrando em gerontologia na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP).

wellington.torelli@sescsp.org.br

RESUMO

Ainda há pouca visibilidade para as velhices LGBTQIA+ dentro e fora da comunidade arco-íris. A supervalorização da juventude reflete-se nos grandes eventos LGBTQIA+, que muitas vezes esquecem de pautar as velhices, como a Parada do Orgulho Gay, que acontece todo o mês de junho e já chegou a reunir em São Paulo um dos maiores públicos no mundo. O estereótipo de que ser pessoa idosa é sinônimo de não ter sexualidade condena as pessoas mais velhas, e ainda mais aquelas que não correspondem aos padrões hétero e cis normativos, a serem esquecidas nas diversas leis e políticas públicas como também em levantamentos censitários que fomentem políticas públicas de saúde e assistência social, tanto para a população idosa quanto para a comunidade LGBTQIA+. Com base em estudos internacionais e nacionais, este ensaio explora a hipótese do agravamento da vulnerabilidade desta parcela da comunidade idosa de sexualidade e identidade sexual divergente que pode se ver compelida a “voltar para dentro do armário” em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) brasileiras.

Palavras-chave: Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI); minorias sexuais e de gênero; pessoa idosa.

ABSTRACT

There is still little visibility for LGBTQIA+ old age, inside and outside the rainbow community. The overvaluation of youth is reflected in the great LGBTQIA+ events that often forget to guide old age, such as the Gay Pride Parade, which takes place throughout June and has already brought together one of the largest audiences in the world in São Paulo. The stereotype that being an older person is synonymous with not having sexuality condemns older people, and even more those who do not correspond to the hetero and cis normative standards, to be forgotten by various laws and public policies as well as census surveys that promote policies public health and social assistance, both for the older population and for the LGBTQIA+ community. Based on international and national studies, this essay explores the hypothesis of the worsening vulnerability of this part of the older community with divergent sexuality and sexual identity that may be compelled to “come back inside the closet” in long-stay institutions for the older people (LTC)¹ brazilians.

Keywords: nursing home; homes for the aged; sexual and gender minorities; aged.

¹ LTC refere-se ao termo *Long Term Care*, que é o mais referendado nos indexadores de busca internacionais e anglófonos.

INTRODUÇÃO

A supervalorização da juventude associada aos atributos de exuberância e força no contexto da sociedade capitalista (SILVA, 2022) pode estar na origem de situações de negação da velhice e de idadismo em relação às pessoas idosas. No cenário LGBTQIA+ essa idolatria em relação ao jovem também se manifesta (ROSATI, 2021), dificultando uma maior integração intergeracional.

Na cena LGBTQIA+, nos movimentos e ONGs voltados ao orgulho e à defesa desse público e até mesmo na Parada do Orgulho LGBT realizada em diversas partes do mundo ainda se vê pouca ou nenhuma representatividade das pessoas idosas. Um exemplo dessa lacuna é o caso da Parada da cidade de São Paulo, uma vez que, desde sua primeira edição, seus lemas anuais nunca pautaram a discussão das velhices LGBTQIA+ (CARVALHO, 2021).

No Brasil, em relação a organizações ou movimentos sobre população idosa LGBTQIA+, embora tenha havido discreta mobilização desde os anos 1970 com o grupo OK no Rio de Janeiro, não houve, nas décadas seguintes, uma expressiva expansão em torno dessa causa específica. Não obstante, é de se destacar hoje o trabalho da ONG Eternamente Sou, que viabiliza discussões, encontros, lançamentos de livros, palestras e rádios on-line que prestam serviços de apoio a pessoas idosas LGBTQIA+ no país.

Outro fator que pesa para o desamparo da comunidade prateada LGBTQIA+ brasileira é a inexistência de leis que atendam especificamente às demandas dessas populações. Boa parte dos avanços dos direitos civis LGBTQIA+ – como a união homoafetiva ou a equiparação do crime de homofobia ao racismo – tiveram mais propulsão e avanços por conta de decisões judiciais do que por implementação de leis por parte do Poder Legislativo (ORTIZ, 2022), reflexo do embate e atravancamento dos progressos e andamentos dos projetos de leis por bancadas conservadoras.

Um outro problema é a falta de dados que possam subsidiar tomadas de decisão para políticas públicas. O censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em andamento neste ano de 2022, não permite que seja realizado um mapeamento da população LGBTQIA+ no país. O órgão justifica a lacuna pela metodologia adotada, que só permite a descrição de todos os moradores do domicílio por apenas um dos membros, o que poderia gerar viés, uma vez que moradores LGBTQIA+, que comumente vivem “no armário”, ou seja, ocultam sua identidade dos demais membros da família, não seriam

Artigo 6Reflexões sobre Velhices LGBTQIA+ em
Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

2 Marco de uma revolta de frequentadores de um bar gay de Nova York que constantemente era alvo de batidas e violência policial no final dos anos 1960. O dia 28 de junho de 1969 foi o estopim para diversas outras manifestações de protesto pela comunidade LGBT no país e no mundo. A data 28 de junho passou a ser celebrada como o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ em homenagem a estes episódios marcantes na luta da comunidade gay pelos seus direitos.

contabilizados (BARROS, 2022). O único dado nacional disponível atualmente foi levantado para o Programa Nacional de Saúde, que apresenta em seu questionário uma questão sobre a orientação sexual (BARROS, 2022); todavia, o percentual encontrado mostrou-se muito aquém dos números internacionais que vêm sendo encontrados (TOLLEY, 2006).

A literatura internacional sobre a comunidade LGBTQIA+ é expressiva em países que se destacaram como vanguardistas na defesa de direitos dessa população, bem como na criação de instituições ou ONGs que fiscalizam o cumprimento das leis e políticas públicas, desde os tempos da revolta de Stonewall² (MORALES et al., 2018). No entanto, estudos voltados à população idosa LGBTQIA+ apenas ganharam fôlego nos primeiros anos do século XXI, na pós-epidemia do HIV/AIDS que estigmatizou ainda mais a população LGBTQIA+.

No Brasil, a realização de estudos relacionando o envelhecimento e a velhice – a gerontologia – e a população LGBTQIA+ ainda é incipiente (HENNING, 2021). E falando especificamente da pessoa idosa LGBTQIA+ brasileira, mesmo existindo importantes leis voltadas diretamente ao público idoso, como a Política Nacional do Idoso (PNI) de 1994 e o Estatuto da Pessoa Idosa de 2003, nenhuma delas faz referência específica em seus artigos sobre direitos a esse segmento da população idosa.

Em 2020, a pandemia do vírus SARS-CoV-2, a covid-19, trouxe para os holofotes a população idosa, grupo etário mais vulnerável à doença. Não obstante a emergência da pandemia e do debate em torno da vulnerabilidade das pessoas idosas, muitas vezes apenas a idade esteve em foco, esquecendo-se de outros aspectos que marcam a heterogeneidade das velhices. Um dos estereótipos que se destacam da abordagem homogeneizadora em relação a pessoas idosas é a de que a velhice seria assexuada (DUNE, 2020; FENGE, 2018). Nesse contexto, as pessoas idosas LGBTQIA+ são uma minoria perpassada por um nível ainda mais profundo de não reconhecimento. Como bem expressa Ortiz (2022):

[...] as velhices LGBTQIA+ expressam uma dupla invisibilidade na sociedade, por um lado, por serem expressões e identidades sexuais não hegemônicas, por outro, pela marginalização e desvalorização do idoso, fazendo que esse tema ausente tanto da pauta de quem defende as pessoas idosas, quanto de quem milita pelos direitos dos indivíduos LGBTQIA+ (ORTIZ, p. 212, 2022).

A população idosa LGBTQIA+ enfrenta uma interseccionalidade de preconceito social, sofrendo idadismo, misoginia, desigualdade social, homofobia e transfobia (PHILLIPS; MARKS, 2006). A invisibilidade e a discriminação vivenciadas durante a vida são determinantes para essa população, haja vista que desencadeiam uma série de desvantagens, como o fato de, muitas vezes, não terem apoio da estrutura familiar e social que propicie acesso a níveis educacionais, de saúde e segurança que lhes ofereçam oportunidades, tendo uma maior chance de necessitar de serviços formais de cuidados na velhice (ERDLEY, 2014).

No Brasil, o principal equipamento de acolhimento formal de pessoas idosas no país são as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), que de acordo com a Resolução de Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária nº 502, de 27 de maio de 2021 (BRASIL, 2021) são:

Instituições governamentais ou não governamentais, de caráter residencial, destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, com ou sem suporte familiar, em condição de liberdade e dignidade e cidadania (BRASIL, 2021, art. 3º).

Mas será que o perfil de ILPI que temos no país estão preparados para acolher a população LGBTQIA+ idosa?

LAR PARA TODES?

Os moradores das ILPI apresentam variados graus de dependência e multimorbidades – *diabetes mellitus*, cardiopatias, hipertensão arterial, doenças pulmonares e outras (FERNANDES et al., 2021) – e geralmente procuram este equipamento devido ao agravamento da complexidade do cuidado de que necessitam (WATANABE, 2010).

Em dados gerais, ao menos 1% da população idosa do país reside nas ILPI (WATANABE; DOMINGUES & DUARTE, 2020). Verifica-se continuamente um aumento dessa procura por acolhimento, situação que se agrava diante da carência de vagas (SCHERRER JR., 2022).

No caso das pessoas idosas LGBTQIA+, devido à situação de vulnerabilidade enfrentada desde muito cedo ao longo da vida, as ILPI podem se tornar uma das poucas ou as únicas opções de residência durante a velhice (FREDRIKSEN-GOLDSSEN et al., 2015). Porém, devido a um conjunto de preceitos que envolvem conceitos morais (heterossexismo,

3 Termo que faz parte da nomenclatura neutra, em que os termos coletivos binários “todas” para somente integrantes femininos e “todos” que englobam somente masculinos ou os dois grupos binários são substituídos pela forma de tratamento “todes”, que visa englobar os gêneros que transitam nas duas identidades.

Artigo 6

Reflexões sobre Velhices LGBTQIA+ em
 Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

4 Este conceito de comunidade arco-íris que se refere ao termo inglês *rainbow* é adotada pela literatura acadêmica internacional, principalmente dos países anglófonos, que foram vanguarda mundial nos estudos destas populações.

machismo patriarcal) (SIMPSON, 2017) ou religiosos (WILLIS, 2018), que muitas vezes regem a política institucional das ILPI (ROSATI et al., 2021; HUGHES, 2009), os residentes LGBTQIA+ se transformam em alvos de situações de preconceito e discriminação (WEBB & ELPHICK, 2017).

Por serem dissidentes da sexualidade ou da identidade de gênero normativa, muitas vezes recorrem ao que, no ambiente arco-íris⁴, chama-se de “voltar ao armário”, ou seja, não assumem sua identidade de gênero e/ou orientação sexual (WEBB & ELPHICK, 2017). E o fazem tanto para serem aceitos nessas instituições como também – uma vez lá dentro – para não serem alvos de outros residentes com agressões verbais e físicas e/ou, por parte dos funcionários, de um tratamento e não atendimento de qualidade às suas necessidades (AMERICAN GERIATRICS SOCIETY ETHICS COMMITTEE, 2015).

As próprias ILPI não vislumbram a demanda do público LGBTQIA+ (HUGHES, 2009), o que incide na falta de mecanismos de assistência e atendimento adequado a essa população nesses ambientes. Essa carência também é vista na formação acadêmica e de cursos de capacitação a profissionais, que podem atender ou já atenderam em algum momento as demandas específicas deste público (ERDLEY, 2014).

Assim como atesta Fernandes (2018) em relação às ILPI, pessoas idosas LGBTQIA+ ao invés de encontrarem acolhimento em um momento delicado – ao ter de deixar seu lar para conviver num ambiente coletivo – encontram em sua nova morada um ambiente tóxico:

O simples fato de ser velho não abrandava o preconceito de ninguém. Os idosos LGBT que já vivem em heteroasilos são levados a passar os últimos anos de suas vidas na clandestinidade, perdendo a vontade de viver, com depressão e se sentindo sozinhos, pois são discriminados, ridicularizados e ofendidos pelos outros idosos e por funcionários. Haverá uma solução para isso? (FERNANDES, 2018, p. 118).

O idadismo alimenta um estereótipo de as pessoas idosas serem todas assexuais e dificulta a configuração de uma solidariedade intergeracional dentro da própria comunidade LGBTQIA+. A literatura aponta que ILPI, profissionais ou usuários destes equipamentos reproduzem manifestações de preconceito, estereótipos, normas morais e crenças religiosas que geram violência e exclusão em relação a pessoas idosas LGBTQIA+. Questiona-se então: quais as estratégias de enfrentamento desse problema?

UM LAR ARCO-ÍRIS?

Já existem ILPI e residenciais particulares voltados exclusivamente a pessoas idosas LGBTQIA+ em diversos países, a exemplo de Suécia, Reino Unido e Estados Unidos. No entanto, muitos desses lares esbarram no alto custo financeiro, que grande parte desta população não tem condições de assumir, por conta do enfrentamento de dificuldades financeiras ao longo da vida. Em Madri, na Espanha, desde 2019, há uma primeira ILPI pública voltada a esta comunidade, amparada pela ONG *Fundación 26 de Diciembre: Mayores LGTB*⁵.

No Brasil, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um levantamento feito em 2017 indicou a existência de cerca de 1.453 ILPI no país (SCHERRER JR., 2022). Ainda neste mapeamento, a região Sudeste é a que concentra 57,69% dos estabelecimentos. Não há dados sobre a existência de ILPI LGBTQIA+ neste levantamento.

Já a cidade de São Paulo oficialmente contava com cerca de 573 ILPI entre públicas e privadas (CÔRTE, 2021), nenhuma voltada especificamente para o público LGBTQIA+. Porém, recentemente, o Projeto de Lei nº 01-00433/2022, publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa de São Paulo em 4 de agosto de 2022, de autoria da vereadora Érika Hilton, prevê a criação de uma ILPI pública para pessoas idosas LGBTQIA+ no município, o chamado “Lar Transversal” (SÃO PAULO, 2022).

No contexto brasileiro atual, de não planejamento e carência de vagas para a população idosa em geral, independentemente da questão da identidade de gênero ou da orientação sexual (SCHERRER JR., 2022), o projeto de um novo perfil de equipamento voltado exclusivamente ao público LGBTQIA+ se torna ainda mais desafiador⁶. No entanto, tal medida vai ao encontro da Convenção Interamericana de Direitos Humanos das Pessoas Idosas de 2015, assinada embora ainda não ratificada pelo Brasil, que prevê em seu artigo 5º que os Estados-partes devem desenvolver políticas específicas para a população idosa em situação de vulnerabilidade e de dupla discriminação, tal como as pessoas idosas LGBTQIA+.

Pesquisas internacionais apontam que não há um consenso na comunidade arco-íris sobre existir ILPI específicas para o público LGBTQIA+. Enquanto uns defendem que é uma garantia de segurança não sofrer maus-tratos dos demais residentes ou discriminação no atendimento de funcionários (PRICE, 2012), outros acham que a separação vai reforçar a noção de gueto e preferem ambientes inclusivos que não sejam exclusivamente reservados a residentes LGBTQIA+ (PUTNEY, 2021).

5 Mais informações em <https://fundacion26d.org/>.

6 No quesito do quadro funcional, um outro desafio que perpassa o horizonte de atendimento qualificado nas ILPI se refere à atual reformulação do piso salarial de profissionais da enfermagem, que pode dificultar a sua presença em ILPI. No Brasil, muitas dessas instituições se caracterizam pela filantropia e possuem verbas limitadas para a folha de pagamento dos profissionais e seus eventuais reajustes. Isso poderia incidir na diminuição desses profissionais especializados, podendo impactar na qualidade do atendimento destes equipamentos.

Artigo 6Reflexões sobre Velhices LGBTQIA+ em
Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

Já o contato com outras pessoas LGBTQIA+, uma maior exposição midiática e os avanços de conquistas de direitos da população LGBTQIA+ (DONALDSON, 2014) podem surtir efeito positivo junto às gerações mais jovens de profissionais, visto que os mesmos são mais assertivos no tratamento inclusivo em relação às condições de gênero e sexualidade dissidentes (VILLAR, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O panorama apresentado explicita a existência de grandes desafios em relação ao acolhimento institucional de pessoas idosas LGBTQIA+. No contexto brasileiro, é preciso produzir dados e fomentar estudos que auxiliem a responder às seguintes perguntas fundamentais: a formação oferecida, em especial nos cursos da área da saúde, prepara os profissionais para atender uma população idosa diversa? As ILPI estão preparadas para acolher a população idosa LGBTQIA+? Temos recomendações gerais para a implementação de políticas internas nas ILPI visando a acolher essa população?

Criar ILPI exclusivas para a população idosa LGBTQIA+ é um dos caminhos e um importante passo para o enfrentamento da questão, mas certamente não é o único. É preciso capacitar e educar as equipes, o público idoso e as pessoas em geral para desconstruir o preconceito, criando ambientes de diversidade inclusivos a todas as pessoas, independentemente de suas diferenças.



É de se destacar hoje o trabalho da ONG Eternamente Sou, que viabiliza discussões, encontros, lançamentos de livros, palestras, rádios on-line que prestam serviços de apoio a pessoas idosas LGBTQIA+ no país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMERICAN Geriatrics Society Ethics Committee. American Geriatrics Society care of lesbian, gay, bisexual, and transgender older adults: position statement. *British Journal of Healthcare Assistants*, v. 9, n. 7, p. 344-349, 2015.
- BARROS, A. Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019. *Agência IBGE Notícias*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- BRASIL. *Resolução RDC n. 502, de 27 de maio de 2021*. Dispõe sobre o funcionamento de Instituição de Longa Permanência para Idosos, de caráter residencial. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2020/rdco502_27_05_2021.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.
- CARVALHO, K. Parada LGBTI+: relembre a história e temas anteriores. *Observatório G*, 2021. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/parada-lgbt/parada-lgbti-relembre-a-historia-e-temas-anteriores>. Acesso em: 21 set. 2021.
- CÔRTE, B.; MORGADO, F.; MICHELIN, A. G. S.; FONSECA, S. C.; SANTOS, V.; QUEIROZ, A. Jornada do usuário: barreira de acesso aos serviços públicos. In: *A pessoa idosa na cidade de São Paulo: subsídios para a defesa de direitos e controle social*. 1 ed. São Paulo: Portal do Envelhecimento Comunicação, 2021.
- DONALDSON, W. V.; ASTA, E. L.; VACHA-HAASE, T. Attitudes of heterosexual assisted living residents toward gay and lesbian peers. *Clinical Gerontologist*, v. 37, n. 2, p. 167-189, 2014.
- DUNE, T. et al. Are services inclusive? A review of the experiences of older GSD women in accessing health, social and aged care services. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 17, n. 11, p. 3.861, 2020.
- ERDLEY, S. D.; ANKLAM, D. D.; REARDON, C. C. Breaking barriers and building bridges: understanding the pervasive needs of older LGBT adults and the value of social work in health care. *Journal of Gerontological Social Work*, v. 57, n. 2-4, p. 362-385, 2014.
- EKERDT, D. J. Gerontology in five images. *The Gerontologist*, v. 56, n. 2, p. 184-192, 2016.
- FERNANDES, D. S. et al. Atuação de movimentos sociais e entidades na pandemia da covid-19 no Brasil: o cuidado à pessoa idosa em Instituições de Longa Permanência. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 24, 2021.
- FENG, L.-A.; JONES, K.; GIBSON, C. Meaningful dissemination produces the “long tail” that engenders community impact. *Qualitative Research Journal*, 2018.

Artigo 6

Reflexões sobre Velhices LGBTQIA+ em
 Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI)

- FREDRIKSEN-GOLDSSEN, K. I.; KIM, H.-J.; SHIU, C.; GOLDSSEN, J.; EMLET, C. A. Successful aging among LGBT older adults: physical and mental health-related quality of life by age group. *The Gerontologist*, 55(1), p. 154-168, 2015.
- GOVERNO do Estado de São Paulo. Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão, SGP-4, 2022. *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, 2022. São Paulo, v. 67, n. 146, p. 111.
- HENNING, C. E. A expansão do orgulho grisalho e da gerontologia e geriatria LGBTI+ no Brasil. In: REBELLATO, C.; GOMES, M. C. A.; CRENITTE, M. R. F. *Introdução às velhices LGBTI+*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2021.
- HUGHES, M. Lesbian and gay people's concerns about ageing and accessing services. *Australian Social Work*, v. 62, n. 2, p. 186-201, 2009.
- KNAUER, N. J. Gen silent: advocating for LGBT elders. *Elder LJ*, v. 19, p. 289, 2011.
- MORAES, E. N.; VIANA, L. G.; RESENDE, L. M. H.; VASCONCELLOS, L. S.; MOURA, A. S.; MENEZES, A.; MANSANO, N. H.; RABELO, R. COVID-19 in long-term care facilities for the elderly: laboratory screening and disease dissemination prevention strategies. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 9, p. 3.445-3.458, 2020.
- MORALES, M. J. et al. The greater St. Louis LGBT health and human services needs assessment: an examination of the silent and baby boom generations. In: *Community-Based Research on LGBT Aging*. Routledge, , 2017.
- ORGANIZAÇÃO Mundial de Saúde (OMS). *Década do Envelhecimento Saudável, 2020-2030*. Disponível em: <https://www.who.int/docs/default-source/decade-of-healthy-ageing/final-decade-proposal/decade-proposal-final-apr2020-en.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.
- ORTIZ, S. R. M.; OLIVEIRA, W. F.; BRANDÃO, S. S. A.; ANDRADE, F. Z.; LONGO, P. L. Velhice LGBTQIA+ e a luta contra o idadismo e a LGBTQIA_fobia. In: MONTIEL, J. M. et al. (org.). *Envelhecimento: questões atuais*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2022, p.
- PHILLIPS, J.; MARKS, G. Lésbicas envelhecidas: discursos marginalizantes e exclusão social na indústria de cuidados a idosos. *Journal of Lesbian and Gay Social Services*, 20, 1/2, p. 187-202,
- PRICE, E. Gay and lesbian carers: ageing in the shadow of dementia. *Ageing & Society*, v. 32, n. 3, p. 516-532, 2012.
- PUTNEY, J. M. et al. The housing needs of sexual and gender minority older adults: implications for policy and practice. *Journal of Homosexuality*, v. 68, n. 14, p. 2.375-2.392, 2021.

- ROSATI, F.; PISTELLA, J.; BAIOTTO, R. Italian sexual minority older adults in healthcare services: identities, discriminations, and competencies. *Sexuality Research and Social Policy*, v. 18, n. 1, p. 64-74, 2021.
- SCHERRER, J. G.; DUTRA, L. N. L.; COUTINHO, P. M.; QUEIROZ, I. P. S.; BRECH, G. C. Instituição de longa permanência no Brasil. In: MONTIEL, J. M. et al. (org). *Envelhecimento: questões atuais*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2022, p. 208-226.
- SILVA, M. T. Gestão de identidades de marca: apontamentos sobre propaganda, cultura jovem e imaginário. *Imaginário*, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 307-326, jun. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 set. 2022.
- SIMPSON, P. et al. Old (er) care home residents and sexual/intimate citizenship. *Ageing & Society*, v. 37, n. 2, p. 243-265, 2017.
- TOLLEY, C.; RANZI, R. Predictors of heteronormativity in residential aged care facilities. *Australasian Journal on Ageing*, v. 25, n. 4, p. 209-214, 2006.
- VILLAR, F. et al. Disclosing a LGB sexual identity when living in an elderly long-term care facility: common and best practices. *Journal of Homosexuality*, v. 66, n. 7, p. 970-988, 2019.
- WATANABE, H. A. W. Atenção ao idoso em instituições de longa permanência. In: DOMINGUES, M. A.; LEMOS, N. D. *Gerontologia: os desafios nos diversos cenários da atenção*. Barueri: Manole, 2010, p. 470-482.
- WATANABE, H. A. W.; DOMINGUES, M. A. R. C.; DUARTE, Y. A. O. COVID-19 and homes for the aged: care or an announced death? *Geriatrics, Gerontology and Aging*, v. 14, n. 2, p. 143-145, 2020.
- WEBB, E.; LPHICK, L. Yesterday once more: discrimination and LGBTI+ seniors. *Monash University Law Review*, v. 43, n. 2, p. 530-566, 2017.
- WILLIS, P. et al. Turning the co-production corner: methodological reflections from an action research project to promote LGBT inclusion in care homes for older people. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, v. 15, n. 4, p. 695, 2018.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Decade of healthy ageing 2020-2030. *Update*, v. 5, 2020. Disponível em: <https://epale.ec.europa.eu/sites/default/files/decade-proposal-final-apr2020-en.pdf>. Acesso em: 18 out. 2022.

**PAINEL DA LONGEVIDADE****Maria Angélica Sanchez**

Presidente da comissão de formação gerontológica da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG).

asanchezrj@gmail.com

A Sociedade Brasileira de Geriatria Gerontologia (SBGG) Vai às Escolas



Lançamento do livreto com as 20 melhores redações da primeira edição do concurso nacional de redação – 2016

O presente artigo tem o objetivo de apresentar o processo de construção do projeto SBGG Vai às Escolas, pontuando a necessidade implícita de uma ação intergeracional para viabilizar o que preconiza a Política Nacional e o Estatuto da Pessoa Idosa. O projeto está com sua terceira edição em andamento. Não obstante todas as condições adversas pelas quais o país passou nos dois últimos anos, dificultando uma realização a contento, os resultados de todas as edições foram positivos. Esta ação tornou-se um evento permanente no período de realização do Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, realizado bianualmente pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG).

INTRODUÇÃO

Falar sobre envelhecimento já se tornou lugar-comum. Em 2021, a população total foi estimada em 212,7 milhões de pessoas. Entre 2012 e 2021, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais deu um salto de 11,3% para 14,7%, significando, em números absolutos, que este grupo etário passou de 22,3 milhões para 31,2 milhões. Um cenário que revela a importante mudança na estrutura etária da população, passando o país a evidenciar o aumento da população com mais de 60 anos e a diminuição da população mais jovem. Este é um indicador fundamental para repensar as políticas públicas (IBGE, 2022).

Mesmo com estimativas desta natureza, as questões concernentes ao envelhecimento carecem de maior conhecimento. Por exemplo, em um país em franco processo de envelhecimento, uma das especialidades que mais cresce é a pediatria, que em 2018 contava com 290 mil titulados pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) ou oriundos das residências médicas, ao passo que na mesma época existiam 1.400 geriatras titulados. Isso parece um reflexo da falta de entendimento sobre o contexto histórico que o país atravessa. Alunos terminam seus cursos de Ensino Médio sem a clara noção do contingente populacional do país. Talvez pela ausência de um debate franco e objetivo no âmbito da formação básica.

Com a percepção do aumento da longevidade, é comum ouvir que o país precisa de políticas públicas para se adequar a esta nova estrutura demográfica. O Brasil já conta com um arcabouço legal que abarca grandes possibilidades de proteção social e de exercício dos direitos de cidadania. O que falta é a viabilização de tais políticas.

Entidades de classe já reforçam este debate e atuam de forma a alcançar o que preconiza a legislação atual. Uma destas entidades é a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG).

A SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA

A SBGG, fundada em 16 de maio de 1961, é uma associação civil, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal congregar médicos e outros profissionais de nível superior que se interessem pela geriatria e gerontologia.

Sua finalidade maior é estimular e apoiar o desenvolvimento de profissionais que atuam com a população que envelhece, como também divulgar o conhecimento científico na área do envelhecimento.

A SBGG é composta de seções na maioria dos estados da federação e é filiada à Associação Médica Brasileira (AMB) e à Associação Internacional de Gerontologia e Geriatria (*International Association of Gerontology and Geriatrics/ IAGG*).

O Departamento de Gerontologia desenvolve ações de aprimoramento profissional, divulga informações para o público em geral e estimula a viabilização das políticas públicas voltadas para a pessoa idosa.

A cada dois anos é realizado o Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, o evento nacional de maior importância para os profissionais que atuam em prol da pessoa idosa. É neste espaço de compartilhamento de saberes que ações são pensadas e divulgadas para ampliar o conhecimento geral sobre as questões que permeiam o processo de envelhecimento humano.

BREVES CONSIDERAÇÕES QUE IMPULSIONARAM A ELABORAÇÃO DO PROJETO SBGG VAI ÀS ESCOLAS

Com o aumento progressivo da expectativa de vida do país abrindo o caminho para a longevidade é preciso construir ações que possam preparar o Brasil para receber as pessoas envelhecidas. Para isso é essencial promover reflexões em seus diversos segmentos.

O aparato legal que rege os direitos do cidadão que envelhece é amplo, sistematizado e, acima de tudo, viável. No entanto, todo este arcabouço vai se constituindo em letra morta da lei e, com o passar dos anos, vai deixando de tomar forma.

A Política Nacional do Idoso (PNI), em vigência desde 1994, destaca em seu capítulo IV como competência dos órgãos e entidades públicas as seguintes ações nas alíneas b e d:

b) inserir nos currículos mínimos, nos diversos níveis do ensino formal, conteúdos voltados para o processo de envelhecimento, de forma a eliminar preconceitos e a produzir conhecimentos sobre o assunto;

d) desenvolver programas educativos, especialmente nos meios de comunicação, a fim de informar a população sobre o processo de envelhecimento.



Com a percepção do aumento da longevidade, é comum ouvir que o país precisa de políticas públicas para se adequar a esta nova estrutura demográfica... o que falta é a viabilização de tais políticas.

Reforçando a PNI, em 1º outubro de 2003 foi aprovada a Lei 10.741, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, alicerçando no capítulo V inciso VII a importância de levar informações pertinentes ao envelhecimento humano para dentro das escolas. Esse capítulo fortalece a ideia de ações educativas de forma a se conhecer o processo de envelhecimento, estabelecendo mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento.

O artigo 22 do referido Estatuto versa sobre a inclusão de conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal.

Contudo, ainda se observa que não há investimentos para a viabilização de ações desta natureza e, desta forma, o processo de envelhecimento ainda é um tema desconhecido para a maioria dos jovens que encerram o Ensino Médio e se preparam para uma formação profissional sem estarem cientes e conscientes de que o país envelheceu.

Diante deste cenário, observou-se a necessidade de levar para dentro das escolas, desde o Ensino Fundamental, informações claras sobre um país que é jovem de existência, porém, com a maioria de seus cidadãos de cabelos brancos.

A escola é o local de disseminação do conhecimento desde a mais tenra infância. Um espaço para compartilhar saberes. É através dela que estereótipos podem ser transformados. Partindo dessa premissa, o objetivo precípua foi proporcionar aos jovens brasileiros uma compreensão maior sobre o processo de envelhecimento e uma reflexão sobre o futuro. Isso porque os adolescentes de hoje compõem o grupo

que nos próximos 40 ou 50 anos serão os “novos idosos”, possivelmente muito ativos e fazendo parte da força produtiva do país.

O projeto SBGG Vai às Escolas foi pensado com a finalidade de preencher esta lacuna nos bancos escolares, objetivando apresentar a realidade demográfica para os alunos e, quem sabe, estimular o poder público a pensar em uma adequação curricular, inserindo na grade formal de ensino questões sobre o envelhecimento populacional, conforme preconiza a legislação em vigor.

HISTÓRICO DA ELABORAÇÃO DE UM PROJETO INTERGERACIONAL PARA DAR VISIBILIDADE À VELHICE ATRAVÉS DA JUVENTUDE

Em 2014, passados 20 anos da PNI e 11 anos do Estatuto da Pessoa Idosa, havia a clareza de que as ações destas políticas públicas, no que tange à área da educação, caminhavam a passos lentos e com baixa visibilidade.

Diante de um cenário de falta de viabilização da legislação posta e com o intuito de incentivar e promover a integração com novas gerações, o Departamento de Gerontologia da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia criou o projeto SBGG Vai às Escolas.

O desenho inicial do projeto teve os seguintes objetivos: despertar nos alunos do Ensino Fundamental e Médio, das escolas públicas e privadas, o interesse sobre as questões concernentes ao envelhecimento; estimular a inserção de conteúdos sobre envelhecimento nas atividades escolares; levar, em linguagem simples e objetiva, informações básicas sobre o processo de envelhecimento para os alunos; apresentar o cenário atual da estrutura etária populacional; discutir questões relacionadas ao preconceito contra a velhice, buscando alternativas para combatê-lo; levar, através de uma postura dialógica, conteúdos



Diante deste cenário, observou-se a necessidade de levar para dentro das escolas, desde o Ensino Fundamental, informações claras sobre um país que é jovem de existência, porém, com a maioria de seus cidadãos de cabelos brancos.

que pudessem favorecer o entendimento sobre o processo de envelhecimento; despertar consciência crítica acerca das condições atuais das pessoas envelhecidas; realizar um concurso nacional de redação a cada dois anos.

A ideia consistia em que membros associados à SBGG, com especialização em envelhecimento, levassem conteúdos sobre o processo de envelhecimento para as escolas. Algumas ações isoladas e muito tímidas foram alcançadas. No entanto, a falta de uma legislação na educação que pudesse inserir a temática de forma transversal dando continuidade às ações propostas foi o maior obstáculo. O trabalho não caminhou a contento por esbarrar em ações burocráticas não sanadas até os dias atuais.

O CONCURSO NACIONAL DE REDAÇÃO

Como desdobramento do projeto SBGG Vai às Escolas foi lançado o concurso nacional de redação para alunos do Ensino Médio das redes pública e privada de todo o país.

Partindo da ideia de que envelhecer é uma conquista, porém com a necessidade de condições para que este processo se dê com qualidade, a proposta consistiu em dar visibilidade ao tema através da educação. Neste sentido, as escolas exercem um papel fundamental.

O projeto busca ampliar um espaço de diálogo entre jovens e velhos. A intergeracionalidade é pauta atual na agenda política e o envolvimento de uma sociedade científica nesta ação traz a possibilidade de provocar reflexões sobre o que significa envelhecer.

O concurso de redação para alunos do Ensino Médio foi a primeira iniciativa da SBGG para chegar às instituições escolares sem depender de trâmites burocráticos. O propósito foi ouvir o que os jovens pensavam sobre o envelhecimento e, sobretudo, como viam o próprio processo de envelhecimento.

OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES

A divulgação ocorre em todo o território nacional e possui um regulamento que é lançado através de um edital a cada ano que antecede o Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia.



Lançamento da primeira edição do concurso nacional de redação com o tema “Como Eu Quero Envelhecer”



Chamada para a segunda edição do concurso nacional de redação

O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A primeira edição aconteceu em 2015 com o tema “Como Eu Quero Envelhecer”.

Neste concurso mais de 300 alunos inscreveram suas redações. As 20 melhores foram publicadas em um livreto lançado na ocasião do XX Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia (CBGG), que aconteceu em Fortaleza. A versão on-line está disponível para download em <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2016/06/Livro-Redacoes-SBGGvWeb.pdf>.

O prêmio para a redação vencedora foi um convite para dois dias no Beach Park, além de passagem e duas diárias para conhecer Fortaleza. A vencedora do concurso foi a adolescente Júlia Baghdadi Pinheiro, de 17 anos, aluna da Escola Estadual Monsenhor Honório Heinrich Bernard Nacke, em Morungaba (SP).

Na cerimônia de abertura do XX CBGG, a aluna foi convidada a fazer a leitura da sua redação. No dia seguinte, ela participou da tarde de autógrafos do livreto com as melhores redações.

A segunda edição aconteceu em 2020 com o tema “Envelhecendo no País do Século XXI”.

Foi um ano bastante atípico com as escolas fechadas em decorrência da pandemia. Um momento no qual a figura do velho foi bastante hostilizada e desprezada pela sociedade de maneira geral. As pessoas idosas foram as mais vulneráveis em decorrência das comorbidades que acometiam muitas delas. O que deveria ter um efeito protetivo passou a ser encarado como um efeito punitivo. Muitas pessoas ficaram isoladas em suas casas. Muitas charges com tom de deboche foram veiculadas pelas redes sociais.

Foram inscritas 251 redações. Nesta edição não foi elaborada a versão com as 20 melhores redações, visto que em decorrência das mudanças de um congresso presencial para virtual os esforços estavam totalmente voltados para a reorganização de um novo modelo de trabalho. A vencedora foi a adolescente Maria Clara Santos Rodrigues, aluna do Colégio Universo, em Bom Despacho (MG). Premiada com um notebook, ela leu a redação na cerimônia de abertura do XXII CBGG realizada no modelo on-line.

A terceira edição está em curso e tem como tema “Etarismo: Como Mudar esse Comportamento?”. A ideia é decorrente das observações de todo o movimento durante a pandemia. Momento em que o etarismo se impõe exacerbadamente. Diferentemente das edições anteriores, o tema desta vez teve como objetivo ampliar a visibilidade da velhice e do envelhecimento, pensando em formas de diminuir o preconceito instalado que encara o indivíduo que envelhece como um ser improdutivo, que pesa, e que não deve ter mais espaço em uma sociedade do espetáculo e do consumo.

Chamar os jovens a entrar em contato com essa realidade foi a forma pensada para colocá-lo como protagonista de uma luta que deve ser assumida de forma coletiva e intergeracional.

A presente edição também ocorre em um momento diferenciado. Neste ano as escolas retornaram ao modelo presencial com todas as dificuldades adquiridas no período da pandemia, quando o ensino teve que passar por uma série de adequações e nem todos os alunos conseguiram acompanhar as atividades virtuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O concurso de redação vem se consolidando gradativamente. No entanto, muitos são os obstáculos para conseguir a adesão das instituições de ensino. O primeiro deles se concentra na falta da viabilização das políticas públicas que estão postas.

Passados 28 anos, a Política Nacional da Pessoa Idosa ainda não alcançou o que ela se propõe. Algumas iniciativas são vislumbradas, como o Projeto de Lei nº 501, proposto pelo Senado em 2015, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional para incluir o tema do envelhecimento nos currículos da educação básica. A última movimentação de tal projeto ocorreu em 7 de junho de 2022, aguardando a designação pelo relator. Cinco anos para uma simples decisão.

Isso mostra que o envelhecimento ainda não entrou na pauta das grandes discussões como uma prioridade. As escolas ainda não levam, formalmente, conteúdos sobre envelhecimento para as salas de aula. Enquanto isso não acontece, a iniciativa para participar deste tipo de concurso é individual, quando deveria ser um estímulo da própria unidade de ensino.

Não levar a temática do envelhecimento, pelo menos como um tema transversal, não cria compromisso com a discussão. Por isso, ainda se observa uma visão tão equivocada sobre o envelhecimento ao invés de o considerar como uma etapa natural do ciclo de vida. Além disso, egressos do Ensino Médio buscam graduações sem levar em consideração que o Brasil está prestes a se tornar o 5º país do mundo com maior população acima dos 60 anos.

Não obstante todos os obstáculos que necessitam ser ultrapassados, o concurso tem deixado sua marca e conquistou espaço cativo na SBGG, passando a ser uma das atividades fixas de cada Congresso Brasileiro.

Na primeira edição, quando o país não enfrentava a pandemia e seus reflexos, houve uma grande divulgação e também projeção da redação vencedora. Na cidade da aluna houve uma grande manifestação positiva, com a estudante sendo homenageada na Câmara de Vereadores e em sua escola.

Foram impressos 100 exemplares do livro com as 20 melhores redações e realizada uma tarde de autógrafos memorável.

A segunda edição, por todas as condições adversas vividas naquele momento, não alcançou grande projeção. Também não foi possível realizar maior investimento financeiro e emocional, visto que o país atravessava um triste momento e as prioridades eram, necessariamente, outras.

Ainda que esforços governamentais não estejam visíveis para apoiar a iniciativa da SBGG, este ano a coordenação-geral do sistema de informações e acompanhamento de projetos do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos lançou um edital semelhante no mesmo período. Isso mostra que a iniciativa está proporcionando impacto positivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Lei nº 8.842, de janeiro de 1994. Política Nacional do Idoso.
- BRASIL. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. Estatuto do Idoso.
- BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2015, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir o tema do envelhecimento nos currículos da educação básica.
- INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. População cresce, mas número de pessoas com 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. *Agência IBGE Notícias*. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021>. Acesso em: 16 out. 2022.

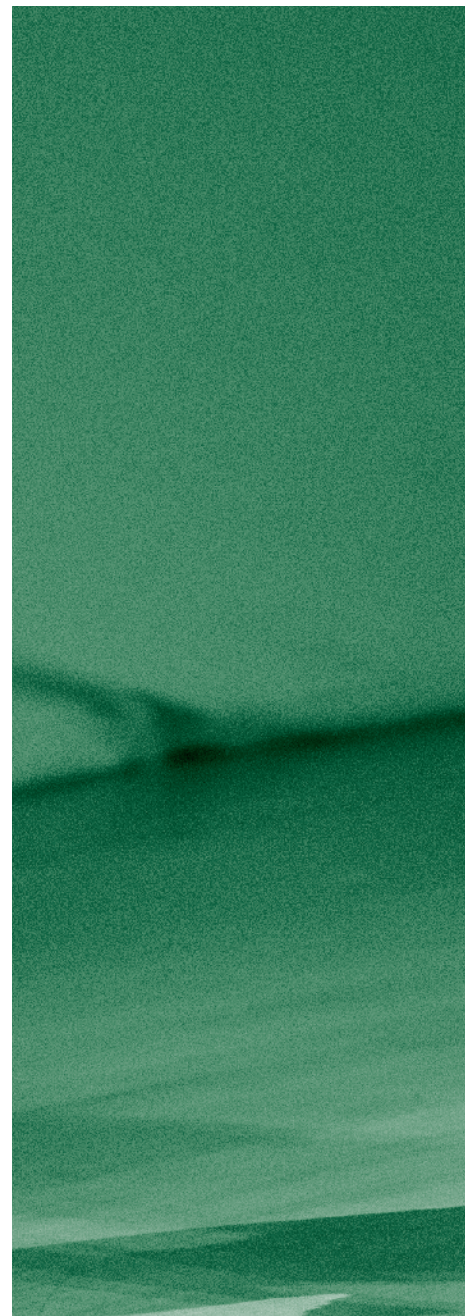
**ENTREVISTA****AILTON KRENAK**

“A gente não pode olhar a questão etária só como uma marcação no sentido temporal, a passagem do tempo na vida daquele sujeito, mas olhar a experiência da vida para aquela pessoa e como ela foi capaz de expressar, não só entregando trabalho, mas produzindo sentido.”



Ailton Alves Lacerda Krenak nasceu em 1953, em Minas Gerais, na região do Vale do Rio Doce, território do povo krenak. É líder indígena, ambientalista, escritor e jornalista.

Ativista do movimento socioambiental e de defesa dos direitos indígenas, organizou a Aliança dos Povos da Floresta, que reúne comunidades indígenas e ribeirinhas na Amazônia. É comendador da Ordem de Mérito Cultural da Presidência da República e doutor *honoris causa* pela Universidade de Brasília (UnB) e Federal de Juiz de Fora (UFJF). Tem vários livros publicados. Sua obra está traduzida para mais de 13 países.



RAIO-X

Ailton Krenak

líder indígena,
ambientalista, escritor
e jornalista.
69 anos



FOTOS: MATHEUS JOSÉ MARIA



Eles (idosos) seguem lépidos e fagueiros enquanto os cães ladram, porque eles conseguem tomar a experiência da vida de uma maneira tão arrebatadora que eles não têm tempo para chorar, não têm tempo para ficar na beira da estrada, assistindo a caravana passar. São pessoas maravilhosas em todas as etnias.

MAIS 60 Krenak, podemos começar a entrevista com você nos falando sobre o tema principal da revista? Envelhecimento?

KRENAK Há um tempo, fiz uma conversa no Sesc Consolação sobre envelhecer, e eu te digo que foi uma das abordagens que mais me agradou e eu acho que foi a mais rica, porque eu estava em uma roda com pessoas +60, isso que a classificação etária chama de velhos.

MAIS 60 Conte como foi essa roda de conversa!

KRENAK Sei que nós terminamos cantando e dançando naquela sala e foi uma coisa tão forte, foi uma celebração tão grande que a gente conseguiu estabelecer um ambiente de empatia com as pessoas, porque tinha mulheres negras, homens negros, mulheres brancas, senhoras, assim, lá pelos setenta e tantos anos, com diferentes origens. Tinha gente de matriz de imigrantes italianos, que criou uma confraria tão linda, e a gente brincou, dançou, cantou, abraçou, beijou, virou, assim, uma festa. Parecia uma comunidade de convivência, tipo tranquila. Ali, ninguém estava inseguro um com o outro. Mesmo as pessoas mais tímidas, que você sentia que tinham uma natureza mais reservada, gostavam de bater palma, de dançar...

MAIS 60 Deve ter sido um momento muito interessante para falar e sentir o envelhecer...

KRENAK Aquilo me fez pensar o seguinte: a nossa observação sobre envelhecer é uma produção ampla no sentido da cultura. Não tem um dado, não tem um dado psicológico que define essa idade ou essa faixa de idade, que se considera a partir de 60 anos. A minha mamãe, por exemplo, está com 96 anos e ela brinca e conversa comigo quando é ajudada a subir e descer do carro. Ela tira a minha mão e diz “me deixa!”, como se dissesse “não sou dependente”. Nós atribuímos às pessoas nessa faixa de idade uma debilidade. A gente precisa parar com isso. Algumas pessoas que alcançaram essa maioridade não se deram conta de que o tempo passa. Eles (idosos) seguem lépidos e fagueiros enquanto os cães ladram, porque eles conseguem tomar a experiência da vida de uma maneira tão arrebatadora que eles não têm tempo para chorar, não têm tempo para ficar na beira da estrada, assistindo a caravana passar. São pessoas maravilhosas em todas as etnias.

MAIS 60 Qual é a relação que você faz com envelhecimento e racismo estrutural?

KRENAK O que eu queria nessa conversa com vocês é ajudar a entender que raça não define a natureza das pessoas. Quando a gente olha a questão da idade e quer saber como um árabe envelhece, como um chinês envelhece, como um europeu branco envelhece ou como um indígena envelhece, nós estamos aceitando entrar naquela chave que os especialistas chamam de racismo estrutural. Quer dizer, o que é racismo estrutural? É uma marca que atravessa, em diferentes sentidos, um mesmo corpo. Se a gente estivesse na sala de aula agora, alguém ia lá na lousa fazer um traço e, depois, um traço no sentido vertical e depois cruzar ele com diferentes linhas de incidências. Uma dessas incidências é a ideia de ficar velho. Essa ideia do envelhecer tem sido abordada sempre na perspectiva da vida útil.

MAIS 60 Inclusive você escreveu um livro com esse título, *A Vida Não É Útil*.

KRENAK Eu zerei o relógio da vida. Se você consegue entender que a vida não é útil, as pessoas já não vão ser avaliadas pelo quanto elas produzem. A idade moderna – aliás, eu estive no lançamento de um livro maravilhoso, com o título de *Homo Modernus*, da nossa querida Denise Ferreira. Esse homem é a produção de pensamento, que inclui a ideia de inutilidade da vida e trabalho. Quer dizer, o *homo modernus*, ele só existe como força de trabalho. Se ele não oferecer essa força de trabalho dele, ele não existe. Ele é excluído de qualquer referência. A Denise Ferreira dá uma noção global de raça. O *Homo Modernus*¹ é uma leitura complexa. Ela faz uma leitura de todos os pensadores europeus. É uma biografia monumental, porque ela pega todos os traços do que veio a se constituir nessa ideia moderna



Eu zerei o relógio da vida. Se você consegue entender que a vida não é útil, as pessoas já não vão ser avaliadas pelo quanto elas produzem.

de raça. Quer dizer, ela mostra que isso é uma invenção também. Raça é uma invenção. Uma invenção de nós, os humanos, com o privilégio dela ter sido instrumentalizada pelos europeus brancos. Ela é uma ideia supremacista. É um conceito supremacista, independentemente de nossa avaliação, ele atua em favor do capitalismo como ferramenta.

MAIS 60 Ailton, o Sesc tem um programa que em 2023 fará 60 anos. É o Trabalho Social com Idosos (TSI), que trata dessas questões sociais, convida a pessoa idosa a participar de ações, atividades, oficinas, fomenta a convivência, inclusive com outras faixas etárias, busca desconstruir preconceitos, e ficamos pensando como é essa relação nos povos indígenas, ou seja, de pessoas idosas com outras faixas etárias.

KRENAK Nós vamos falar disso, mas se a gente falar só disso, vai parecer que nós estamos sublimando o fator racista, que está presente, e o próprio etarismo. A gente não pode ignorar que tanto o etarismo quanto o racismo são marcas diluídas nisso que a Denise chama de conceito global de raça. Agora nós podemos seguir em frente, falando especificamente de povos originários. E povos originários a gente pode entender, agora, que não é só essa gente chamada no Brasil de indígenas, mas aqueles

¹ *Homo modernus — Para Uma Ideia Global De Raça* (Coleção Encruzilhada). Silva, Denise Ferreira da (2022). Editora: Cobogo.

que estão em diferentes latitudes, os que estão nos Andes, os que estão na América do Sul, os que estão nessa Pachamama, nessa América. O que é a América? É esse vasto território onde povos indígenas, povos nativos, povos originários de diferentes historicidades experimentaram uma colonização brutal nos últimos 500 anos. Então, tem uma questão que é também de tempo. Como essa gente, ao longo de cinco séculos, conseguiu manter memória de si e modo de se perceber como humano, como gente, e contar sua idade.

MAIS 60 E como a idade é contada para os povos indígenas?

KRENAK Contamos a idade a partir de marcas que são próprias da cosmogonia de cada um desses povos, inseridos numa cosmovisão tão singular... Uma pessoa guarani, ou uma pessoa yanomami ou uma pessoa krenak vai perceber o envelhecimento com um traço de semelhança, onde quanto mais o tempo passa, mais interessante você fica. E aí a contagem desse tempo é feita a partir de ritos. São rituais, a vida é ritualizada. Talvez essa maravilha de permanecer por tanto tempo, por tantos séculos marcando a passagem do tempo por ritos, por rituais bem identificados, permita que a experiência de envelhecer se torne também uma experiência de descarte. Essas sociedades não descartam ninguém. Elas não são sociedades do descarte. Elas são sociedades de uma crescente associação, valorização, a gente poderia dizer assim, de um engrandecimento do ser. Vamos imaginar uma árvore na floresta, quanto mais antiga essa árvore na floresta, mais diversidade de vida ela expressa, porque, no seu crescimento, ela começa a abrigar muitos outros organismos



Vamos imaginar uma árvore na floresta, quanto mais antiga essa árvore na floresta, mais diversidade de vida ela expressa, porque, no seu crescimento, ela começa a abrigar muitos outros organismos e forma verdadeiros bosques em seu corpo.

A gente não pode olhar a questão etária só como uma marcação no sentido temporal, a passagem do tempo na vida daquele sujeito, mas olhar a experiência da vida para aquela pessoa e como ela foi capaz de expressar, não só entregando trabalho, mas produzindo sentido.



ALGUMAS OBRAS DE AILTON KRENAK.

e forma verdadeiros bosques em seu corpo. Então, é como se o tempo mostrasse naquela árvore majestosa uma produção incessante de benefícios para si e para os que estão ao redor dela. Para mim, é a própria ideia da prosperidade.

MAIS 60 Fale mais sobre a ideia da prosperidade, por favor.

KRENAK Pros-per-idade. É diferente daquela ideia que fica meio pairando na cabeça, no cotidiano, principalmente das pessoas que vivem a dura experiência do trabalho no sentido cotidiano, porque são trabalhos, no caso dos povos originários não têm a importância que têm no mundo dos brancos. Numa comunidade urbana, é impossível alguém pensar que vai ficar fora da dança do mundo do trabalho. Numa sociedade de povos nativos, originários, ficar fora dessa dança do relógio, dessa dança digital que marca o tempo, o tempo que você vende em troca da sua possibilidade de ser cuidado, de ter abrigo, de ter comida e de ter engajamento social também, de ter presença no meio social. Aqui na cultura do Ocidente, se a pessoa não tem um engajamento visível nesse mundo do trabalho,

ela não é socialmente aceita. Então, é o trabalho como religião. Seria inaceitável alguém que não faz um culto ao trabalho. As sociedades originárias, esses povos, observados rigorosamente nos últimos cem anos por etnógrafos, antropólogos, pesquisadores de toda ordem e por um grande sujeito chamado Lévi-Strauss² – que decidiu pegar todos os mitos dessa gente e olhar como essa gente pensa – viraram o balaio de todos os lados e não encontraram nenhum elogio ao trabalho, mas, sim, celebração da vida. Quando você olha a diversidade de povos e de culturas no planeta, é uma profusão de gente, na perspectiva da diversidade. E é isso que nos salva. É maravilhoso, porque a diversidade biológica está presente também na diversidade cultural.

MAIS 60 E a diversidade precisa estar na pauta de várias ações, certo?

KRENAK Eu gosto muito da abordagem dos últimos 60 anos que o Sesc faz de questões que

² Claude Lévi-Strauss, antropólogo e filósofo francês que passou quatro anos no Brasil (1935-1939) estudando diversos povos originários, além de ministrar aulas na Universidade de São Paulo (USP), que acabava de ser inaugurada.

cruzam a identidade, a diversidade, a pluralidade e é muito interessante imaginar que 60 anos atrás, uma instituição que não é pública, uma instituição do setor privado, do mundo do comércio, tenha se preocupado com essa relação do trabalho e o envelhecimento. Já que o envelhecimento é um fator universal para o Ocidente, o Sesc, dentro dessa lógica, dessa racionalidade do Ocidente, procura tratar a questão essencial, que é a questão da vida. A gente não pode olhar a questão etária só como uma marcação no sentido temporal, a passagem do tempo na vida daquele sujeito, mas olhar a experiência da vida para aquela pessoa e como ela foi capaz de expressar, não só entregando trabalho, mas produzindo sentido. Produzindo sentido da vida para ela mesma e para quem está no seu entorno. Seus parentes, seus irmãos, sua comunidade, é uma disposição de produzir comunidade, de produzir experiência comunitária. É geracional, mas é também individual. A gente pode observar uma geração inteira, mas a gente pode observar uma pessoa dentro daquela passagem geracional de tempo, como ela se inventa, se reinventa...

MAIS 60 É plural, né?

KRENAK É plural. É tão maravilhosa essa diversidade que quase não tem sentido se referir simplesmente a uma faixa de idade para qualificar pessoas. Quando eu estava vindo de manhã para esse lugar onde tem conexão para a gente conversar eu fiquei pensando, interessante, tem uma defasagem, digamos assim, do ponto de vista social, com essa marcação etária, de etarismo, essa coisa, como se fosse um prejuízo envelhecer. Mas isso é uma malandragem, uma malandragem instituída pelo sistema econômico global, que a gente chama de capitalismo. Seria maravilhoso se a gente pudesse compartilhar a ideia de que para os povos indí-

genas, para os povos originários, a experiência da vida não se conta apenas, ela se conta com a capacidade de produzir sentidos.

MAIS 60 O que significa a palavra ancião para esses povos?

KRENAK A palavra ancião entre esses povos evoca um brilho, uma luminosidade, que toda criança gostaria de se aproximar disso, ficar perto. As crianças olham os anciãos com uma vontade de um dia chegar lá, é maravilhoso. E isso produz uma, vamos usar um termo que eu não gosto muito dele, uma valorização do sentido de envelhecer, porque valorizar é justamente o que é instituído por uma ideia de utilidade e que ela está presente no mundo do trabalho de uma maneira perversa: valorizar. A gente precisava buscar outros termos, talvez na poesia, talvez em outro lugar, para gente expressar a beleza dessa passagem do tempo, para quem não se rendeu a essa utilidade da vida.

MAIS 60 É linda essa ideia de as crianças se projetarem...

KRENAK Se projetarem nos seus avós, nos seus tios, é por isso que as crianças param e ficam olhando alguém fazendo cesto, por exemplo. Porque tem uma complexidade, ali tem uma paciência, ali tem uma dedicação de fazer aquele tecido tão complexo, de imprimir nele aquelas marcas, porque aquilo ali é um texto. Ele é um texto possível de ser lido por um menino daquela cultura e quem faz aquilo da melhor maneira é um homem mais velho ou uma mulher mais velha. Quer dizer, os sábios desse lugar são os velhos. Eles são sábios, quase ao ponto de a expressão sabedoria ser sinônimo de envelhecimento, sem a conotação que é dada ao envelhecimento para as coisas. As histórias antigas da maioria dos nossos povos, dessas etnias,



Seria maravilhoso se a gente pudesse compartilhar a ideia de que para os povos indígenas, para os povos originários, a experiência da vida não se conta apenas, ela se conta com a capacidade de produzir sentidos.

As crianças olham os anciãos com uma vontade de um dia chegar lá, é maravilhoso.

Isso deveria nos sugerir que o corpo, com a idade, é uma biblioteca viva. Vocês já devem ter ouvido a expressão: quando morre um ancião, é como se queimasse uma biblioteca inteira. Nas nossas culturas, isso é verdade.

Se eu posso recitar o nome da minha antiga tribo, eu devo isso aos mais velhos, aos que viveram antes de mim e carregaram essa memória sem nenhum suporte material.

que conseguiram passar por tantas provas e ficarem vivos e terem memória, sem museu, sem galeria, sem base de dados, carregam a memória no corpo. Isso deveria nos sugerir que o corpo, com a idade, é uma biblioteca viva. Vocês já devem ter ouvido a expressão: quando morre um ancião, é como se queimasse uma biblioteca inteira. Nas nossas culturas, isso é verdade. Se eu posso recitar o nome da minha antiga tribo, eu devo isso aos mais velhos, aos que viveram antes de mim e carregaram essa memória sem nenhum suporte material. Não tinha um HD físico para botar na memória. Era o corpo. E é o corpo que envelhece. É preciso ver que esse corpo é um casulo. Ele é uma cápsula da vida. E a vida é selvagem, e a vida não acaba. A vida no sentido biológico. Não a vida como experiência individual, a vida que atravessa tudo. A vida que já estava aqui, quando o planeta Terra se formou, e a vida que ainda está aqui, agora. Quer dizer, bilhões de anos. É maravilhoso. Essa experiência do tempo, essa experiência da vida, ela transcende a cronologia.

MAIS 60 Ailton, quais são os benefícios e aprendizados de viver em comunidade?

KRENAK Talvez a gente pudesse pensar que o que falta nessa sociedade é a experiência comunitária, porque o afastamento das pessoas, tanto no campo ético quanto no social, não acontece quando você vive na comunidade. A comunidade... é como se ela criasse uma membrana protetora contra essa praga do esquecimento uns dos outros. Então, a gente podia considerar que a palavra para valorização seria a experiência de produção de afeto entre as pessoas. Quer dizer, a gente se acompanha tão proximamente uns dos outros no cotidiano que não deixa acontecer esse afastamento, essa indiferença que produz essa diferença de idade. O convívio

íntimo, ele não deixa escapar esse sentido de afeto na experiência cotidiana ao longo do tempo. Passam décadas, mas aquela mesma comunicação direta que a netinha de 5 anos tem com a avó de 40, 50, vai ter, depois, com a netinha de 40, com a avó de 90. A liberdade, a intimidade, a cumplicidade, elas não se perdem, mas isso é dentro da comunidade. Precisa ter muita gente produzindo esse sentido da vida.

MAIS 60 Ailton, te ouvindo falar, eu lembrei de coisas importantes em seus escritos, de uma forma muito crítica a essa sociedade capitalista e por mais que a gente saiba que tem uma diversidade muito grande entre esses povos originários, a gente consegue ver algumas semelhanças como essa que você comentou, dessa valorização da vida comunitária e também da valorização dessa relação com outros seres. E como essa passagem do tempo é muito diferente para essas lideranças espirituais. Por favor, fale sobre a experiência com essas lideranças.

KRENAK Maravilha! É uma revelação maravilhosa de que o tempo, a ideia de tempo que nós contamos, ela não é a única marca, não é o único alinhamento que a gente pode ter com o sentido da vida. Eu fiquei pensando que todas as pessoas que me inspiraram ao longo desses 50, 60 anos de acolhimentos afetivos, ânimo intelectual, capacidade de reflexão sensível da vida, sentem-se a maior parte do tempo socialmente ativas, se relacionando com outras pessoas, com outras comunidades, e são pessoas que permanecem além do seu cronograma, digamos assim. Além da sua cronologia. Elas não estão fisicamente mais entre nós, mas elas têm uma presença tão intensa que constitui aquilo, que em algumas de nossas culturas se chama de encantado. Os encantados.

MAIS 60 O que são os encantados?

KRENAK Os encantados são exatamente aquelas pessoas que transitaram desse lugar da experiência física para a continuidade da experiência não física, que a gente pode chamar de espiritual, mas também a gente pode buscar outras expressões pra se referir à continuidade de existir como pensamento, como afeto, como memória, que ganha tantos sentidos e que é chamado de os encantados. Têm as festas que são feitas para os encantados. Encantados são exatamente os nossos ancestrais. São os nossos ancestrais numa continuidade atemporal, quer dizer, fora do tempo. Meus parentes não são só aqueles que estão ali, que eu posso alcançar com um telefonema ou com uma visita física. Meus parentes são todos aqueles que me antecederam. Então, esse é o sentido de ancestralidade. É como se você experimentasse a sensível experiência de que seus ancestrais, seus avós, todas as pessoas queridas suas estão a seu alcance afetivo. Você pode estar com eles. Em alguma hora do dia, ou do final da tarde, você pode se sentar com as pessoas que estão fisicamente próximas de você em comunidade e evocar a presença dos encantados, acendendo uma fogueira no quintal, puxando um maracá, cantando ou simplesmente fazendo silêncio ao redor do fogo. Silêncio. Escutando os pássaros. Então, isso é maravilhoso, porque abre uma possibilidade sensível para cada um de nós experimentar a convivialidade. A convivialidade com nossos antepassados, mas a gente poderia dizer também com os nossos entes presentes. Eu acho interessante essa língua portuguesa, porque não é na língua krenak, é na língua portuguesa que eu me expresso, mas que dá possibilidade de você fazer uma relação entre antepassados e ente presentes. Então, a gente pode pensar isso, como eu quero tratar aqueles que não estão aqui ao meu redor? Como ante-



passados ou entes presentes? Isso pode ser uma experiência poética, rica, de dar sentido à vida, independentemente de quantas décadas você tenha. E, de repente, quantas décadas você tenha, pode só acrescentar sentido à vida e não tirar sentido.

MAIS 60 Ailton, estamos encerrando a entrevista. Muito obrigada por tanto! Você gostaria de fazer mais alguma consideração?

KRENAK Tem um pequeno poema que, na verdade, antes de ser um poema, ele é um canto, uma cantiga... esse canto repete o sentido dessa ente-presença e diz assim:

*Cantando, dançando, passando sobre o fogo
Seguimos nos rastros dos nossos ancestrais
No contínuo da tradição
Cantando, dançando, passando sobre o fogo,
quer dizer, passar sobre o fogo é a experiência ra-*

dical de estar vivo. É quando a gente é testado. Quando tem os embates da vida. Quando nós somos desafiados a ser, a cada tempo, aquilo que o tempo em que estamos vivendo nos exige. Se a vida moderna nos exige responder ao confinamento, à violência do trabalho, ao constrangimento, a gente tem que ser capaz de lidar com isso, porque alguém pode pensar: ah, o Ailton está falando da vida em comunidade, porque ele tem esse privilégio de estar numa comunidade, de poder se refugiar numa comunidade, mas milhões de pessoas não têm mais esse privilégio, já nascem com o marcador do tempo no pulso. Quem sabe, num futuro não muito distante, as pessoas vão preferir viver em comunidade a competir na individualidade. A individualidade só institui competição. Se a gente puder experimentar uma expansão da experiência coletiva, comunitária, nós vamos poder criar experiência própria para criar comunidades.

**COLAGENS**

Histórias Fragmentadas

/por Daiana Terra – SubVersiva

RAIO-X

Daiana Terra – SubVersiva

Daiana é artista visual, comunicadora e escritora. Realiza pesquisas diaspóricas e as incorpora em seus trabalhos com colagem analógica.

Seu e-mail é daiana_nanha@hotmail.com









Ao longo da minha trajetória pessoal, não me foram passadas informações, memórias, histórias da minha ancestralidade, que é negra e indígena. Ser uma pessoa com ascendência negra ou indígena no Brasil é entender que a nossa história se faz dia a dia, sempre em reconstrução ou reconstituição(?), e que ela não é linear, ela está mais para um espiral, pois através do processo de colonização, a história desses povos (do qual a minha também está inclusa) passou por um processo de apagamento, se tornando, assim, histórias fragmentadas.

Foi assim também na escola e nos meios dos quais eu estava inserida, acredito que muitos de nós, não brancos, aprendemos somente a história hegemônica daqueles que nos colonizaram, em que não há a real valorização dos povos originários, como também não há histórias que ilustram a resistência, os costumes e a cultura desses povos.

Quando recebi o convite para ilustrar a revista *Mais 60* com o tema *povos originários*, confesso que fiquei muito emocionada. Ao pensar no tema e em imagens para compor a revista, fui pesquisar em meu acervo de recortes, no qual possuo imagens diversas que remetem à ancestralidade, à cultura tradicional, à Semana de Arte Moderna de 1922, além de diversos outros recortes que poderiam compor as ilustrações, ou seja, eu possuía material suficiente no acervo. Revirei meus recortes e me deparei com cartografias, figuras de diferentes cores e formatos, além de texturas visuais das quais me serviram de Sul. E aqui quando utilizo desse termo que no caso seria Norte, assim faço aqui uma alusão à obra de Joaquín Torres García, artista uruguaio que em sua obra *América invertida* opta por inverter a América do Sul, de modo que o Sul passa a ser o Norte, e vice-versa. Com essa obra o artista propõe a criação

de um movimento artístico latino-americano autônomo, fazendo críticas ao imperialismo norte-americano. Portanto, agora nós viramos o mapa de cabeça para baixo e então temos uma ideia verdadeira de nossa posição, e não como o resto do mundo deseja.

Pesquisar sobre povos originários, bem como negros, já faz parte da identidade dos meus trabalhos, mas ao me debruçar na pesquisa para compor as representações, pude me deparar com diferentes etnias e costumes, imagens, ornamentos, composições... Essas pesquisas me trouxeram mais repertório para olhar com mais cuidado para o processo do que para o resultado final de fato.

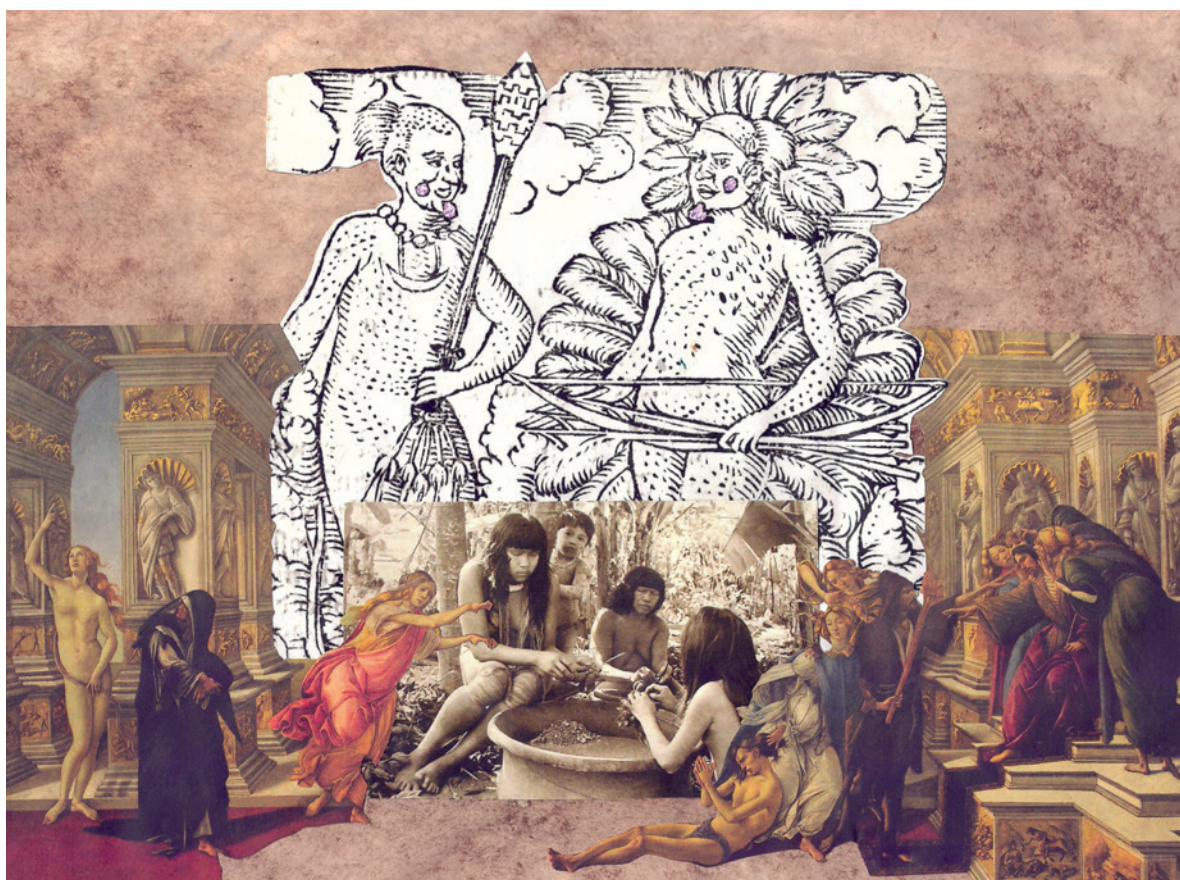
Ao sentar para produzir as imagens, entendi o tamanho da responsabilidade, pois nunca havia recebido uma proposta tão desafiadora como essa. Produzir imagens/ilustrações que pudessem imprimir o tema de modo responsável me deixou curiosa e bem-disposta. A minha ansiedade foi companheira, de modo que pude acessar a minha sensibilidade a fim de contar um pouco dessas histórias em imagens e ansiando que o público pudesse enxergar através de minhas ilustrações uma extensão do que compõe o conteúdo da revista.

Foi desafiador compor de acordo com as coordenadas, logo eu, que tenho dificuldade de produzir de forma colaborativa/sob encomenda, mas o processo foi interessante. Aprendi um tanto e pude enriquecer meu repertório pessoal e artístico através das pesquisas.

Quando estou produzindo, sou extremamente focada, de modo que busco imergir no universo proposto para que o resultado possa me fazer sentir satisfeita.

E sem falsa modéstia, de um modo geral, gostei muito do resultado final. Espero que vocês gostem também.

Daiana Terra - SubVersiva













PAINEL DE EXPERIÊNCIAS

RAIO-X

Tatiana Lazarini Fonseca

Bacharela e licenciada em ciências sociais pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), pós-graduada em gerenciamento de projetos – práticas do Project Management Institute (PMI) pelo Senac, responsável pelo Trabalho Social com Idosos (TSI) na unidade Vila Mariana.

tatiana.lazarini@sescsp.org.br

Trajetórias ao Longo de um Século



Compartilhar experiências pode ser um momento para selar vivências e aprendizados. Afinal, nos reconectarmos com memórias requer vivenciarmos novamente as mesmas experiências. Talvez ressignificá-las. De qualquer forma, transmitir a outrem aquilo que impulsionou novos significados e trouxe a possibilidade da troca pode ser enriquecedor para quem relata e para quem se abre para a escuta. Sendo assim, convidamos o leitor a se conectar com alguns momentos que iremos partilhar nas próximas linhas. Trata-se de um relato de experiência com um grupo de mulheres idosas em um curso no Sesc Vila Mariana.

Em 2022, as unidades do Sesc foram voltando aos poucos com os cursos presenciais. Em consonância com a efeméride do centenário da Semana de Arte Moderna de 22, convidamos a atriz Lilian de Lima e o músico Paulinho Brandão para ministrarem o curso Mulheres no Vão de um Século. A atividade também chegou a acontecer em mais duas unidades do Sesc: Interlagos e Santo André. Todo o seu desenvolvimento foi elogiado nas unidades. E, aqui, vamos discutir sobre a experiência do curso no Sesc Vila Mariana.

De abril a junho, a atividade aconteceu presencialmente com aproximadamente 20 mulheres idosas inscritas. Pensamos nesses profissionais para desenvolverem a atividade em virtude de seus perfis educativos e da pesquisa realizada para o espetáculo *Pagu, Anjo Incorruptível*, com direção e atuação de Lilian de Lima. O curso permitiu às participantes uma imersão no pensamento modernista e na vida de algumas das mulheres do movimento, além de abranger momentos de suas próprias vidas, atualizando questões de gênero relevantes na contemporaneidade.

Lilian de Lima é atriz, cantora, dramaturga, educadora, diretora e preparadora vocal. É formada em interpretação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP e em expressão vocal/canto pelo Studio Voz em Movimento. No teatro, faz parte da Cia. do Tijolo, As Meninas do Conto e é fundadora do grupo Núcleo Toada. O currículo é extenso e ressaltaremos aqui o seu trabalho com o espetáculo musical *Pagu, Anjo Incorruptível*, que sobreposição camadas narrativas ficcionais e teatro documental a partir de fragmentos da vida e obra da jornalista, escritora e ativista Patrícia Galvão (1910-1962), conhecida como Pagu.

Já Paulinho Brandão é compositor, escritor e músico formado em violão popular pela Escola de Música do Estado de São Paulo (Emesp) Tom Jobim. Destacamos na área teatral seus trabalhos com o grupo de teatro Vento Forte, Beatriz Tragtenberg e Cia. do Tijolo, além de ter assinado a direção musical do espetáculo em questão.

Como mencionamos, ao longo dos encontros do curso, foi revisitado o passado das modernistas e das próprias mulheres inscritas. A partir das lembranças – memórias históricas e pessoais –, as participantes foram convidadas a caminhar na linha do tempo refletindo sobre as mudanças percorridas nas vidas dessas mulheres ao longo do último século. Dentre as modernistas tivemos Anita Malfatti, Zina Aita, Tarsila do Amaral, Patrícia Galvão, Eugênia Álvaro Moreyra, Elsie Houston, Guiomar Novaes e Olívia Guedes Penteado.

Foram muitas as contribuições, tanto das participantes quanto dos ministrantes. Discutiu-se sobre as influências do movimento modernista para as suas vidas na época e hoje. E até mesmo algumas reflexões sobre o que foi vanguarda e o que, atualmente, poderia ser considerado vanguarda. A importância da liberdade de expressão, a ruptura com conceitos e vivências arraigados no preconceito e conservadorismo ressoaram nas criações artísticas e falas das participantes:

“E, uma vez mais, tivemos o privilégio de receber um presente muito valioso, que nos falou tão de perto. Esse curso nos deu a oportunidade de um feliz encontro com mulheres que fizeram história. Resgatando seus feitos, sentimos-nos mais vivas ainda e pulsamos com elas no mesmo ritmo. Esse universo feminino, tão

multivalente, trouxe mais profundidade entre nós, do grupo, e com essas mulheres em cujas vidas nos aprofundamos” (Helenice Sales, frequentadora da unidade e participante do curso).

Todo o processo de revisitação às memórias foi conduzido por teoria e prática por meio de linguagens artísticas. Os encontros desenrolaram-se permeados por música, canto, escrita, pintura, dança e interpretação cênica. Constituiu-se uma troca frutífera entre oficineiros e participantes, com perguntas acompanhadas por diferentes respostas ou até mesmo sem resposta alguma. Quais serão as nossas contribuições para os filhos e netos? Qual o melhor caminho? Existe o certo e o errado?

Acreditamos que uma das belezas das discussões trazidas se fez com o seguinte pensamento: sempre é possível mudar as suas próprias opiniões e o roteiro seguido pelos antepassados. Isso não significa excluir ou negar o passado. É perceber que algumas vivências e conceitos dos ancestrais não fazem mais sentido hoje e podem ficar guardados no aconchego das lembranças.

Ficou evidente o quanto muitas dessas mulheres estão abertas para romper paradigmas, superar preconceitos e verdades até então inabaláveis. Desestruturar memórias expressando alegria em viver contagia qualquer pessoa. Foi perceptível o quanto cada fala e participação encorajou e estimulou lembranças com repertórios semelhantes. Contudo, é claro que ali encontramos velhices e vivências distintas, decorrentes de questões culturais e socioeconômicas.

De qualquer forma, os relatos reforçaram o quanto a família é importante para a velhice. Quão difícil e penoso foi para muitas delas ficarem meses em total isolamento, sobretudo em

2020. Feridas e tristezas em processo de cicatrização. O idadismo – preconceito contra a pessoa idosa – ficou mais evidente nesse período que fomentou diversos pensamentos estereotipados em todos os segmentos da sociedade.

Todos sabemos do grande impacto que a pandemia causou à saúde mental no mundo todo. No entanto, por conta da necessidade do isolamento social ainda mais restrito, a pessoa idosa sofreu um impacto ainda mais cruel. Houve nesse período um aumento significativo nos quadros de depressão, agravamento do sentimento de ansiedade, solidão e tristeza entre os membros desse grupo.

A oficina Mulheres no Vão de um Século foi para todas e todos nós uma oportunidade de seguirmos criando, trocando, cantando, dançando, acolhendo e sendo acolhidas. Uma oportunidade de celebrarmos o prazer e a graça de estarmos vivas. Memórias e depoimentos pessoais, biografias de mulheres inspiradoras do modernismo, canções, poemas, cenas e narrativas diversas fizeram parte dos nossos encontros e renderam riqueza e fluidez de experiências e de saberes; trouxeram à tona memórias e desejos, e nos encheram dessa alegria tão singular de criar, trocar e compartilhar a criação. Que alegria a minha, que alegria a nossa!” (Lilian de Lima, atriz e diretora teatral)



As mulheres participantes compartilharam parte da história de suas vidas e das mulheres que fizeram e fazem parte de suas trajetórias, sejam avós, mães, filhas, tias ou amigas. A partilha de intimidades, dores, sabores e alegrias se fez de forma genuína e esclarecemos aqui que muitas das participantes já se conhecem. Algumas são amigas, outras se conheceram em outros cursos vinculados ao TSI no Sesc. Tivemos ainda aquelas que estreitaram suas relações sobretudo no período de isolamento social em virtude da pandemia de covid-19. Destacamos que, nos anos de 2020 e 2021, a unidade Vila Mariana fez encontros on-line semanais com idosos frequentadores.

O acolhimento durante todo o processo, nos diálogos e vivências artísticas, foi fundamental. Quanto mais pensamentos e histórias encontravam acolhimento – sem verdades ou

ideias preconcebidas – mais o desenrolar das atividades fluiu e a fruição e o desfrute se fizeram dentro e fora das aulas. Sim, fora das aulas. Algumas delas passaram a se encontrar em outros espaços do Sesc por conta própria num formato de pequeno sarau.

A unidade tem um público expressivo de mulheres idosas com habilidades artísticas, como dança, literatura, artes plásticas e teatro. Acreditamos que essa junção de saberes e vontades contribuiu para que ao final do curso pudesse acontecer um sarau ampliado.

Todos os encontros corroboraram para que cada uma delas pudesse expor sua criação artística neste sarau. Foram trazidas histórias de mulheres que se deixaram invadir pela coragem, pelo sopro do medo; mulheres que acreditam que tiveram pouco contato com os pensamentos modernistas no passado; ou-



O curso permitiu às participantes uma imersão no pensamento modernista e na vida de algumas das mulheres do movimento, além de abranger momentos de suas próprias vidas, atualizando questões de gênero relevantes na contemporaneidade.

tras que se enxergam como precursoras desde a mais tenra idade.

A apresentação sucedeu-se com direito a figurino, cenário, iluminação cênica, poemas autorais, música gravada e ao vivo. As histórias dessas mulheres e de outras que fizeram e fazem parte das suas genealogias, ganharam voz por meio de depoimentos, poesias, canto ou interpretação. Foi realmente fantástico. Damos-nos o direito de usar a palavra fantástico abrangendo aqui os seus diversos significados. O extraordinário, a fantasia e a realidade se interpenetraram. Ficção? Realidade? Ninguém mais sabia ou se importava. A verdade da alma daquelas mulheres estava ali nas cenas por elas criadas.

Mesmo com um roteiro a ser seguido, os encontros trouxeram surpresas, sempre com a entrega sincera das participantes. E talvez, exatamente por nunca sabermos quais seriam as histórias trazidas, o desenrolar do curso instigou constantemente a curiosidade e o ímpeto de pesquisa. A experiência viva do encontro carrega isso mesmo: o desconhecido. E como o trabalho foi bem conduzido pelos profissionais contratados e funcionários do Sesc, ali foi avistada uma terra segura para lágrimas, gargalhadas, alteridade, troca de experiências e conhecimento.

Rever a nossa história, no microcosmo ou macrocosmo, fez emergir importantes ingredientes para o processo de autoconhecimento e para o pensamento crítico. Adentrar os porões do passado trouxe subsídios para ponderações sobre o presente e o futuro que desejam construir.

Diversas vezes alguns comentários delas nos lembraram uma das reflexões de um monge indiano chamado Swami Sri Yukteswar. Ele dizia para não ficarmos presos ao passado, pois o futuro sempre pode melhorar se for feito um esforço espiritual hoje. Ter consciência do passado é fundamental, contudo, ficar preso a ele impede o movimento dos ciclos da vida.

Tomados por essas ponderações, recordamos-nos também da riqueza que foram os cursos de meditação que algumas delas fizeram online por oferta do Sesc Vila Mariana em 2021. É como se a cada curso ou encontro com os frequentadores uma nova trama surgisse desse novelo chamado vida. Estar à frente do TSI na unidade nos possibilita ter contato direto com algumas pessoas com larga experiência de vida, que nos tiram do piloto automático por meio dos seus exemplos, vivências e pensamentos compartilhados. Vida longa aos encontros, escuta ativa e criatividade!



LIVRO



RAIO-X

Octávio Weber Neto

Biólogo, bacharel e licenciado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, educador socioambiental pós-graduado em educação ambiental e saúde pública (FSP/USP), especializado em educação corporativa (FIA), formado em acessibilidade cultural (Ibram/Enap) e assistente técnico na área de educação para a acessibilidade no Sesc São Paulo (Gesc). Mestrando em interdisciplinaridade em ciências da saúde (Unifesp/Baixada Santista). Pesquisa acessibilidade cultural em áreas naturais, pessoas com deficiência e direito à natureza.

O Manifesto das Espécies Companheiras

Cachorros, Pessoas e Alteridade Significativa

por Octávio Weber Neto



Quem é esta Senhora escritora? Donna Haraway, mulher, companheira de cães de companhia – ou melhor, da cadela Cayenne, que a inspirou nesta escrita revolucionária –, cientista, bióloga, filósofa e expoente teórica feminista, nasceu em Denver, Estados Unidos, em 1944.

Especializou-se em zoologia e fez doutorado em biologia comportamental na Universidade de Yale. Realizou diversas pesquisas relacionadas ao estudo feminista das ciências, lecionando na Universidade do Havaí, Universidade Johns Hopkins e Universidade da Califórnia, em Santa Cruz. Tornou-se a primeira professora de teoria feminista com estabilidade e reconhecimento nos Estados Unidos. Aposentou-se em 2010, mas segue pesquisando e atuando como grande ativista americana e filósofa contemporânea, inspirada na ecóloga e bióloga Lynn Margulis, que referencia muitas de suas pesquisas. Haraway apresenta reflexões e manifestos sobre uma vida mais possível de ser vivida para todas as espécies, mesmo diante de todas as diferenças que nos tensionam e nos identificam como indivíduos. Acredita que essas diferenças não deveriam separar ou desconectar uma necessária convivência simbiótica entre humanos e não humanos em sociedade.

O Manifesto das Espécies Companheiras, obra recente de Haraway, apresenta uma saborosa crítica canina sobre a implosão da natureza e da cultura gerada a partir desta aproximação entre espécies companheiras. Fernando Silva e Silva, que brilhantemente faz o posfácio do livro, enfatiza que entender esta delicada e aparente relação amorosa entre cachorros e humanos é historicamente complexa e repleta de descobertas singulares e profundas. Sobre a parceria entre essas espécies ditas companheiras, ele arrisca dizer que são parceiras no “crime da evolução humana”, já que os cachorros, desde o início, foram astutos como os coiotes – promovendo um novo e atento pensamento, que Haraway chama de “alteridade significativa”, um

respeito mutualista que leva a uma possível vida multiespécie, um caminho factível para um futuro de sociedades mais justas para todas as formas de vida da Terra.

Haraway abre seu manifesto se intitulando como uma pessoa “híbrida” meio canídeo, meio homínídeo; animal de estimação de outros animais; professora, cadela, mulher; atleta-condutora de *agility* – esporte realizado entre humanos e seus cães, que percorrem um circuito de habilidades com premiação no final, envolvendo técnica, obediência, reciprocidade e respeito mútuo, muito praticado nos Estados Unidos. Ela faz uma incrível análise das históricas relações humanas com os cachorros, além da parceria e intimidade doméstica e urbana nos dias de hoje, mas que no passado centrava-se no campo, no pastoreio de ovelhas por cães, na vigília contra lobos, como tração de trenós e contra a invasão de coiotes. A autora chega a mostrar que há DNA canino em nosso sangue e vice-versa, apresentando esse contato milenar e ambíguo de beijos, pelos, mordidas, carícias, afetos e desafetos na vida em família com esses animais.

Desta parceria ancestral, nascem algumas indagações da autora – seria mesmo um amor incondicional? Um amor bruto e despretenso? Ou apenas uma convivência respeitosa e mútua, em que a obediência é construída na parceria diante das diferenças e fronteiras entre as espécies?

Donna Haraway, de 78 anos, vem estudando há mais de 30 anos a vida contemporânea e a tecnociência imperialista do Antropoceno (ou melhor, Plantationceno), segundo o qual estamos vivendo uma era planetária, em que se critica o porquê de ainda sermos o centro



Pessoas idosas, pessoas com baixa visão ou cegas, na maioria urbanas, em muitos lugares do mundo, usam cachorros como seus cães de serviço, como cães-guia, de guarda ou essencialmente de companhia. Isso revela parte deste mutualismo multiespécie, ora mais positivo, ora mais questionável e repetidor das desigualdades do sistema social humano.

das questões e não questionarmos o sistema econômico em que escolhemos viver e nossa consequente desconexão com a natureza.

Em 1985, publicou o *Manifesto Ciborgue* na tentativa de compreender de maneira feminista esta implosão da natureza e da vida cada vez mais inviável entre espécies no nosso planeta, sugerindo duvidarmos desta dependência ingênua e submissão irresponsável até mesmo com as inteligências artificiais ciborgues, levando a refletir sobre caminhos possíveis para que tecnologias e natureza caminhem juntas e não em lados opostos. Com ambas em comunhão podemos fazer uma sociedade vivível para todos e tornarmo-nos espécies companheiras em conexão.

Já nesta obra recente, Haraway entrevistou e escutou histórias de diversas mulheres e seus cachorros, incluindo sua própria história de vida com sua parceira, a cadela Cayenne, para tecer outras ecologias e narrativas decoloniais, que atravessam culturas-natureza-corpos diversos-alteridades. A autora faz um apanhado da “cachorrolândia” – um mundo peludo em que a velhice canina seria a adolescência humana (entre os 14 a 16 anos), mostrando que este aparente paralelismo é falso, pois a sabedoria dos cachorros é anterior a nossa maturidade social

e evolutiva. Convida a analisarmos criticamente esta parceria de forma inédita, duvidar de uma relação apenas afetiva, construída de forma intencional e estrutural na sociedade, e suspeitar sobre haver uma misteriosa ética entre cachorros e humanos para que esta mútua convivência dê certo de fato. Mostra haver uma construção paulatina de respeito e não apenas uma suposta obediência comportamental e behaviorista de ação e reação, com apenas uma troca de petiscos, abrigo e recompensas.

Haraway enuncia em sua pesquisa que o cão não é um objeto feito para ser companheiro de humanos, mesmo que historicamente modificado geneticamente ao longo de milhares de anos pela ação humana, transformando-o para o pastoreio e até como arma de guerra. Os cachorros existem como nós, como seres vivos distintos, são espécies diferentes de nós que habitam o mesmo planeta; não podem ser vistos como “crianças peludas”, que simplesmente nos amam reciprocamente, como ela cita, em provocação ao afetuoso modo que ela mesma questiona.

Pessoas idosas, pessoas com baixa visão ou cegas, na maioria urbanas, em muitos lugares do mundo, usam cachorros como seus cães de serviço, como cães-guia, de guarda ou essencialmente de companhia. Isso revela parte deste

mutualismo multiespécie, ora mais positivo, ora mais questionável e repetidor das desigualdades do sistema social humano. A autora lembra que não à toa existem adjetivos humanos criados para rotular vira-latas em qualquer idioma, enaltecer pedigrees ou aposentar cães de serviço e ao mesmo tempo executar ou castrar cães abandonados e de rua.

A pesquisadora cita que são na maioria mulheres brancas, de meia-idade e de classe média as que praticam o *agility*, o que ela sinaliza como um outro exemplo de que há um racismo estrutural até mesmo neste companheirismo humanos-cachorros. É sempre uma relação de benefícios e afetos para humanos, mas é também uma relação de respeito e alteridade significativa para cães. Sabemos o que somos a partir do outro, numa relação de qualidade e aprendizado mútuo, a partir de um respeito que não é reduzido a apenas amor. Por meio do adestramento canino Haraway faz uma reflexão de como podemos aplicar uma filosofia de vida que visa uma nova relação entre todas as demais formas de vida que temos contato no planeta, incluindo outros humanos.

A visão filosófica com a qual a escritora finaliza a obra – que abre outras mobilizações e pensamentos – trata de uma atual era relacional entre espécies distintas, essencialmente entre humanos e cães, no ápice do capitalismo, que ela chama de “chthuluceno”, remetendo ao mitológico monstro de muitos tentáculos que vem

das profundezas e quer se apropriar de tudo, e ao *agility*. Esse esporte tem sua origem no *schutzhund*, em que cachorros e humanos praticam consciente e inconscientemente uma constante prova de obediência, proteção, rastreio e comandos que dependem de um respeito mútuo para que a convivência seja o objetivo evolutivo entre espécies realmente companheiras e não mais a exploração e a construção cultural egocêntrica humana sobre as espécies para seu bel-prazer, aparentemente afetiva, mas que transforma esse “companheirismo” na perda da produção do diferente, em imagem e semelhança humana, em detrimento da alteridade de outras formas de vida. Esta seria uma coevolução crítica, que construirá nossa co-história de vida, como Haraway menciona!

Que esta leitura seja uma inspiração à você, leitora e leitor da revista *Mais 60*, e que o envelhecimento e as relações sejam vistos também como um processo biopsicossocial natural conectado com a natureza, que duvidemos da empatia por si só, ou do adestramento para a vida em sociedade, e que as espécies companheiras humanas e não humanas sejam um caminho para pensarmos na qualidade de vida de quem cuida e de quem é cuidado, como seres vivos que necessariamente dependem de respeito mútuo e de uma alteridade significativa ao longo da vida. Um viva à alteridade como um valor ético para a compreensão mais profunda sobre o outro!

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

REVISTA MAIS 60: ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO

A revista *Mais 60: Estudos sobre Envelhecimento* é uma publicação multidisciplinar, editada desde 1988 pelo Sesc São Paulo, de periodicidade quadrimestral e dirigida a estudantes, especialistas e interessados na área do envelhecimento. Tem como propósito estimular a reflexão e a produção intelectual no campo da gerontologia e das áreas em que o envelhecimento e a longevidade são objetos de estudo. Seu objetivo é publicar artigos de divulgação técnicos e científicos que abordem os diversos aspectos da velhice (físico, psíquico, social, cultural, econômico etc.) e do processo de envelhecimento.

NORMAS GERAIS

Os artigos devem seguir rigorosamente as normas abaixo, caso contrário, não serão encaminhados para a comissão editorial.

- Os artigos devem ser enviados para o endereço eletrônico: revistamais60@sescsp.org.br.
- Os artigos não precisam ser inéditos, basta que se enquadrem nas normas para publicação que serão apresentadas a seguir. Quando o artigo já tiver sido publicado deve-se, obrigatoriamente, informar em nota à parte sob qual forma, onde e em qual data foi publicado (revista, palestra, comunicação em congresso etc.).
- Ao(s) autor(es) será(ão) solicitada a Cessão de Direitos Autorais – conforme modelo Sesc São Paulo – quando da aceitação de seu artigo. Os direitos de reprodução (copyright) serão de propriedade do Sesc São Paulo, podendo ser reproduzido novamente em outras publicações técnicas assim como no Portal Sesc São Paulo (sescsp.org.br), aplicativo e redes sociais desta instituição.
- Os dados, bem como as interpretações dos resultados emitidos no artigo são de inteira responsabilidade dos autores, não refletindo, obrigatoriamente, a opinião da comissão editorial da revista.
- Todos os artigos enviados que estiverem de acordo com as normas serão analisados pela comissão editorial, que opinará sobre a pertinência ou não de sua publicação. No caso de o artigo ser aceito o(s) autor(es) correspondente(s) será(ão) contatado(s) por e-mail e terá(ão) direito a receber 1 (um) exemplar da edição em que seu artigo foi publicado.
- Os artigos devem apresentar uma breve nota biográfica do(s) autor(es) contendo: nome(s); endereço completo; endereço eletrônico, telefone para contato; se for o caso, indicação da instituição principal à qual se vincula (ensino e/ou pesquisa) e cargo ou função que nela exerce.
- Os trabalhos aceitos serão enviados à revisão editorial e apenas modificações substanciais serão submetidas ao(s) autor(es) antes da publicação.

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

- Os **artigos** devem ser apresentados em extensão .doc ou .docx e devem conter entre 20.000 e 32.000 caracteres, sem espaço, no total. Isto é, incluindo resumo, *abstract* e referências bibliográficas.

- **Categorias de artigos:** resultados de pesquisa (empírica ou teórica), relatos de experiência e revisão de literatura.

- O **resumo** deve ser estruturado e conter, nesta ordem: introdução, materiais e métodos, resultados e conclusão. Deve conter cerca de 200 palavras e vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho, as palavras-chave.

- O **abstract** deve conter cerca de 200 palavras, seguir a mesma ordem do resumo em português e vir acompanhado por até cinco palavras que identifiquem o conteúdo do trabalho, as *keywords*.

- O **artigo** deve conter: introdução; hipótese (opcional); materiais e métodos; resultados; discussão; e conclusão ou considerações finais.

- As referências bibliográficas, notas de rodapé e citações no texto deverão seguir as normas da **Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)**.

- A quantidade máxima é de 30 (trinta) referências bibliográficas por trabalho. Revisões de literatura poderão conter mais referências. A autenticidade das referências bibliográficas é de responsabilidade única e exclusiva dos autores.

- **Gráficos e figuras** devem ser utilizados quando houver necessidade para entendimento do texto. Constar sob a denominação “Figura” ou “Gráfico” e possuir boa qualidade técnica e artística. Devem ser enviados separadamente e ter resolução mínima de 300 dpi, tamanho mínimo de 10cm x 15cm, no formato JPG ou PDF. As imagens devem ser numeradas no texto e trazer abaixo um título ou legenda, com indicação da fonte/autor. Em hipótese alguma devem ser incorporadas no próprio texto do artigo. Os gráficos devem ser enviados separadamente no formato XLS/XLSX (Microsoft Office Excel) ou PDF.

- **Tabelas ou quadros:** devem ser autoexplicativos, constar sob as denominações “Tabela” ou “Quadro” no arquivo eletrônico e ser numerados. A legenda deve acompanhar a tabela ou o quadro e ser posicionada abaixo deles. Siglas ou sinais apresentados devem estar traduzidos em nota colocada abaixo do corpo da tabela/quadro ou em sua legenda. Devem ser citados no corpo do texto, na ordem de sua numeração.

- **Fotos:** no caso de utilização de fotos (necessariamente em alta resolução, mínimo de 300 dpi), elas devem vir acompanhadas de autorização de veiculação de imagem do fotografado e com crédito e autorização de publicação do fotógrafo (segundo o modelo do Sesc São Paulo). Só devem ser utilizadas quando houver necessidade para entendimento do texto.

- **A quantidade de imagens**, tabelas e quadros deve ser limitada em 4 tabelas ou quadros e 2 imagens por artigo.

- **Citações de referências bibliográficas:** no texto incluir autor, data e página (quando necessário). Ex: Segundo Silva (2019). Se a citação for entre parênteses: (SILVA, 2019). Neste último caso utilizar a fonte Arial número 10.

- As **referências** devem ser organizadas em ordem alfabética, pelo sobrenome do autor. Devem aparecer alinhadas à margem esquerda e de forma a se identificar individualmente cada documento, em espaço simples e separadas entre si com espaço de 1,5.

- **Materiais extras** do artigo podem ser aceitos para a inclusão no aplicativo do Sesc São Paulo, onde a revista também está inserida. Estão incluídos fotos e vídeos em boa resolução e com as devidas autorizações de uso de imagem. Formato das imagens: JPEG, PNG, PDF e TIFF. Vídeos: MPEG4, MP4 e MOV. Áudios: MP3. Também são passíveis de aceitação conteúdos incorporados do YouTube, desde que haja autorização do responsável da conta para sua divulgação.

Em caso de dúvida, entre em contato pelo e-mail: revistamais60@sescsp.org.br.



O Sesc – Serviço Social do Comércio é uma instituição de caráter privado, de âmbito nacional, criada em 1946 por iniciativa do empresariado do comércio, serviços e turismo, que a mantém e administra. Sua finalidade é a promoção do bem-estar social, a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento cultural do trabalhador no comércio e serviços e de seus dependentes – seu público prioritário – bem como da comunidade em geral.

O Sesc de São Paulo coloca à disposição de seu público atividades e serviços em diversas áreas: cultura, lazer, esportes e práticas físicas, turismo social e férias, desenvolvimento infantil, educação ambiental, terceira idade, alimentação, saúde e odontologia. Os programas que realiza em cada um desses setores têm características eminentemente educativas.

Para desenvolvê-los, o Sesc São Paulo conta com uma rede de 40 unidades, disseminadas pela capital, grande São Paulo, litoral e interior do estado. São centros culturais e desportivos, centros campestres, centro de férias e centros especializados em odontologia e cinema.

CONSELHO REGIONAL DO SESC – 2022-2026

Presidente Abram Szajman

Diretor do Departamento Regional Danilo Santos de Miranda

Membros Efetivos Arnaldo Odlevati Junior, Benedito Toso de Arruda, Dan Guinsburg, Jair Francisco Mafra, José de Sousa Lima, José Maria de Faria, José Roberto Pena, Manuel Henrique Farias Ramos, Marco Antonio Melchior, Milton Zamora, Paulo Cesar Garcia Lopes, Paulo João de Oliveira Alonso, Paulo Roberto Gullo, Rafik Hussein Saab, Reinaldo Pedro Correa, Rosana Aparecida da Silva, Valterli Martinez, Vanderlei Barbosa dos Santos

Membros Suplentes Aguinaldo Rodrigues da Silva, Aldo Minchillo, Antonio Cozzi Junior, Antonio Di Girolamo, Antonio Fojo Costa, Antonio Geraldo Giannini, Célio Simões Cerri, Cláudio Barnabé Cajado, Costabile Matarazzo Junior, Edison Severo Maltoni, Omar Abdul Assaf, Sérgio Vanderlei da Silva, Vilter Croqui Marcondes, Vitor Fernandes, William Pedro Luz

REPRESENTANTES DO CONSELHO REGIONAL JUNTO AO CONSELHO NACIONAL

Membros Efetivos Abram Szajman, Ivo Dall’Acqua Júnior, Rubens Torres Medrano

Membros Suplentes Álvaro Luiz Bruzadin Furtado, Marcelo Braga, Vicente Amato Sobrinho

mais60

ESTUDOS SOBRE ENVELHECIMENTO

Volume 33 | Número 84 | Dezembro de 2022

NESTA EDIÇÃO:

No artigo principal, intitulado *Mahsã Buhkurã Masirã: Os Sábios Indígenas*, o pesquisador João Paulo Lima Barreto, graduado em filosofia e doutor em antropologia social pela Universidade Federal do Amazonas, apresenta a importância dos “anciões” nas sociedades indígenas.

A Maturidade Modernista é o título do segundo artigo escrito por Gênese Andrade, que descreve o processo de envelhecimento dos principais artistas da Semana de Arte Moderna de 1922.

Artigos que também compõem esta edição:

Cidade: Lugar de Envelhecer; Caracterização do Perfil da Pessoa Idosa Vítima de Violência Financeira em Belém, Pará; Jornada de Inovação em Serviços para a Maturidade; A Sociedade Brasileira de Geriatria Gerontologia (SBGG) Vai às Escolas; e Reflexões sobre Velhices LGBTQIA+ em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI).

O entrevistado dessa edição é o líder indígena, ambientalista, escritor, poeta e filósofo Ailton Krenak.

O Painel de Experiências, intitulado *Trajetórias ao Longo de um Século*, refere-se a um projeto do programa Trabalho Social com Idoso (TSI) com mulheres idosas frequentadoras do Sesc Vila Mariana, relacionada com a efeméride do centenário da Semana de Arte Moderna de 22.

A resenha destaca o livro *O Manifesto das Espécies Companheiras – Cachorros, Pessoas e Alteridade Significativa*, escrito por Donna Haraway, mulher idosa, companheira de cães de companhia – ou melhor, da cadela Cayenne, que a inspirou nesta escrita revolucionária.

sescsp.org.br



Baixe grátis essa e outras publicações do Sesc São Paulo disponíveis em



FSC